

Inquérito ao Setor da Economia Social 2018



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL



Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

COLEÇÃO DE ESTUDOS DE ECONOMIA SOCIAL N.º 12
Inquérito ao Setor da economia Social 2018
INE / CASES

Impressão:
Tiragem:
ISBN:
Depósito Legal:

Conceção Gráfica: Filipe Pinto



CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
Rua Américo Durão, n.º 12-A, Olaias
1900-064 Lisboa
(+351) 213 878 046/7
www.cases.pt
cases@cases.pt

Casa António Sérgio - Biblioteca (Lisboa)
Travessa Moinho de Vento (à Lapa) n.º 4
1200-728 Lisboa
(+351) 213 955 118
casa.antserg@cases.pt

Inquérito ao Setor
da Economia Social
2018

NOTA INTRODUTÓRIA

7

INTRODUCTORY NOTE

11

Sinais Convencionais, Siglas e Informação aos Utilizadores

13

Capítulo I
DESTAQUE

15

Sumário Executivo

17

Executive Summary

20

1. Enquadramento

23

2. Cooperativas

25

3. Associações mutualistas

32

4. Misericórdias

39

5. Fundações

46

6. Associações com fins altruísticos

53

7. Indicador *GSCORE* na economia social

60

Capítulo II
PUBLICAÇÃO

63

Sumário Executivo

65

Executive Summary

68

1. Caracterização das entidades da economia social

71

2. Caracterização da direção de topo e do dirigente de topo
das entidades da economia social

80

3. Caracterização das pessoas ao serviço
no setor da economia social

85

4. Trabalho voluntário
no setor da economia social

88

5. Gestão e práticas de prestação de contas
no setor da economia social

91

6. Caracterização dos meios de financiamento
das entidades da economia social

98

7. Iniciativas de responsabilidade social
no setor da economia social

101

8. Para além do VAB e do *GSCORE*: contributos da economia social
para os objetivos de desenvolvimento sustentável

108

Infografias

120

Capítulo III
NOTA METODOLÓGICA

123

QUESTIONÁRIO

139

NOTA INTRODUTÓRIA
INTRODUCTORY NOTE

NOTA INTRODUTÓRIA

O Instituto Nacional de Estatística (INE) lançou em junho de 2019, com a colaboração da CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, o Inquérito ao Setor da Economia Social (doravante designado de ISES), uma operação estatística nova no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (SEN), que surgiu na sequência da realização, em 2017, do Inquérito às Práticas de Gestão (IPG) das sociedades não financeiras, e que tinha por objectivo apurar informação sobre caracterização do setor da Economia Social e as suas práticas de gestão em 2018.

O projeto foi inicialmente pensado como uma extensão do IPG, no entanto, evoluiu para uma versão expandida de modo a integrar questões específicas do setor da Economia Social (ES), para além das questões relacionadas com as práticas de gestão. Assim sempre que possível, são apresentados os resultados do IPG, para permitir comparações que, contudo, devem ter presente os objetivos distintos das entidades da Economia Social relativamente aos subjacentes às entidades empresariais.

Os resultados apurados evidenciam uma elevada heterogeneidade das entidades do setor da Economia Social, sendo por esse motivo apresentados resultados para cada uma das famílias deste setor, utilizando uma divisão semelhante à utilizada na produção da Conta Satélite da Economia Social: Cooperativas, Associações mutualistas, Misericórdias, Fundações e Associações com fins altruísticos.

O questionário foi dirigido aos membros da direção de topo das entidades, pretendendo caracterizar o setor da ES, e subdividiu-se em três módulos principais: A – Caracterização da entidade, B – Práticas de gestão da entidade e C – Informação sobre o membro da direção de topo responsável pela informação. Foi realizado entre junho e setembro de 2019, tendo o ano 2018 como período de referência das respostas. O inquérito foi lançado a uma amostra de 6 019 entidades da ES, tendo sido consideradas neste estudo 3 550 respostas válidas (59,0% da amostra).

Os primeiros resultados deste inquérito foram divulgados em 27 de novembro de 2019, no dia Europeu das Empresas da Economia Social, no espaço STATSlab do Portal do INE, correspondendo a estatísticas em desenvolvimento, dado que se centravam essencialmente na análise das práticas de gestão das entidades da Economia Social, estando a exploração analítica de outros resultados do inquérito planeada para um momento posterior.

Os resultados remanescentes deste inquérito foram assim apresentados em 14 de setembro de 2020, os quais permitiram, para além da análise das práticas de gestão, divulgar outro tipo de informação que possibilita uma caracterização mais detalhada do setor, nomeadamente em termos das atividades desenvolvidas, composição interna, relações com entidades do setor público e privado, indicadores de medição do impacto social destas entidades e modalidades de financiamento.

A estrutura desta publicação está assim organizada considerando a sequência de apresentação dos resultados do ISES: o primeiro capítulo é dedicado ao destaque apresentado em novembro de 2019; o segundo capítulo à publicação de setembro de 2020. Foram respeitados os conteúdos originais, tendo sido feita apenas uma simplificação na apresentação de elementos comuns, como o caso das notas metodológicas que compõem o terceiro capítulo.

No final desta publicação está também disponível para consulta o questionário.

INTRODUCTORY NOTE

Statistics Portugal launched, in partnership with CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, in June 2019, the Social Economy Sector Survey (hereinafter referred to as SESS), a new statistical operation within the scope of the National Statistical System (NSS), which emerged following the realization, in 2017, of the Management Practices Survey (MPS) of non-financial companies, and aimed to gather information about the characterization of the Social Economy sector and its management practices in 2018.

The project was initially thought of as an extension of the MPS, however, it evolved into an expanded version, in order to integrate specific questions on the Social Economy (SE) sector, in addition to the management practices. Thus, whenever possible, the results of the MPS are presented to allow comparisons that, however, must bear in mind the distinct objectives of the Social Economy entities in relation to those underlying business entities.

The results obtained show a high heterogeneity of the entities in the Social Economy sector, and for this reason they are presented for each of the families in this sector, using a division similar to the one used in the production of the portuguese Social Economy Satellite Account: Cooperatives, Mutual associations, Holy houses of mercy, Foundations and Associations with altruistic goals.

The questionnaire was addressed to members of the top management of the entities, aiming to characterize the SE sector, and was subdivided into three main modules: A – Characterization of the entity, B – Management practices of the entity and C – Information about the top manager responsible for the information. It was carried out between June and September of 2019, with the year 2018 as the reference period for the answers. The survey was launched on a sample of 6.019 SE entities, with 3.550 valid answers (59.0% of the sample).

The first results of this survey were released on November 27, 2019, on the European Day of Social Economy Enterprises, in the STATSlab area of the Statistics Portugal's Portal, corresponding to statistics under development, since they were essentially focused on the analysis of the management practices of social economy entities. Therefore, the analytical exploration of other survey results was planned for a later moment.

The remaining results of this survey were presented on September 14, 2020, which enabled, in addition to the analysis of management practices, the dissemination of other types of information that allow a more detailed characterization of the sector, namely in terms of the activities developed, internal composition, relations with public and private sector entities, indicators for measuring the social impact of these entities and its financing structure.

The structure of this publication is thus organized considering the sequence in which SESS results were presented: the first chapter is dedicated to the information presented in November 2019; the second chapter to the publication of September 2020. The original contents were preserved, with only a simplification in the presentation of common elements, such as the methodological notes that constitute the third chapter.

At the end of this publication the questionnaire is available for consultation.

SINAIS CONVENCIONAIS, SIGLAS E INFORMAÇÃO AOS UTILIZADORES

Sinais convencionais:

//	Não aplicável
X	Valor não disponível

Siglas:

%	Porcentagem
ACFA	Associações com fins altruísticos
CASES	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
CSES	Conta Satélite da Economia Social
ES	Economia Social
INE	Instituto Nacional de Estatística
ICC	Inquérito aos Custos de Contexto
IPG	Inquérito às Práticas de Gestão
ISES	Inquérito ao Setor da Economia Social
ISO	Organização Internacional de Normalização (International Organization for Standardization)
ITV	Inquérito ao Trabalho Voluntário
N.º	Número
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
SCA	Subsetores Comunitário e Autogestionário
UE	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto

Informação aos utilizadores:

- Por questões de arredondamento, os totais, em valor ou percentagem, podem não corresponder à soma das parcelas;
- Os dados divulgados nesta publicação bem como outra informação relativa às Estatísticas das Empresas encontram-se disponíveis no Portal das Estatísticas Oficiais em: www.ine.pt
- Os conceitos encontram-se no terceiro capítulo desta publicação e nas “Instruções de preenchimento” do Questionário, também disponível nesta publicação

Capítulo I
DESTAQUE

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2018, nas famílias da economia social, os dirigentes de topo tinham na sua maioria licenciatura ou grau académico superior

Como e por quem são geridas as entidades que compõem a Economia Social, foi o que se pretendeu saber com um inquérito promovido pelo INE entre junho e setembro de 2019, em colaboração com a CASES, tendo como referência o ano 2018. As entidades inquiridas foram agrupadas em 5 grandes famílias – Cooperativas, Associações Mutualistas, Misericórdias, Fundações e Associações com fins altruísticos. Alguns resultados preliminares:

- Caracterização dos dirigentes de topo (entendido como o dirigente que ocupa a posição hierarquicamente mais elevada sem subordinação a nenhuma outra) das entidades da Economia Social:
 - Na sua maioria tinham licenciatura ou grau académico superior (mínimo de 49,2% nas Cooperativas e máximo de 78,1% nas Fundações);
 - Em termos de idade, no caso das Associações Mutualistas, Misericórdias e Fundações o escalão de mais de 64 anos de idade concentrava a maior parcela da distribuição referente a esta variável (41,1%, 52,2% e 54,5%, respetivamente). Nas Cooperativas a maioria dos dirigentes de topo tinha 55 ou mais anos de idade (57,3%) e a maior proporção nas Associações com fins altruísticos concentrava-se no escalão de 35 a 44 anos (24,4%);

- Trabalhavam maioritariamente em regime de voluntariado, variando entre uma proporção de 72,1% nas Fundações e de 88,9% nas Misericórdias;
 - Exerciam a sua atividade de dirigentes de topo sem regime de exclusividade (mínimo de 66,2% nas Misericórdias e máximo de 83,3% nas Associações Mutualistas), e na sua grande maioria acumulavam funções em outras entidades fora da Economia Social.
-
- A proporção de entidades que atribuíram prémios de desempenho às pessoas ao serviço com vínculo laboral variou entre o máximo de 22,9% nas Cooperativas e o mínimo de 8,1% nas Associações com fins altruísticos.
 - Uma parte significativa das entidades não promoveu as pessoas ao serviço com vínculo laboral, variando esta proporção entre 48,4% nas Misericórdias e 83,3% nas Associações Mutualistas, para as pessoas com funções de dirigente, e entre 36,9% nas Misericórdias e 79,3% nas Associações com fins altruísticos, para as pessoas sem funções de dirigente.
 - Perante quatro estratégias alternativas (sobrevivência, manutenção, crescimento e desenvolvimento)¹, em todas as famílias da Economia Social a maior proporção das entidades optou por indicar uma estratégia de manutenção da sua atividade, com maior preponderância nas Associações Mutualistas (75,8%) e menor nas Fundações (51,0%).
 - A remuneração mensal bruta por pessoa ao serviço com vínculo laboral variou entre 840 euros nas Misericórdias e 2 773 euros nas Associações Mutualistas.

1. A Sobrevivência compreende a redução de custos e o desinvestimento. A Manutenção inclui a estabilidade e sustentabilidade. O Crescimento envolve a diversificação, expansão e internacionalização. O Desenvolvimento abarca a inovação social, cooperação, parceria, ou fusão com outras entidades.

Este inquérito permitiu obter informação sobre várias facetas da gestão das entidades da Economia Social em Portugal, que foram sintetizadas num indicador compósito designado por *gscore*, que pretende aferir em que medida as práticas de gestão se encontram mais ou menos estruturadas nestas entidades e que varia entre 0 e 1 (o valor máximo corresponde às práticas de gestão mais estruturadas e o mínimo às menos estruturadas). As Misericórdias apresentaram o valor mais elevado (0,4392). As Cooperativas evidenciaram o valor mais baixo, 0,3516, embora nas Cooperativas com 50 ou mais trabalhadores este indicador tenha atingido 0,4990, o maior valor entre todas as famílias e grupos de dimensão considerados. Por referência, para o total das sociedades não financeiras (dados de 2016 do Inquérito às Práticas de Gestão) o valor obtido foi 0,4316.

EXECUTIVE SUMMARY

In 2018, in the families of social economy,
most of the top managers had an undergraduate
or higher academic degree

How and by whom Social Economy entities are managed was asked by a survey promoted by Statistics Portugal between June and September of 2019, in collaboration with CASES, with reference to the year 2018. The reporting entities were grouped into 5 big families – Cooperatives, Mutual Associations, Holy Houses of Mercy, Foundations and Associations with altruistic goals. Some preliminary results are:

- Characterization of top managers (understood as the leader who occupies the highest hierarchical position without subordination to any other) of Social Economy entities:
 - Most of them had an undergraduate degree or higher academic degree (minimum of 49.2% in Cooperatives and maximum of 78.1% in Foundations);
 - In terms of age, in the case of Mutual Associations, Holy Houses of Mercy and Foundations, the age group over 64 concentrated the largest portion of the distribution for this variable (41.1%, 52.2% and 54.5%, respectively). In the Cooperatives most top managers were 55 or older (57.3%) and the largest proportion in the Associations with altruistic goals were in the 35-44 age aggregation (24.4%);

- They worked mostly on a voluntary basis, ranging from 72.1% in Foundations to 88.9% in Holy Houses of Mercy;
 - They were senior managers without exclusivity (minimum of 66.2% in Holy Houses of Mercy and maximum of 83.3% in Mutual Associations), and most of them held positions in other entities outside the Social Economy.
-
- The proportion of entities that awarded performance bonuses to the persons employed with labour contract ranged from a maximum of 22.9% in Cooperatives to a minimum of 8.1% in Associations with altruistic goals.
 - A significant part of the entities did not promote the persons employed with labour contract, varying this proportion between 48.4% in Holy Houses of Mercy and 83.3% in Mutual Associations, for people with managerial functions, and between 36.9% in Holy Houses of Mercy and 79.3% in Associations with altruistic goals, for people without managerial functions.
 - Given four alternative strategies (survival, maintenance, growth and development)², in all families of the Social Economy, the largest proportion of entities chose to indicate a strategy of maintaining their activity, with a greater preponderance in Mutual Associations (75.8%) and Foundations (51.0%).
 - The gross monthly remuneration per person employed with labour contract ranged from EUR 840 in Holy Houses of Mercy to EUR 2 773 in Mutual Associations.

2. Survival includes cost reduction and disinvestment. Maintenance includes stability and sustainability. Growth involves diversification, expansion and internationalization. Development covers social innovation, cooperation, partnership, or merger with other entities.

This survey has made it possible to obtain relevant information on different aspects of management practices of Social Economy entities in Portugal, which were summarized in a composite indicator called *gscore*. This indicator aims to assess the extent to which management practices are more or less structured in these entities and ranges from 0 to 1 (the maximum value corresponds to the most structured management practices and the minimum value to the least structured). The Holy Houses of Mercy presented the highest value (0.4392). The Cooperatives registered the lowest value, 0.3516, although in the Cooperatives with 50 or more persons employed this indicator reached 0.4990, the highest value among all families of social economy and all size-classes considered. By reference, for the total non-financial companies (2016 data from the Management Practices Survey) the value was 0.4316.

1. ENQUADRAMENTO

O Inquérito ao Setor da Economia Social (ISES) foi dirigido aos membros da direção de topo das entidades, pretendendo caracterizar o setor da Economia Social, subdividindo-se em três módulos principais:

- A. Caracterização da entidade – com este módulo pretendeu-se obter informação para caracterizar as entidades, por exemplo no que se refere à sua área de intervenção, estrutura orgânica, relações com outras entidades e recursos humanos;
- B. Práticas de gestão da entidade – este módulo incluiu questões relacionadas com as práticas de gestão, nomeadamente no que se refere à estratégia da entidade, monitorização do desempenho, utilização de tecnologias de informação, meios de financiamento e sistema de gestão e responsabilidade social;
- C. Informação sobre o membro da direção de topo responsável pela informação.

Quatro das cinco famílias da Economia Social foram inquiridas exaustivamente: Cooperativas, Associações Mutualistas, Misericórdias e Fundações. Para a família das Associações com fins altruísticos foi selecionada uma amostra estratificada pelo nível 3 da classificação internacional das instituições sem fim lucrativo (CIOSFL/TS nível 3 – V04077) e por dimensão da entidade. A classificação das empresas por dimensão, para efeitos da estratificação, obedece à definição

constante da Recomendação da Comissão de 6 de maio de 2003, no seu artigo 2º, tendo sido consideradas apenas as variáveis pessoas ao serviço e volume de negócios.

O ISES foi realizado entre 17 de junho e 18 de setembro de 2019, tendo o ano 2018 como período de referência dos dados, abrangendo 6 019 entidades da Economia Social, tendo sido obtidas 3 550 respostas válidas (59,0% da amostra). Por família, a maior taxa de resposta observou-se nas Misericórdias (76,7%), seguida das Associações Mutualistas (75,8%).

Agregação	Total de respostas válidas	Total da amostra	Taxa de resposta
	Nº		%
Total das entidades			
Total das entidades	3 550	6 019	59,0
Família			
Cooperativas	1 223	2 012	60,8
Associações Mutualistas	69	91	75,8
Misericórdias	289	377	76,7
Fundações	341	574	59,4
Associações com fins altruísticos	1 625	2 961	54,9
Entidades abrangidas pelos Subsetores Comunitário e Autogestionário	3	4	75,0

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro I.1.1
Taxas de resposta do ISES (2018)

Os principais resultados foram segmentados de acordo com duas variáveis de estratificação: família da Economia Social e dimensão da entidade segundo o pessoal ao serviço (micro, pequena, média e grande), esta última calculada com base no número de pessoas ao serviço, obtida pelas respostas ao ISES.

Na estrutura hierárquica das entidades da Economia Social foram considerados dois níveis superiores:

- Membros da direção de topo (entendida como o órgão social da entidade com funções executivas);
- Dirigente de topo (entendido como o dirigente que ocupa a posição hierarquicamente mais elevada sem subordinação a nenhuma outra).

2. COOPERATIVAS

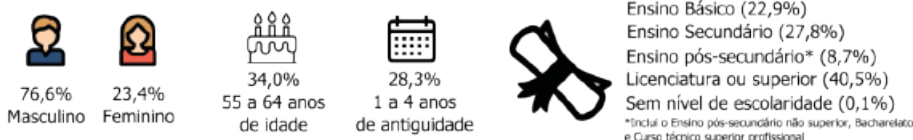
Em 2018, 59,5% dos membros da direção de topo das cooperativas não tinham licenciatura ou grau superior

Em 2018, 50,7% dos membros da direção de topo (órgão executivo) das Cooperativas tinham o ensino básico e secundário, e 40,5% tinham licenciatura ou grau académico superior.

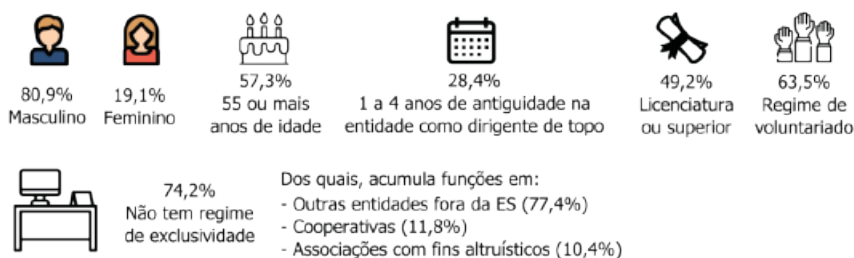
No mesmo ano, 76,6% dos membros da direção das Cooperativas eram do sexo masculino. Em termos de idade, o escalão entre 55 e 64 anos era o que concentrava a maior parcela da distribuição referente a esta variável (34,0%). Em termos de antiguidade no exercício das suas funções o escalão mais representativo correspondia a 1 a 4 anos (28,3%).

Relativamente aos dirigentes de topo, 80,9% eram do sexo masculino, 49,2% tinham licenciatura ou grau académico superior, 63,5% trabalhavam em regime de voluntariado. Cerca de 74,2% não exerciam funções em regime de exclusividade, dos quais um pouco mais de 3/4 acumulava com funções fora do setor da Economia Social.

Membros da direção de topo (órgão executivo)



Dirigente de topo



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura I.2.1
Caracterização da direção de topo e dirigente de topo (2018)

A principal fonte de ensinamento sobre práticas de gestão foi os cooperadores

Em 2018, a principal fonte de ensinamento sobre práticas de gestão dos dirigentes foi os cooperadores (em 31,0% das Cooperativas). Seguiram-se as participações em conferências, seminários e/ou workshops (29,3%) e ações de formação internas (24,8%).

Agregação	Principais fontes de ensinamentos sobre práticas de gestão:									
	Ações de formação internas	Formação profissional	Formação em entidade pertencente ao ensino superior	Conferências, seminários e/ou workshops	Fornecedores	Cooperadores/ associados/ irmãos	Utilizadores/ beneficiários/ clientes	Confederações e outras entidades de grau superior	Outros órgãos estatutários	Novos dirigentes e trabalhadores
Total	%									
Cooperativas	24,8	16,3	7,7	29,3	9,6	31,0	13,4	11,9	8,1	3,5
Dimensão										
Micro	18,8	6,7	5,9	20,3	7,2	31,5	13,3	6,5	6,4	2,4
Pequena	26,0	23,9	7,2	38,4	13,1	32,4	13,3	17,4	10,4	5,4
Média e grande	61,5	53,8	22,5	58,0	13,0	21,9	14,8	29,0	10,7	4,7

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro I.2.1
Fontes onde os dirigentes da entidade retiraram ensinamentos sobre práticas de gestão, por dimensão e total (2018)

Em 2018, existiam 2 012 Cooperativas que empregavam 25 086 pessoas ao serviço com vínculo laboral, das quais 55,4% eram do sexo feminino (44,6% do sexo masculino). Do total de pessoas ao serviço, 2 193 tinham funções de dirigente (8,7% do total), sendo 50,4% do sexo masculino. Nas Cooperativas de média e grande dimensão as pessoas ao serviço com funções de dirigente eram maioritariamente do sexo feminino, 55,3%.

Agregação	Entidades	Pessoas ao serviço com vínculo laboral								
		Total			Com funções de dirigente (incluindo sectionistas/monitores)			Sem funções de dirigente		
		Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino
	Nº	Nº	%	%	Nº	%	%	Nº	%	%
Total										
Cooperativas	2 012	25 086	55,4	44,6	2 193	49,6	50,4	22 893	56,0	44,0
Dimensão										
Micro	1 189	1 074	48,7	51,3	218	29,8	70,2	856	53,5	46,5
Pequena	654	7 614	54,0	46,0	754	46,2	53,8	6 860	54,9	45,1
Média e grande	169	16 398	56,5	43,5	1 221	55,3	44,7	15 177	56,6	43,4

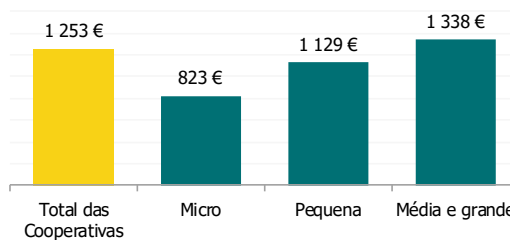
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro I.2.2

Pessoas ao serviço com vínculo laboral, por dimensão e total (2018)

A remuneração mensal bruta por pessoa ao serviço nas cooperativas foi de 1 253 euros

Em 2018, a remuneração média mensal bruta nas Cooperativas foi de 1 253 euros por pessoa ao serviço com vínculo laboral. Apenas nas Cooperativas de média e grande dimensão este valor foi superior, atingindo os 1 338 euros por pessoa ao serviço.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura I.2.2

Remuneração mensal bruta por pessoa ao serviço com vínculo laboral, por dimensão e total (2018)

15,2% das cooperativas não tinham objetivos definidos em 2018

Em 2018, o calendário dos objetivos para o principal bem produzido e/ou serviço prestado, no quadro da intervenção social das Cooperativas, era descrito por 43,0% como uma combinação de curto e longo prazo. Esta percentagem atingiu os 70,6% nas entidades de média e grande dimensão.

No total das Cooperativas, 15,2% referiu não existirem objetivos em 2018, a percentagem mais elevada entre as famílias da Economia Social. Note-se no entanto que as entidades sem objetivos variavam entre 19,7% nas micro e apenas 3,3% nas de média e grande dimensão.

Agregação	Essencialmente de curto prazo (menos de 1 ano)	Essencialmente de longo prazo (1 ou mais anos/mandato conforme os estatutos)	Combinação de curto e longo prazo	Não existiam objetivos
	%			
Total				
Cooperativas	21,2	20,7	43,0	15,2
Dimensão				
Micro	24,2	18,5	37,6	19,7
Pequena	17,9	25,8	46,2	10,1
Média e grande	12,4	13,7	70,6	3,3

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro I.2.3
Calendário dos objetivos das entidades,
por dimensão e total (2018)

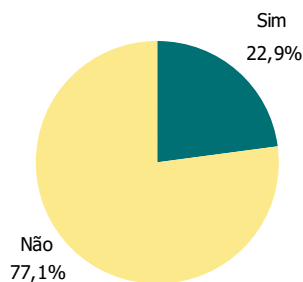
22,9% das cooperativas atribuíram prémios de desempenho

Em 2018, 22,9% das Cooperativas atribuíram prémios de desempenho às pessoas ao serviço com vínculo laboral, associados fundamentalmente ao desempenho individual ou coletivo. Nas Cooperativas que atribuíram prémios, o desempenho individual do trabalhador foi o critério mais referido por estas entidades, atingindo 49,7% e 63,2% no caso das pessoas ao serviço com e sem funções de dirigente, respetivamente.

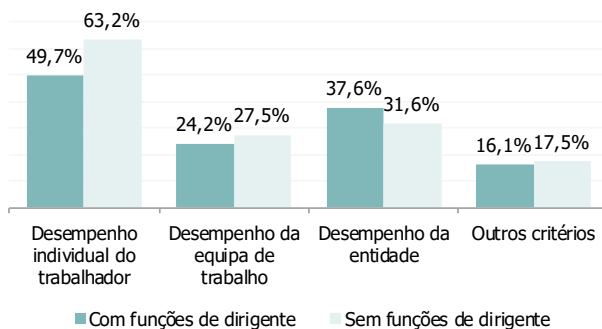
Mais de 68% das Cooperativas não promoveram as pessoas ao serviço com vínculo laboral, quer tivessem ou não funções de dirigente.

Prémios de desempenho

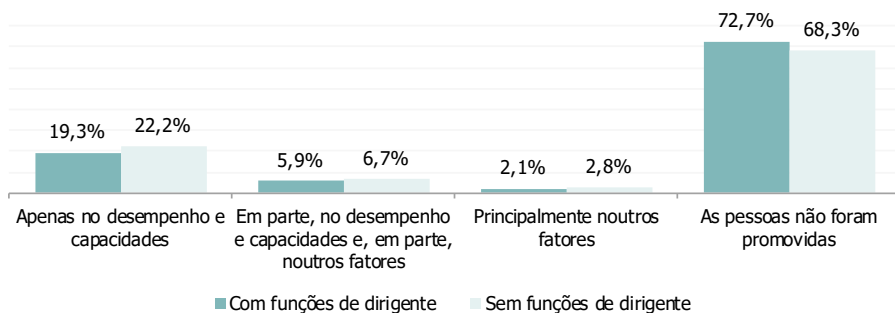
Atribuição de prémios de desempenho



Critérios de atribuição de prémios de desempenho



Crítérios das promoções



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura I.2.3
Prémios de desempenho e promoção das pessoas ao serviço,
por funções de dirigente e total (2018)

40,1% das cooperativas privilegiaram o incentivo à autonomia dos trabalhadores

Relativamente às práticas de gestão de recursos humanos, 40,1% das Cooperativas privilegiaram o incentivo à autonomia dos trabalhadores e 28,9% o incentivo à participação e valorização das iniciativas dos trabalhadores. Em 2018, 12,8% das Cooperativas não levaram a cabo nenhuma prática de gestão de recursos humanos.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura 1.2.4
5 principais práticas de gestão de recursos humanos (2018)

53,1% das cooperativas adotaram uma estratégia de manutenção da sua atividade

Perante quatro estratégias alternativas (sobrevivência, manutenção, crescimento e desenvolvimento), 53,1% das Cooperativas optaram por indicar uma estratégia de manutenção da sua atividade. De realçar que mais de 28% das Cooperativas de média e grande dimensão referiram apostar numa estratégia de crescimento, o que inclui a diversificação, expansão e internacionalização da sua atividade.

Relativamente à orientação da entidade no que se refere à organização da gestão, 61,6% das Cooperativas referiram apostar na organização e práticas de gestão já existentes, limitando-se a 28,1% a percentagem daquelas que dizem apostar em novas práticas de gestão e/ou alteração da estrutura organizacional.

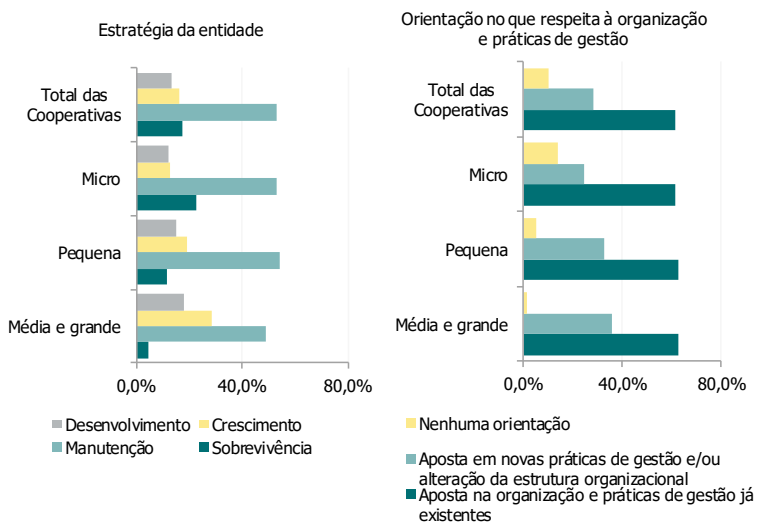


Figura 1.2.5

Estratégia da entidade e orientação no que respeita à organização e práticas de gestão, por dimensão e total (2018)

3. ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

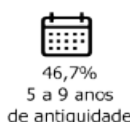
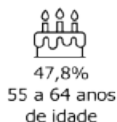
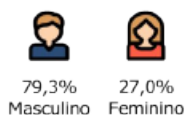
Em 2018, 61,0% dos membros da direção de topo das associações mutualistas não tinham licenciatura ou grau superior

Em 2018, 53,1% dos membros da direção de topo (órgão executivo) das Associações Mutualistas tinham o ensino básico e secundário, e 39,0% tinham licenciatura ou grau académico superior.

No mesmo ano, 79,3% dos membros da direção das Associações Mutualistas eram do sexo masculino, registando o valor mais elevado de entre as famílias da Economia Social.

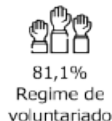
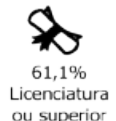
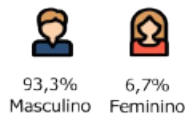
Os dirigentes de topo eram na sua maioria do sexo masculino (93,3%), sendo que em 41,1% das entidades tinham mais de 64 anos de idade (o escalão etário que concentrava a maior parcela da distribuição), 61,1% tinham licenciatura ou grau académico superior e 81,1% trabalhavam em regime de voluntariado. Cerca de 83,3% não exerciam as suas funções em regime de exclusividade, dos quais 68,0% acumulava funções fora do setor da Economia Social.

Membros da direção de topo (órgão executivo)



Ensino Básico (16,2%)
Ensino Secundário (36,9%)
Ensino pós-secundário* (7,9%)
Licenciatura ou superior (39,0%)
Sem nível de escolaridade (0,0%)
*Inclui o Ensino pós-secundário não superior, Bacharelato e Curso técnico superior profissional

Dirigente de topo



83,3%
Não tem regime de exclusividade

Dos quais, acumula funções em:
- Outras entidades fora da ES (68,0%)
- Associações Mutualistas (14,7%)
- Associações com fins altruísticos (12,0%)

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura I.3.1
Caracterização da direção de topo e dirigente de topo (2018)

A principal fonte de ensinamento sobre práticas de gestão foi a participação em conferências, seminários e/ou *workshops*

Em 2018, a principal fonte de ensinamento sobre práticas de gestão dos dirigentes foi a participação em conferências, seminários e/ou workshops (49,5% das Associações Mutualistas). Seguiram-se a formação profissional (24,2%) e ações de formação internas (17,6%).

Agregação	Principais fontes de ensinamentos sobre práticas de gestão:									
	Ações de formação internas	Formação profissional	Formação em entidade pertencente ao ensino superior	Conferências, seminários e/ou workshops	Fornecedores	Cooperadores/ associados/ irmãos	Utilizadores/ beneficiários/ clientes	Confederações e outras entidades de grau superior	Outros órgãos estatutários	Novos dirigentes e trabalhadores
Total										
Associações Mutualistas	17,6	24,2	7,7	49,5	7,7	16,5	12,1	13,2	7,7	4,4
Dimensão										
Micro	20,8	0,0	4,2	37,5	20,8	20,8	20,8	8,3	0,0	0,0
Pequena	10,6	19,1	8,5	44,7	2,1	21,3	10,6	17,0	10,6	8,5
Média e grande	30,0	65,0	10,0	75,0	5,0	0,0	5,0	10,0	10,0	0,0

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro I.3.1
Fontes onde os dirigentes da entidade retiraram ensinamentos sobre práticas de gestão, por dimensão e total (2018)

Em 2018, as Associações Mutualistas empregavam 5 327 pessoas ao serviço com vínculo laboral, das quais 61,0% eram do sexo feminino (39,0% do sexo masculino). Do conjunto de pessoas com funções de dirigente, a maioria era do sexo masculino (62,3%), ao contrário da maioria de pessoas do sexo feminino sem funções de dirigente (63,9%). Por dimensão, verifica-se que apenas 20 entidades concentravam a quase totalidade das pessoas ao serviço (92,3%).

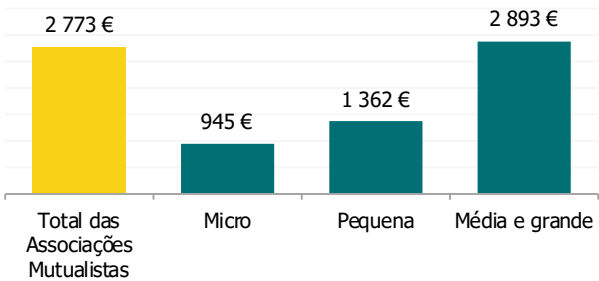
Agregação	Principais fontes de ensinamentos sobre práticas de gestão:									
	Ações de formação internas	Formação profissional	Formação em entidade pertencente ao ensino superior	Conferências, seminários e/ou workshops	Fornecedores	Cooperadores/ associados/ irmãos	Utilizadores/ beneficiários/ clientes	Confederações e outras entidades de grau superior	Outros órgãos estatutários	Novos dirigentes e trabalhadores
	%									
Total										
Associações Mutualistas	17,6	24,2	7,7	49,5	7,7	16,5	12,1	13,2	7,7	4,4
Dimensão										
Micro	20,8	0,0	4,2	37,5	20,8	20,8	20,8	8,3	0,0	0,0
Pequena	10,6	19,1	8,5	44,7	2,1	21,3	10,6	17,0	10,6	8,5
Média e grande	30,0	65,0	10,0	75,0	5,0	0,0	5,0	10,0	10,0	0,0

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro I.3.2
 Pessoas ao serviço com vínculo laboral, por dimensão e total (2018)

A remuneração mensal bruta por pessoa ao serviço nas associações mutualistas foi de 2 773 euros

Em 2018, a remuneração média mensal bruta nas Associações Mutualistas foi de 2 773 euros por pessoa ao serviço com vínculo laboral. Verificou-se que a remuneração aumentou com a dimensão, atingindo 2 893 euros nas entidades de média e grande dimensão.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura I.3.2
 Remuneração média mensal bruta por pessoa ao serviço com vínculo laboral, por dimensão e total (2018)

O calendário de objetivos resultou de uma combinação de curto e longo prazo para a maioria das associações mutualistas (54,9%)

No que se refere ao calendário de objetivos, 54,9% das Associações Mutualistas descreviam como sendo uma combinação de curto e longo prazo. Por dimensão, nas pequenas entidades o calendário dos objetivos foi essencialmente de longo prazo (46,8%), superior à combinação de curto e longo prazo (44,7%). No total das Associações Mutualistas, 3,3% referiu não existirem objetivos em 2018, centradas exclusivamente nas entidades de dimensão micro.

Agregação	Essencialmente de curto prazo (menos de 1 ano)	Essencialmente de longo prazo (1 ou mais anos/mandato conforme os estatutos)	Combinação de curto e longo prazo	Não existiam objetivos
	%			
Total				
Associações Mutualistas	9,9	31,9	54,9	3,3
Dimensão				
Micro	20,8	25,0	41,7	12,5
Pequena	8,5	46,8	44,7	0,0
Média e grande	0,0	5,6	94,4	0,0

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro I.3.3
Calendário dos objetivos das entidades,
por dimensão e total (2018)

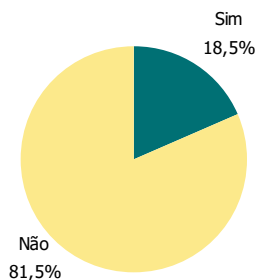
18,5% das associações mutualistas atribuíram prémios de desempenho

Em 2018, 18,5% das Associações Mutualistas atribuíram prémios de desempenho às pessoas ao serviço com vínculo laboral. Nas Associações Mutualistas que atribuíram prémios, o desempenho individual do trabalhador foi o critério mais referido por estas entidades, seguindo-se o desempenho da equipa de trabalho, quer nas pessoas com funções de dirigente, quer nas pessoas sem funções de dirigente.

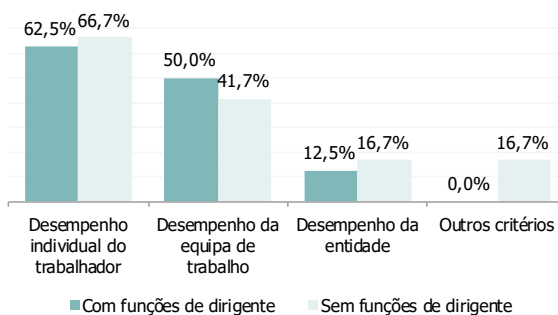
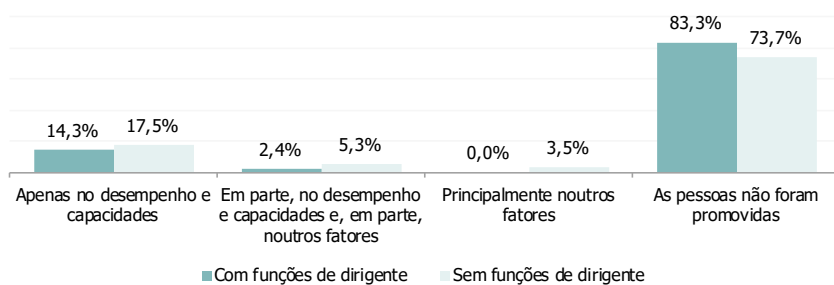
Mais de 73% das Associações Mutualistas não promoveram as pessoas ao serviço com vínculo laboral, quer tivessem ou não funções de dirigente.

Prémios de desempenho

Atribuição de prémios de desempenho

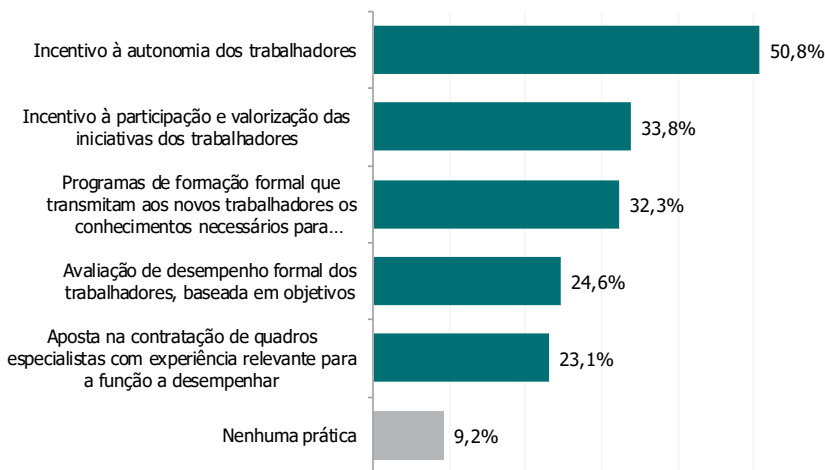


Critérios de atribuição de prémios de desempenho

**Critérios das promoções****Fonte:** INE, Inquérito ao Setor da Economia Social*Figura I.3.3*Prémios de desempenho e promoção das pessoas ao serviço,
por funções de dirigente e total (2018)

50,8% das associações mutualistas privilegiaram o incentivo à autonomia dos trabalhadores

Relativamente às práticas de gestão de recursos humanos, 50,8% das Associações Mutualistas privilegiaram o incentivo à autonomia dos trabalhadores e 33,8% o incentivo à participação e valorização das iniciativas dos trabalhadores. Nesse ano, 9,2% das Associações Mutualistas não levaram a cabo nenhuma prática de gestão de recursos humanos.

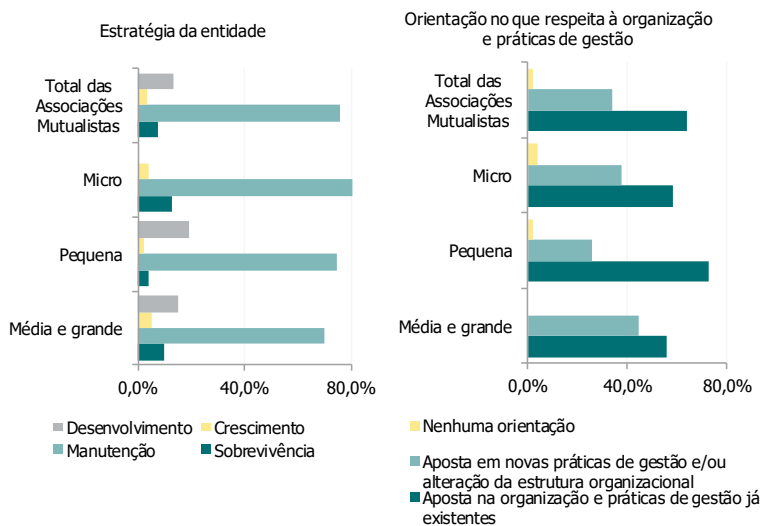


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura I.3.4
5 principais práticas de gestão de recursos humanos (2018)

75,8% das associações mutualistas adotaram uma estratégia de manutenção da sua atividade

Perante quatro estratégias alternativas (sobrevivência, manutenção, crescimento e desenvolvimento), 75,8% das Associações Mutualistas adotaram uma estratégia de manutenção da sua atividade. Destaque para as micro entidades, com a maior percentagem nesta categoria (83,3%). No que respeita à orientação da entidade no que se refere à organização da gestão, 63,7% das Associações Mutualistas referiram apostar na organização e práticas de gestão já existentes, e apenas 34,1% disseram apostar em novas práticas de gestão e/ou alteração da estrutura organizacional.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura I.3.5

Estratégia da entidade e orientação no que respeita à organização e práticas de gestão, por dimensão e total (2018)

4. MISERICÓRDIAS

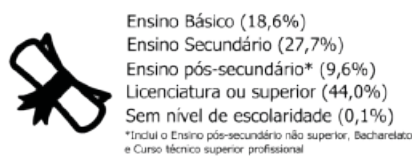
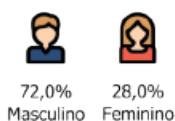
Em 2018, 56,0% dos membros da direção de topo das misericórdias tinham licenciatura ou grau superior

Em 2018, 46,3% dos membros da direção de topo (órgão executivo) das Misericórdias tinham o ensino básico e secundário, e 44,0% tinham licenciatura ou grau académico superior.

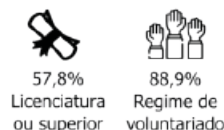
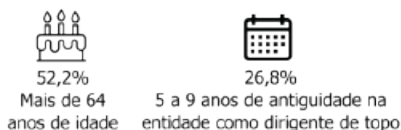
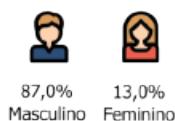
No mesmo ano, existiam 377 Misericórdias, sendo na sua maioria de média e grande dimensão. Os membros da direção das Misericórdias eram maioritariamente do sexo masculino (72,0%).

Os dirigentes de topo eram na sua maioria do sexo masculino (87,0%), com licenciatura ou grau superior (57,8%) e o escalão de mais de 64 anos de idade era o que concentrava a maior parcela da distribuição referente a esta variável (52,2%). Tal como sucede nas restantes famílias, os dirigentes de topo estavam na sua maioria em regime de voluntariado (88,9%) e 66,2% não tinham regime de exclusividade (dos quais 80,8% acumulavam com funções fora do setor da Economia Social).

Membros da direção de topo (órgão executivo)



Dirigente de topo



Dos quais, acumula funções em:

- Outras entidades fora da ES (80,8%)
- Associações com fins altruísticos (10,6%)
- Misericórdias (3,3%)

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura I.4.1
Caracterização da direção de topo e dirigente de topo (2018)

A principal fonte de ensinamento sobre práticas de gestão foi a participação em conferências, seminários e/ou *workshops*

Em 2018, a principal fonte de ensinamento sobre práticas de gestão dos dirigentes foi a participação em conferências, seminários e/ou *workshops* (66,8% das Misericórdias). Seguiram-se a formação profissional (53,3%) e ações de formação internas (43,5%).

Agregação	Principais fontes de ensinamentos sobre práticas de gestão:									
	Ações de formação internas	Formação profissional	Formação em entidade pertencente ao ensino superior	Conferências, seminários e/ou <i>workshops</i>	Fornecedores	Cooperadores/ associados/ irmãos	Utilizadores/ beneficiários/ clientes	Confederações e outras entidades de grau superior	Outros órgãos estatutários	Novos dirigentes e trabalhadores
	%									
Total										
Misericórdias	43,5	53,3	11,7	66,8	14,6	13,3	10,1	24,7	10,3	8,5
Dimensão										
Micro	40,0	5,0	5,0	45,0	40,0	60,0	0,0	40,0	0,0	0,0
Pequena	35,2	47,9	7,0	66,2	14,1	15,5	11,3	16,9	9,9	5,6
Média e grande	45,8	58,0	13,3	68,5	12,9	9,4	10,5	25,5	11,2	9,8

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro I.4.1
Fontes onde os dirigentes da entidade retiraram ensinamentos sobre práticas de gestão, por dimensão e total (2018)

As pessoas ao serviço com funções de dirigente eram maioritariamente do sexo feminino (78,1%)

Em 2018, as Misericórdias empregavam 42 518 pessoas ao serviço com vínculo laboral, sendo a família com a maior dimensão média (112,8 pessoas ao serviço por entidade). As pessoas ao serviço com funções de dirigente eram maioritariamente do sexo feminino (78,1%), o que contrastou com a maioria de pessoas do sexo masculino nos cargos de direção de topo (72,0%).

Agregação	Entidades	Pessoas ao serviço com vínculo laboral								
		Total			Com funções de dirigente (incluindo sectionistas/monitores)			Sem funções de dirigente		
		Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino
	Nº	Nº	%	%	Nº	%	%	Nº	%	%
Total										
Misericórdias	377	42 518	84,9	15,1	1 743	78,1	21,9	40 775	85,2	14,8
Dimensão										
Micro	20	0	//	//	0	//	//	0	//	//
Pequena	71	1 239	90,6	9,4	60	86,7	13,3	1 179	90,8	9,2
Média e grande	286	41 279	84,8	15,2	1 683	77,8	22,2	39 596	85,1	14,9

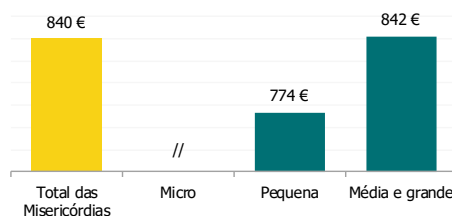
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro I.4.2

Pessoas ao serviço com vínculo laboral, por dimensão e total (2018)

A remuneração mensal bruta por pessoa ao serviço nas misericórdias foi de 840 euros

Em 2018, a remuneração média mensal bruta nas Misericórdias foi de 840 euros por pessoa ao serviço com vínculo laboral. Esta remuneração média foi a mais baixa de todas as famílias da Economia Social.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura I.4.2

Remuneração mensal bruta por pessoa ao serviço com vínculo laboral, por dimensão e total (2018)

O calendário de objetivos resultou de uma combinação de curto e longo prazo para a maioria das misericórdias (60,2%)

À semelhança das famílias anteriores, o que melhor descrevia o calendário dos objetivos estabelecidos nas Misericórdias foi a combinação de curto e longo prazo (60,2%), que foi preponderante em todas as classes de dimensão: 65,0%, 50,7% e 62,1% das micro, pequenas, médias e grandes entidades, respetivamente. No total das Misericórdias, 2,1% referiu não existirem objetivos em 2018.

Agregação	Essencialmente de curto prazo (menos de 1 ano)	Essencialmente de longo prazo (1 ou mais anos/mandato conforme os estatutos)	Combinação de curto e longo prazo	Não existiam objetivos
	%			
Total				
Misericórdias	11,4	26,3	60,2	2,1
Dimensão				
Micro	15,0	20,0	65,0	0,0
Pequena	21,1	25,4	50,7	2,8
Média e grande	7,5	28,1	62,1	2,4

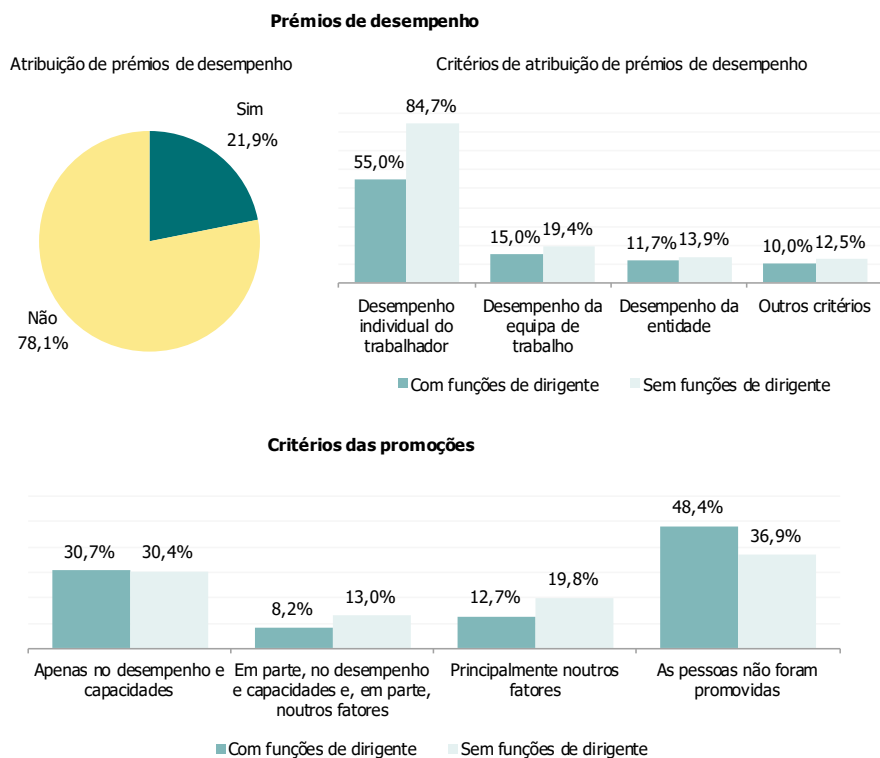
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro I.4.3
Calendário dos objetivos das entidades,
por dimensão e total (2018)

21,9% das misericórdias atribuíram prémios de desempenho

Em 2018, 21,9% das Misericórdias atribuíram prémios de desempenho, associados fundamentalmente ao desempenho individual ou coletivo, às pessoas ao serviço com vínculo laboral. Nas Misericórdias que atribuíram prémios, o desempenho individual do trabalhador foi o critério mais referido por estas entidades, atingindo 55,0% e 84,7%, respetivamente, no caso das pessoas ao serviço com e sem funções de dirigente.

Mais de metade das Misericórdias promoveram as pessoas ao serviço com vínculo laboral, o que contrastou com os resultados obtidos para as restantes famílias, em que a maioria das entidades não promoveram as pessoas ao serviço.

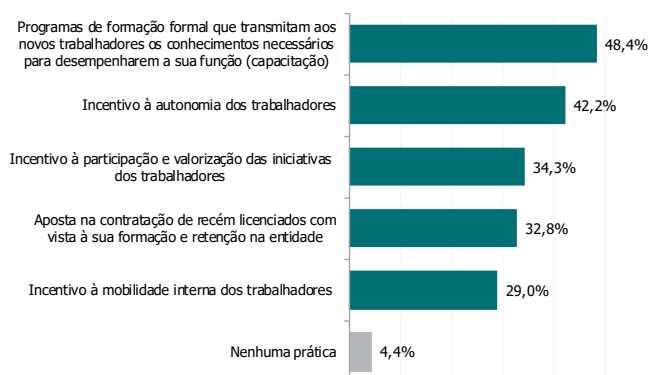


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura I.4.3
Prémios de desempenho e promoção das pessoas
ao serviço, por funções de dirigente
e total (2018)

Apenas 4,4% das misericórdias não levou a cabo nenhuma prática de gestão de recursos humanos

Relativamente às práticas de gestão de recursos humanos, 48,4% das Misericórdias privilegiaram os programas de formação formal que transmitam aos novos trabalhadores os conhecimentos necessários para desempenharem a sua função. Em 2018, 4,4% destas entidades não levaram a cabo nenhuma prática de gestão de recursos humanos, sendo o valor mais baixo de entre as famílias da Economia Social.



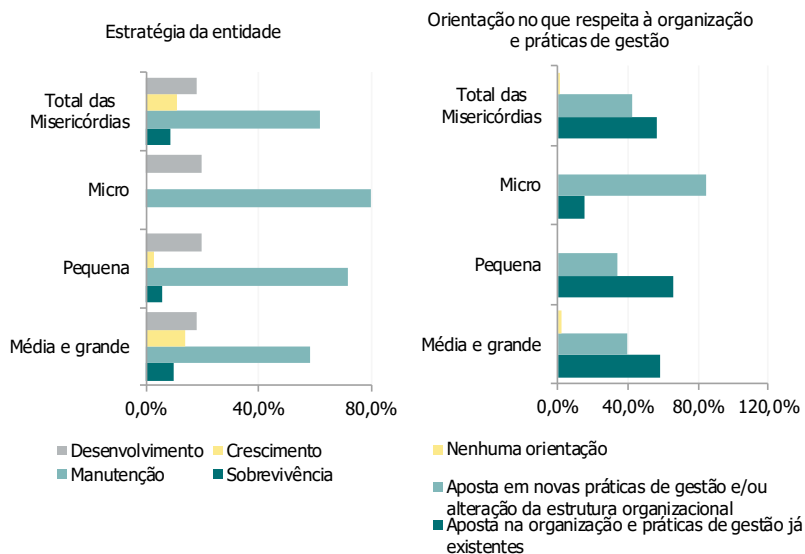
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura I.4.4
5 principais práticas de gestão de recursos humanos (2018)

14,0% das misericórdias de média e grande dimensão seguiram uma estratégia de crescimento

Perante as quatro estratégias alternativas (sobrevivência, manutenção, crescimento e desenvolvimento), 62,1% das Misericórdias optaram por indicar uma estratégia de manutenção da sua atividade, e 18,3% referiram adotar uma estratégia de desenvolvimento. Destaque para as entidades de média e grande dimensão, em que 14,0% destas referiram seguir uma estratégia de crescimento.

No que respeita à orientação da entidade no que se refere à organização da gestão, 56,2% das Misericórdias apostaram na organização e práticas de gestão já existentes, e 42,2% apostaram em novas práticas de gestão e/ou alteração da estrutura organizacional.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura I.4.5
Estratégia da entidade e orientação no que respeita
à organização e práticas de gestão,
por dimensão e total (2018)

5. FUNDAÇÕES

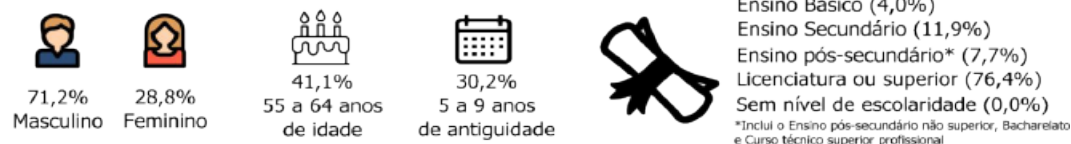
Em 2018, 76,4% dos membros da direção de topo das fundações tinham licenciatura ou grau superior

Em 2018, 76,4% dos membros da direção de topo (órgão executivo) das Fundações tinham licenciatura ou grau académico superior, e apenas 15,9% tinham o ensino básico e secundário (neste último caso correspondendo ao valor mais baixo de entre as famílias da Economia Social).

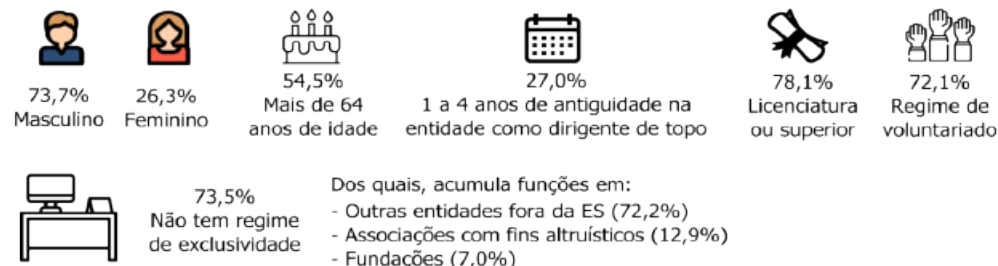
No mesmo ano, 71,2% dos membros da direção das Fundações eram do sexo masculino. Em termos de idade, o escalão entre 55 e 64 anos de idade era o que concentrava a maior parcela da distribuição referente a esta variável (41,1%). Em termos de antiguidade no exercício das suas funções, o escalão mais representativo correspondia a 5 a 9 anos (30,2%).

Relativamente aos dirigentes de topo, 73,7% eram do sexo masculino, 78,1% tinham licenciatura ou grau superior e 72,1% estavam em regime de voluntariado. Cerca de 73,5% não exerciam funções em regime de exclusividade, dos quais quase 3/4 acumulava funções fora do setor da Economia Social.

Membros da direção de topo (órgão executivo)



Dirigente de topo



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura I.5.1
Caracterização da direção de topo e dirigente de topo (2018)

Em 2018, a principal fonte de ensinamento sobre práticas de gestão dos dirigentes foi a participação em conferências, seminários e/ou *workshops* (48,3% das Fundações). Seguiram-se a formação profissional (24,9%) e ações de formação internas (24,7%).

Agregação	Principais fontes de ensinamentos sobre práticas de gestão:									
	Ações de formação internas	Formação profissional	Formação em entidade pertencente ao ensino superior	Conferências, seminários e/ou <i>workshops</i>	Fornecedores	Cooperadores/ associados/ irmãos	Utilizadores/ beneficiários/ clientes	Confederações e outras entidades de grau superior	Outros órgãos estatutários	Novos dirigentes e trabalhadores
Total										
Fundações	24,7	24,9	12,0	48,3	8,2	10,5	13,8	12,9	13,8	8,4
Dimensão										
Micro	12,0	11,6	6,2	37,0	7,2	12,0	12,0	12,3	18,5	8,2
Pequena	28,5	29,6	14,5	55,3	7,3	12,8	16,8	11,7	9,5	7,3
Média e grande	54,4	54,4	24,3	68,0	12,6	1,9	13,6	16,5	7,8	10,7

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro I.5.1
Fontes onde os dirigentes da entidade retiraram ensinamentos sobre práticas de gestão, por dimensão e total (2018)

As pessoas ao serviço com funções de dirigente eram maioritariamente do sexo feminino (66,3%)

Em 2018, as Fundações empregavam 15 290 pessoas ao serviço com vínculo laboral. As pessoas ao serviço com funções de dirigente eram maioritariamente do sexo feminino (66,3%), o que contrasta com a maioria de pessoas do sexo masculino nos cargos de direção de topo (71,2%).

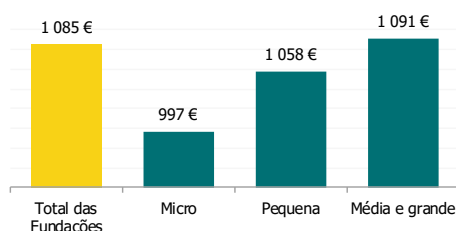
Agregação	Entidades	Pessoas ao serviço com vínculo laboral								
		Total			Com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)			Sem funções de dirigente		
		Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino
	Nº	Nº	%	%	Nº	%	%	Nº	%	%
Total										
Fundações	574	15 290	77,4	22,6	900	66,3	33,7	14 390	78,0	22,0
Dimensão										
Micro	292	231	64,1	35,9	31	54,8	45,2	200	65,5	34,5
Pequena	179	2 228	80,7	19,3	213	74,2	25,8	2 015	81,3	18,7
Média e grande	103	12 831	77,0	23,0	656	64,3	35,7	12 175	77,7	22,3

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro I.5.2
Pessoas ao serviço com vínculo laboral, total e por dimensão (2018)

A remuneração mensal bruta por pessoa ao serviço nas fundações foi 1 085 euros

Em 2018, a remuneração média mensal bruta nas Fundações foi 1 085 euros por pessoa ao serviço com vínculo laboral. Por dimensão, a remuneração variou entre os 997 euros nas entidades de micro dimensão e os 1 091 euros nas de média e grande dimensão.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura I.5.2
Remuneração mensal bruta por pessoa ao serviço com vínculo laboral, por dimensão e total (2018)

O calendário de objetivos resultou de uma combinação de curto e longo prazo para a maioria das fundações (60,1%)

O que melhor descrevia o calendário dos objetivos estabelecidos nas Fundações foi a combinação de curto e longo prazo (60,1%). Por dimensão, esta opção foi registada na maioria das entidades (54,5%, 60,9% e 75,3% das micro, pequenas, médias e grandes entidades, respetivamente). No total das Fundações, 4,2% referiu não existirem objetivos em 2018.

Agregação	Essencialmente de curto prazo (menos de 1 ano)	Essencialmente de longo prazo (1 ou mais anos/mandato conforme os estatutos)	Combinação de curto e longo prazo	Não existiam objetivos
	%			
Total				
Fundações	15,7	20,0	60,1	4,2
Dimensão				
Micro	18,5	20,2	54,5	6,8
Pequena	14,5	23,5	60,9	1,1
Média e grande	8,6	14,0	75,3	2,2

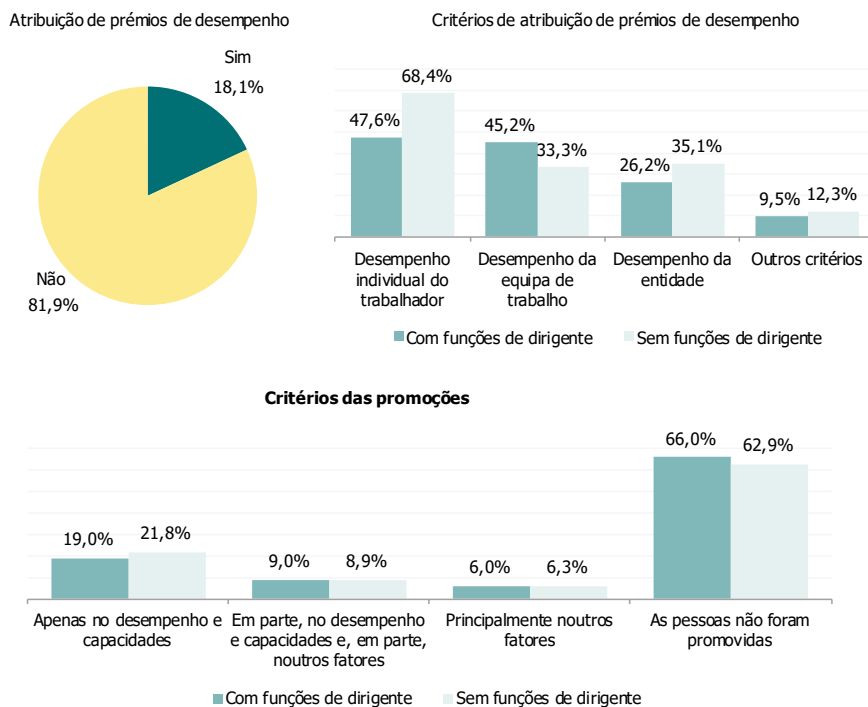
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro I.5.3
Calendário dos objetivos das entidades,
por dimensão e total (2018)

18,1% das fundações atribuíram prémios de desempenho

Em 2018, 18,1% das Fundações atribuíram prémios de desempenho, associados fundamentalmente ao desempenho individual e coletivo, às pessoas ao serviço com vínculo laboral, sendo o valor mais baixo de entre as famílias da Economia Social. Nas Fundações que atribuíram prémios, o desempenho individual do trabalhador foi o critério mais referido para nas pessoas sem funções de dirigente (68,4%). No caso das Fundações que atribuíram prémios de desempenho às pessoas com funções de dirigente, os critérios mais referidos foram o desempenho individual do trabalhador (47,6% dos casos) e o desempenho da equipa de trabalho (45,2%).

Relativamente às promoções, 66,0% das Fundações não promoveram as pessoas ao serviço com funções de dirigente e 62,9% não promoveram as pessoas sem funções de dirigente.

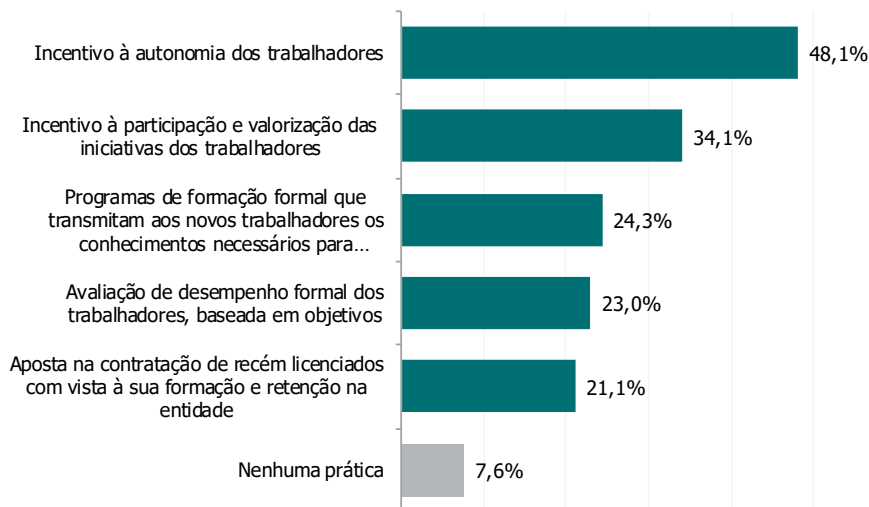


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura I.5.3
Prémios de desempenho e promoção das pessoas ao serviço,
por funções de dirigente e total (2018)

48,1% das fundações privilegiaram o incentivo à autonomia dos trabalhadores como prática de gestão de recursos humanos

Relativamente às práticas de gestão de recursos humanos, 48,1% das Fundações privilegiaram o incentivo à autonomia dos trabalhadores como prática de gestão de recursos humanos, e 34,1% o incentivo à participação e valorização das iniciativas dos trabalhadores. Em 2018, 7,6% das Fundações não levaram a cabo nenhuma prática de gestão de recursos humanos.



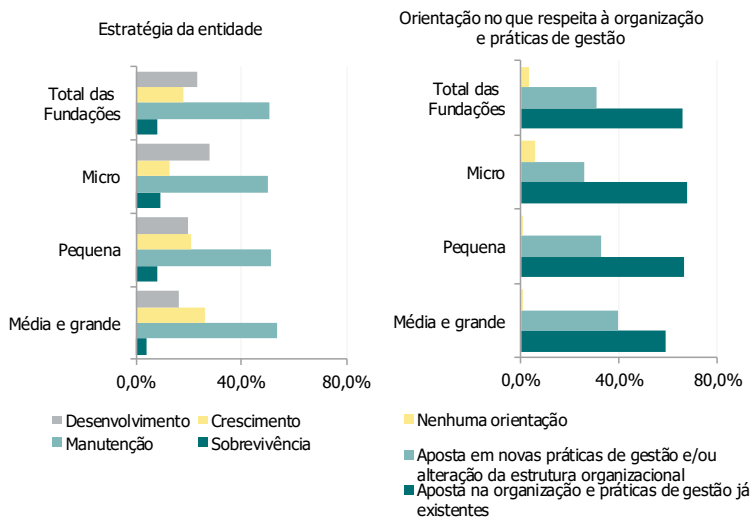
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura I.5.4

5 principais práticas de gestão de recursos humanos (2018)

27,7% das fundações de micro dimensão seguiram uma estratégia de desenvolvimento

Perante quatro estratégias alternativas (sobrevivência, manutenção, crescimento e desenvolvimento), 51,0% das Fundações optaram por indicar uma estratégia de manutenção da sua atividade, seguido-se 23,2% que referiram adotar uma estratégia de desenvolvimento e 17,8% uma estratégia de crescimento. Destaque ainda para as micro entidades, em que 27,7% destas referiram seguir uma estratégia de desenvolvimento, enquanto as de média e grande dimensão (ambas com 26,2%) indicaram seguir uma estratégia de crescimento.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura 1.5.5
Estratégia da entidade e orientação no que respeita
à organização e práticas de gestão,
por dimensão e total (2018)

6. ASSOCIAÇÕES COM FINS ALTRUÍSTICOS

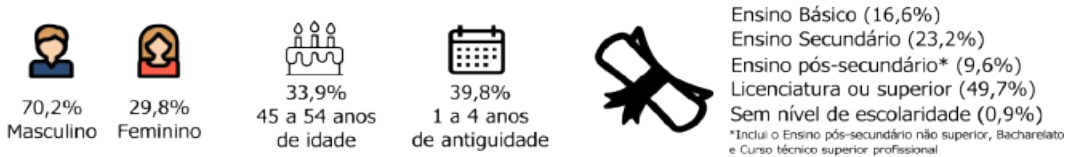
Em 2018, 49,7% dos membros da direção de topo das ACFA tinham grau de licenciatura ou superior

Em 2018, 49,7% dos membros da direção de topo (órgão executivo) das Associações com fins altruísticos (ACFA) tinham licenciatura ou grau académico superior, e 39,8% tinham o ensino básico e secundário.

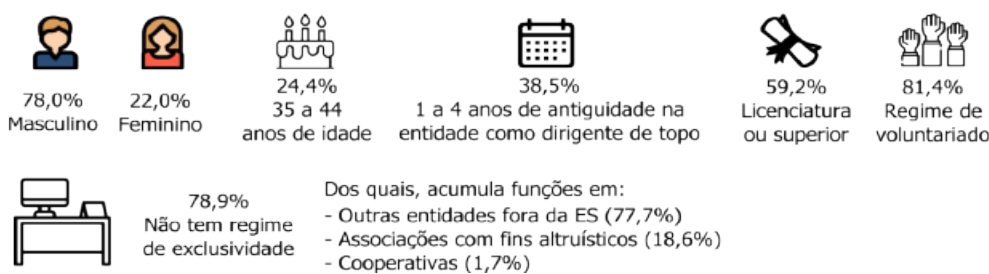
No mesmo ano, 70,2% dos membros da direção das ACFA eram do sexo masculino. Em termos de idade, o escalão entre os 45 e 54 anos de idade era o que concentrava a maior parcela da distribuição referente a esta variável.

Relativamente aos dirigentes de topo, 78,0% eram do sexo masculino, 59,2% tinham licenciatura ou grau superior e 81,4% estavam em regime de voluntariado. Cerca de 78,9% não exerciam funções em regime de exclusividade, dos quais um pouco mais de 3/4 acumulava funções fora do setor da Economia Social.

Membros da direção de topo (órgão executivo)



Dirigente de topo



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura I.6.1
Caracterização da direção de topo e dirigente de topo (2018)

A principal fonte de ensinamento sobre práticas de gestão foi a participação em conferências, seminários e/ou *workshops*

Em 2018, a principal fonte de ensinamento sobre práticas de gestão dos dirigentes foi a participação em conferências, seminários e/ou *workshops* (em 29,8% das ACFA). Seguiram-se os associados (23,8%) e ações de formação internas (20,8%).

Agregação	Principais fontes de ensinamentos sobre práticas de gestão:									
	Ações de formação internas	Formação profissional	Formação em entidade pertencente ao ensino superior	Conferências, seminários e/ou <i>workshops</i>	Fornecedores	Cooperadores/ associados/ irmãos	Utilizadores/ beneficiários/ clientes	Confederações e outras entidades de grau superior	Outros órgãos estatutários	Novos dirigentes e trabalhadores
Total										
Associações com fins altruísticos	20,8	11,7	6,7	29,8	4,0	23,8	9,8	5,6	5,5	4,4
Dimensão										
Micro	19,9	10,1	6,2	27,4	3,6	24,5	9,3	4,4	4,8	3,6
Pequena	25,6	22,5	10,3	46,1	7,6	19,4	14,2	14,3	12,2	10,9
Média e grande	41,6	35,6	15,9	68,5	6,3	10,0	10,0	18,9	9,6	12,0

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro I.6.1
Fontes onde os dirigentes da entidade retiraram ensinamentos sobre práticas de gestão, por dimensão e total (2018)

As pessoas ao serviço eram maioritariamente do sexo feminino (71,8%)

Em 2018, as pessoas ao serviço com vínculo laboral das ACFA eram maioritariamente do sexo feminino (71,8%), inclusive com funções de dirigente (63,1%).

Agregação	Entidades	Pessoas ao serviço com vínculo laboral								
		Total			Com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)			Sem funções de dirigente		
		Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino
	Nº	Nº	%	%	Nº	%	%	Nº	%	%
Total										
Associações com fins altruísticos	61 080	179 918	71,8	28,2	16 083	63,1	36,9	163 835	72,7	27,3
Dimensão										
Micro	54 500	20 257	61,1	38,9	5 273	45,5	54,5	14 984	66,7	33,3
Pequena	5 460	47 022	71,7	28,3	4 478	68,7	31,3	42 544	72,0	28,0
Média e grande	1 120	112 639	73,8	26,2	6 332	73,7	26,3	106 307	73,8	26,2

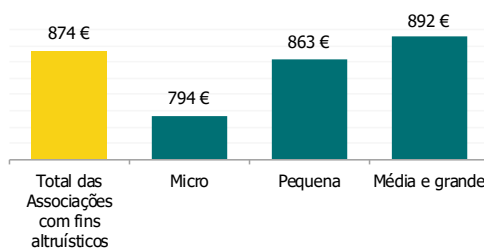
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro I.6.2

Pessoas ao serviço com vínculo laboral, total e por dimensão (2018)

A remuneração mensal bruta por pessoa ao serviço nas ACFA foi 874 euros

Em 2018, a remuneração média mensal bruta nas ACFA foi de 874 euros por pessoa ao serviço com vínculo laboral. À semelhança das restantes famílias, verifica-se uma relação positiva entre a dimensão e as remunerações, sendo que as micro entidades pagaram em média 794 euros e as de média e grande dimensão 892 euros.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura I.6.2

Remuneração mensal bruta por pessoa ao serviço com vínculo laboral, por dimensão e total (2018)

O calendário de objetivos resultou de uma combinação de curto e longo prazo para a maioria das ACFA (42,8%)

Em 2018, o calendário dos objetivos para o principal bem produzido e/ou serviço prestado, no quadro da intervenção social das ACFA, era descrito por 42,8% como uma combinação de curto e longo prazo. Esta opção foi dominante independentemente da dimensão das entidades: 41,3%, 51,4% e 71,2% das micro, pequenas, médias e grandes entidades, respetivamente. No total das ACFA, 10,6% referiu não existirem objetivos em 2018.

Agregação	Essencialmente de curto prazo (menos de 1 ano)	Essencialmente de longo prazo (1 ou mais anos/mandato conforme os estatutos)	Combinação de curto e longo prazo	Não existiam objetivos
	%			
Total				
Associações com fins altruísticos	26,3	20,3	42,8	10,6
Dimensão				
Micro	27,6	19,7	41,3	11,4
Pequena	17,4	27,1	51,4	4,2
Média e grande	8,6	17,8	71,2	2,4

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro I.6.3
Calendário dos objetivos das entidades, por dimensão e total (2018)

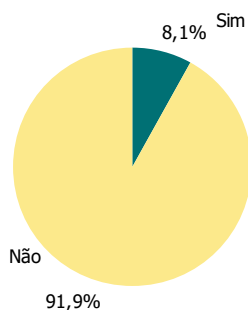
8,1% das ACFA atribuíram prémios de desempenho

Em 2018, 8,1% das ACFA atribuíram prémios de desempenho, associados fundamentalmente ao desempenho individual ou coletivo, às pessoas ao serviço com vínculo laboral. Nas ACFA que atribuíram prémios, o desempenho individual do trabalhador foi o critério mais referido por estas entidades, atingindo 44,1% nas pessoas com funções de dirigente e 44,0% nas pessoas ao serviço sem funções de dirigente.

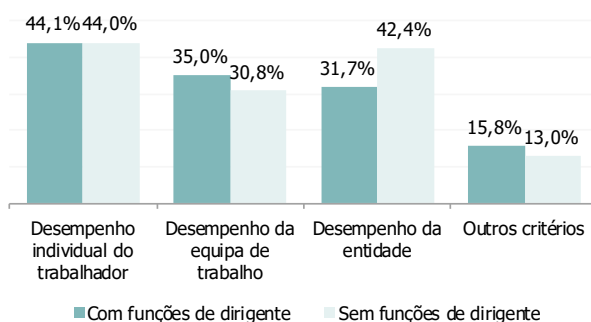
Cerca de 76,2% das ACFA não promoveram as pessoas ao serviço com funções de dirigente e 79,3% não promoveram as pessoas sem funções de dirigente.

Prémios de desempenho

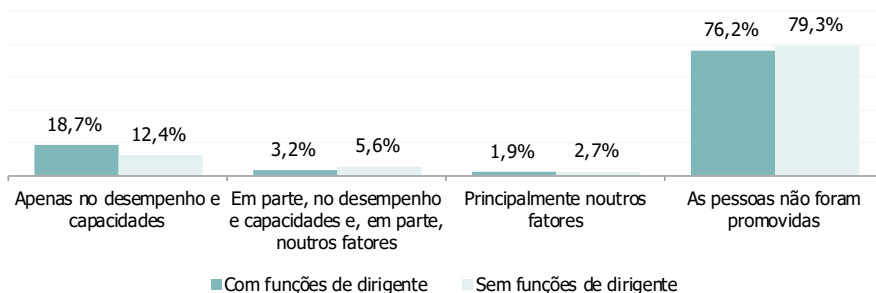
Atribuição de prémios de desempenho



CrITÉRIOS de atribuição de prémios de desempenho



CrITÉRIOS das promoções



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura I.6.3
Prémios de desempenho e promoção das pessoas ao serviço,
por funções de dirigente e total (2018)

55,0% das ACFA privilegiaram o incentivo à autonomia dos trabalhadores como prática de gestão de recursos humanos

Relativamente às práticas de gestão de recursos humanos, 55,0% das ACFA privilegiaram o incentivo à autonomia dos trabalhadores, seguindo-se o incentivo à participação e valorização das iniciativas dos trabalhadores (35,6%). Em 2018, 8,5% das ACFA não levaram a cabo nenhuma prática de gestão de recursos humanos.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura I.6.4

5 principais práticas de gestão de recursos humanos (2018)

55,8% das ACFA adotaram uma estratégia de manutenção da sua atividade

Perante quatro estratégias alternativas (sobrevivência, manutenção, crescimento e desenvolvimento), 55,8% das ACFA optaram por indicar uma estratégia de manutenção da sua atividade. De realçar que 22,2% das ACFA de pequena dimensão referiram apostar numa estratégia de desenvolvimento, o que inclui a inovação social, cooperação, parceria ou fusão com outras entidades.

No que respeita à orientação da entidade no que se refere à organização da gestão, 66,2% das ACFA apostaram na organização e práticas de gestão já existentes, limitando-se a 22,4% a percentagem das que dizem apostar em novas práticas de gestão e/ou alteração da estrutura organizacional.

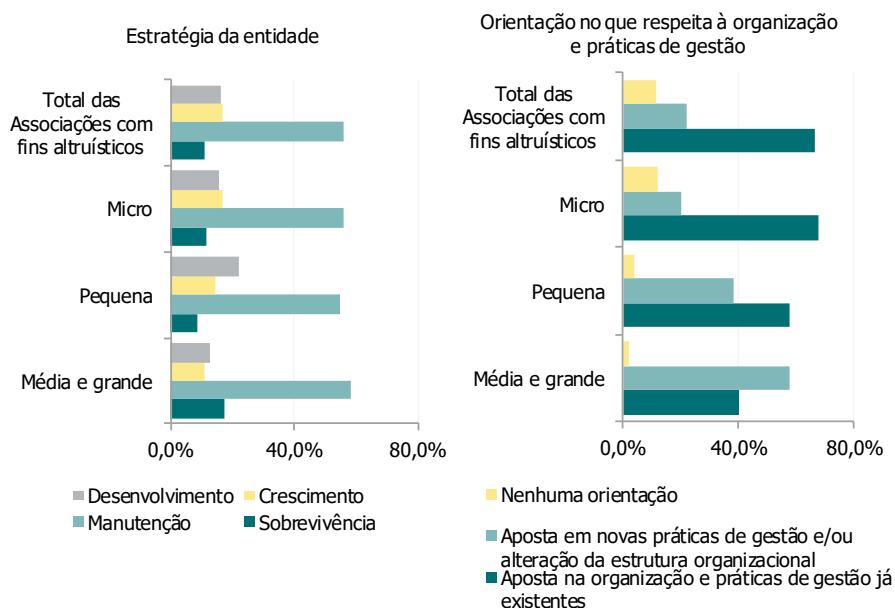


Figura I.6.5
Estratégia da entidade e orientação no que respeita à organização e práticas de gestão, por dimensão e total (2018)

7. INDICADOR GSCORE NA ECONOMIA SOCIAL

O Inquérito ao Setor da Economia Social permitiu obter informação sobre várias facetas da gestão das entidades da Economia Social em Portugal. Assim, foi calculado um indicador de síntese, designado de *gscore*, tendo por base a metodologia utilizada por técnicos do *Bureau of Census* dos Estados Unidos, e a aplicação já feita no Inquérito às Práticas de Gestão às sociedades não financeiras.

Este indicador foi obtido para cada entidade através da média simples das pontuações atribuídas às respostas a 20 questões do inquérito (ver a lista na nota metodológica). A pontuação a cada resposta varia entre 0 e 1, sendo o valor máximo atribuído à opção de resposta que corresponde à prática de gestão mais estruturada e o mínimo à menos estruturada. No caso de existirem mais do que duas opções de resposta, as opções intermédias, depois de ordenadas por ordem crescente de qualidade da prática de gestão, são pontuadas de modo uniforme com valores intermédios entre 0 e 1.

O *GSCORE* resulta assim num indicador que traduz, em certa medida, a qualidade das práticas de gestão de uma entidade, sendo por isso alvo de uma interpretação subjetiva.

As misericórdias registaram o valor mais elevado para o indicador *gscore* (0,4392)

Em 2018, as Misericórdias registaram o valor mais elevado para o *gscore* (0,4392 pontos) de entre as famílias da Economia Social, sendo ligeiramente superior ao valor registado para o mesmo indicador das Sociedades não financeiras (0,4316), obtido pelas respostas ao Inquérito às Práticas de Gestão de 2016. Seguiu-se as Fundações e as Associações com fins altruísticos. As Cooperativas e as Associações Mutualistas evidenciaram os valores mais baixos, 0,3516 e 0,3839, respetivamente.

Por dimensão da entidade, verifica-se que, em todas as famílias da Economia Social, quando a dimensão aumenta o indicador *gscore* também aumenta, registando o seu valor mais baixo nas entidades de micro dimensão e o mais elevado nas entidades de média e grande dimensão.

Em 2018, as Cooperativas de micro dimensão foram as que registaram o *gscore* mais baixo (0,3178), seguido das Associações com fins altruísticos da mesma dimensão (0,3446). Por oposição, as Cooperativas de média e grande dimensão foram as que apresentaram o *gscore* mais elevado (0,4990), seguido das Fundações da mesma dimensão (0,4659).

Agregação	Número de entidades	Valor do <i>gscore</i>	Desvio padrão
Cooperativas	2 012	0,3516	0,1261
Micro	1 189	0,3178	0,1288
Pequena	654	0,3751	0,1179
Média e grande	169	0,4990	0,1130
Associações Mutualistas	91	0,3839	0,1180
Micro	24	0,3459	0,1229
Pequena	47	0,3825	0,1116
Média e grande	20	0,4327	0,1147
Misericórdias	377	0,4392	0,1069
Micro	20	0,3856	0,0984
Pequena	71	0,4381	0,1363
Média e grande	286	0,4433	0,0983
Fundações	574	0,4083	0,1122
Micro	292	0,3863	0,1196
Pequena	179	0,4112	0,0911
Média e grande	103	0,4659	0,1034
Associações com fins altruísticos	1 629	0,3936	0,1155
Micro	417	0,3446	0,1124
Pequena	962	0,3971	0,1079
Média e grande	250	0,4615	0,1113
Sociedades não financeiras	3 875	0,4316	0,1485
Micro	733	0,3196	0,1029
Pequena	1 200	0,3727	0,1166
Média e grande	1 942	0,5102	0,1363

Notas: Os dados do *gscore* para as Associações com fins altruísticos não foram extrapolados. Os dados das Sociedades não financeiras foram obtidos através do Inquérito às Práticas de Gestão, tendo como ano de referência 2016, sendo que as questões utilizadas para o cálculo do *gscore* são, na sua generalidade, semelhantes às utilizadas no cálculo do *gscore* por família e dimensão da Economia Social.

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social e Inquérito às Práticas de Gestão

Quadro I.7.1
Indicador *gscore*, por família e dimensão (2018)

Capítulo II

PUBLICAÇÃO

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulga novos resultados do Inquérito ao Setor da Economia Social 2018, em complemento da informação sobre práticas de gestão das entidades da Economia Social divulgada no primeiro destaque à comunicação social, publicado no STATSlab, em novembro de 2019 (www.ine.pt).

A população alvo deste inquérito compreendeu as entidades da Economia Social (ES) ativas em 2018, com sede em Portugal, excluindo as entidades da família SCA – Subsetores Comunitário e Autogestionário. Os resultados foram agrupados, sempre que possível, em 5 grandes famílias: Cooperativas, Associações mutualistas, Misericórdias, Fundações e Associações com fins altruísticos.

Alguns resultados referentes à caracterização das entidades da Economia Social:

- Em 2018, 36,8% das entidades da ES identificaram como a principal área geográfica de atuação o nível nacional e a existência de cerca de 20,5 milhões de cooperadores, associados ou irmãos inscritos nestas entidades.
- Todos os municípios do país registaram a presença deste tipo de entidades, com uma concentração mais significativa nos municípios de Lisboa, Porto e Coimbra.
- No que se refere à estrutura organizacional, em quase todas as famílias da ES, predominava o escalão correspondente a 1 ou 2 níveis hierárquicos, com exceção das Associações mutualistas e das Misericórdias, nas quais o escalão de 3 ou 4 níveis hierárquicos foi maioritário.

- A maioria das entidades da ES desenvolveu trabalho em rede ou em parceria em 2018, variando entre uma proporção de 54,6% nas Cooperativas e 85,4% nas Misericórdias.
- Em termos de antiguidade, cerca de 48% das entidades da ES eram seniores (20 ou mais anos). Por família, este estrato foi dominante, sendo que no caso das Misericórdias esta percentagem atingiu os 93,6%.

Em 2018, quase 90% dos membros da direção de topo das entidades da ES tinham funções executivas, com esta percentagem a variar entre 81,7% nas Fundações e 93,3% nas Associações mutualistas.

No que se refere aos dirigentes de topo (entendido como o dirigente que ocupa a posição hierarquicamente mais elevada sem subordinação a nenhuma outra), 79,9% destes foram eleitos através dos órgãos sociais, 32,9% consideraram-se como “moderadamente autónomos” no uso de tecnologias de informação, e quase 70% referiram “assumir as responsabilidades” como uma das características que melhor os descrevia.

No que respeita ao pessoal ao serviço nas entidades da ES, 81,0% tinham contratos de trabalho sem termo, mais de 70% tinham horário fixo e 5,3% eram de nacionalidade estrangeira. Quase 1/3 das pessoas ao serviço recebiam o salário mínimo nacional.

Em 2018, 19,9% das Cooperativas realizaram ações de voluntariado no domínio do desenvolvimento da vida associativa e da ES, 60,0% das Associações mutualistas, 62,9% das Misericórdias e 32,2% das Fundações realizaram ações de voluntariado no domínio da ação social e 28,7% das ACFA realizaram ações de voluntariado no domínio da cultura e defesa do património.

Cerca de 40% das entidades da ES referiram que os voluntários estavam abrangidos por seguro de acidentes pessoais e de responsabilidade civil, com destaque para as misericórdias, onde esta percentagem atingiu os 77,1%.

Em 2018, 45,8% das entidades da ES não utilizavam indicadores-chave para a monitorização/avaliação do desempenho da sua atividade, variando entre 19,9% nas Misericórdias e 46,3% nas ACFA.

Em relação à presença destas entidades na Internet, 49,7% não tinha *website* ou página eletrónica em 2018, mas quase 2/3 utilizavam as redes sociais, variando esta percentagem entre 45,3% nas Cooperativas e 76,4% nas Misericórdias.

Quase 93,0% das entidades da ES não utilizaram métodos de medição do impacto social, em 2018. Esta percentagem variou entre 85,7% nas Fundações e 95,8% nas Cooperativas.

Na generalidade, a maioria das entidades da ES elabora apenas 4 documentos de gestão: Plano de Atividades (66,1%), Orçamento (56,3%), Relatório de atividades (62,1%) e Relatório e Contas (68,2%). De entre as entidades que elaboraram documentos de gestão, a maioria não os divulgou no respetivo *website* ou página eletrónica.

As transferências ou subsídios representaram 28,0% do total dos meios de financiamento das entidades da ES, em 2018, seguidas pelas prestações de serviços (22,0%) e pelos empréstimos (19,2%). Cerca de 6% das entidades da ES obtiveram financiamento de fontes estrangeiras, variando esta percentagem entre 5,2% nas ACFA e 25,5% nas Misericórdias.

Com respeito a iniciativas de responsabilidade social neste setor, 47,9% destas entidades não implementaram iniciativas de responsabilidade social. Das que promoveram algum tipo de iniciativas, 20,6% divulgaram informação interna e 17,9% desenvolveram iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental, embora se registem diferenças significativas nas várias famílias da ES.

De entre os princípios orientadores das entidades da ES, previstos no artigo 5.º da Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio), em média, foi atribuída a valorização mais elevada (numa escala de 1 a 7) ao respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade (4,8).

EXECUTIVE SUMMARY

Statistics Portugal releases new results of the Social Economy Sector Survey (SESS) 2018, in addition to the information on management practices of Social Economy entities disclosed in the first press release, published in STATSlab, in November 2019 (www.ine.pt).

The target population of this survey included the Social Economy (SE) entities active in 2018, headquartered in Portugal, excluding the entities of the CSMS family – Community and Self Management Subsectors. The results were grouped, whenever possible, into 5 large families: Cooperatives, Mutual associations, Holy houses of mercy, Foundations and Associations with altruistic goals (AAG).

Some results regarding the characterization of Social Economy entities:

- In 2018, 36.8% of the SE entities identified the national level as the main geographical area of operation and the existence of about 20.5 million cooperators, associates or brothers enrolled in these entities.
- All municipalities registered the presence of this type of entities, with a more significant concentration in the municipalities of Lisboa, Porto and Coimbra.
- Regarding the organizational structure, in all SE families, the option corresponding to 1 or 2 hierarchical levels was predominant, with the exception of the Mutual associations and the Holy houses of mercy, in which the 3 or 4 hierarchical levels was the main answer.
- The majority of SE entities engaged in networking or partnerships in 2018, varying between a proportion of 54.6% in Cooperatives and 85.4% in the Holy houses of mercy.

- In terms of seniority, around 48% of SE entities were senior (20 years old or more). By family, this category was dominant, and in the case of the Holy houses of mercy this percentage reached 93.6%.

In 2018, almost 90% of the members of the top management of SE entities had executive functions, with this percentage varying between 81.7% in Foundations and 93.3% in Mutualist associations.

With regard to top managers (understood as the manager who occupies the highest hierarchical position without subordination to any other), 79.9% of these were elected through the social/ corporate bodies, 32.9% considered themselves to be “moderately autonomous” in the use of information technologies, and almost 70% chose “taking responsibility” as one of the characteristics that best described them.

With regard to persons employed in SE entities, 81.0% had permanent employment contracts, more than 70% had fixed schedules and 5.3% were foreigners. Almost 1/3 of the employees received the national minimum wage.

In 2018, 19.9% of the Cooperatives carried out voluntary actions in the domain of development of associative life and SE, 60.0% of Mutual associations, 62.9% of Holy houses of mercy and 32.2% of Foundations carried out voluntary actions in the domain of social action and 28.7% of the AAG carried out voluntary actions in the domain of culture and heritage defense.

Around 40% of SE entities mentioned that volunteers were covered by personal accident and liability insurance, especially the Holy houses of mercy, where this percentage reached 77.1%.

In 2018, 45.8% of SE entities did not use key indicators for monitoring/ evaluating the performance of their activity, ranging from 19.9% in the Holy houses of mercy to 46.3% in the AAG.

Regarding the presence of these entities on the internet, 49.7% did not have a website in 2018, but almost 2/3 used social networks, this percentage varying between 45.3% in Cooperatives and 76.4% in the Holy houses of mercy.

Almost 93.0% of SE entities did not use methods of measuring social impact in 2018. This percentage varied between 85.7% in Foundations and 95.8% in Cooperatives.

In general, most SE entities only elaborate 4 management documents: Activity Plan (66.1%), Budget (56.3%), Activity Report (62.1%) and Annual

Report (68.2%). Among the entities which elaborate management documents, the majority did not disclose them on their website.

Transfers or subsidies represented 28.0% of the total revenues of SE entities, in 2018, followed by services (22.0%) and loans (19.2%). Around 6% of SE entities were financed by foreign sources, varying this percentage between 5.2% in the AAG and 25.5% in the Holy houses of mercy.

With respect to social responsibility initiatives in this sector, 47.9% of these entities did not implement social responsibility initiatives. Of those that promoted some type of initiatives, 20.6% released internal information and 17.9% developed initiatives aimed at environmental sustainability, although there were significant differences in the various families of SE.

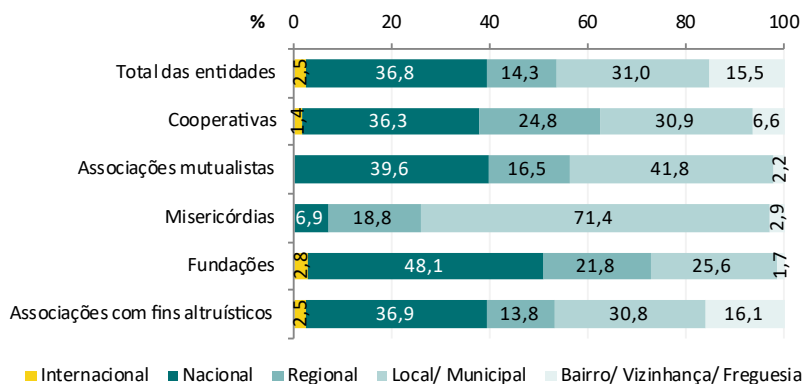
Among the guiding principles of SE entities, established in article 5 of the SE Framework Law (Law no. 30/2013, of 8 May), on average, a higher valuation was attributed (on a scale from 1 to 7) to the respect for the values of solidarity, equality and non-discrimination, social cohesion, justice and equity, transparency, shared individual and social responsibility and subsidiarity (4.8).

1. CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL

Em 2018, 36,8% das entidades da ES identificaram o nível nacional como a sua principal área geográfica de atuação

Em 2018, 36,8% das entidades da ES identificaram como principal área geográfica de intervenção o nível nacional, enquanto 31,0% selecionaram o nível local ou municipal. Cerca de 14% das entidades referiram atuar a nível regional e 15,5% concentraram a sua atividade no bairro, vizinhança ou freguesia. Apenas 2,5% do total de entidades da ES selecionaram o nível internacional enquanto principal área geográfica de atuação.

Os resultados apresentaram variações significativas entre as diferentes famílias da ES: enquanto nas Cooperativas, nas Fundações e nas ACFA o nível nacional foi o que agregou o maior número de entidades (com 36,3%, 48,1% e 36,9%, respetivamente), nas Misericórdias e nas Associações mutualistas o nível local ou municipal foi predominante (71,4% e 41,8%, respetivamente).



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.1.1

Principal área geográfica em que as entidades da ES desenvolveram a sua atividade, por família e total (2018)

Existem entidades da ES em todos os municípios do país, com uma concentração mais significativa em Lisboa, Porto e Coimbra

Analisando a localização geográfica das 64 134 entidades da ES, conclui-se que, em 2018, todos os municípios do país registavam a presença deste tipo de entidades, observando-se uma concentração mais significativa das mesmas nos municípios de Lisboa, Porto e Coimbra.

É igualmente possível observar uma polarização do setor da ES em outros municípios do interior do país, tais como Évora, Bragança, Castelo Branco, Vila Real e Guarda.

Na Região Autónoma dos Açores destacam-se os municípios de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo e na Região Autónoma da Madeira o município do Funchal.

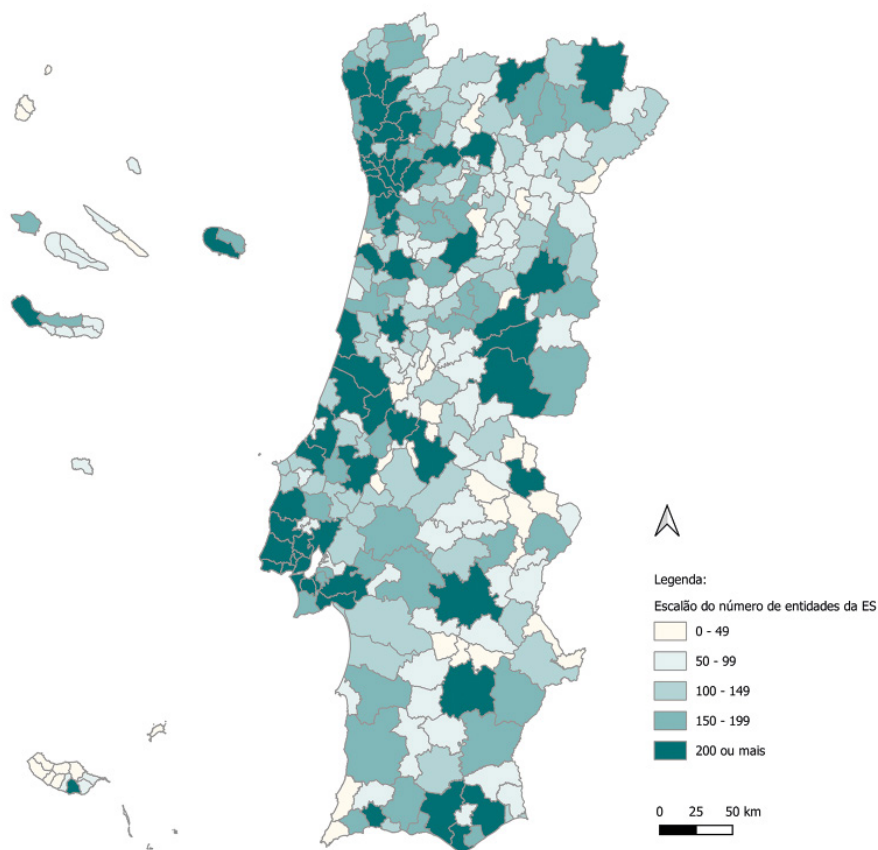


Figura II.1.2
Distribuição das entidades da ES, por município (2018)

Em 2018, as entidades da ES identificaram como principal utilizador, beneficiário ou cliente o público em geral (64,0%), as crianças (15,0%), os jovens (13,5%), a população idosa (8,9%) e os fiéis e crentes (8,5%).

Apesar do público em geral corresponder ao principal utilizador, beneficiário ou cliente em quase todas as famílias da ES, com exceção das Misericórdias, observaram-se diferenças significativas quanto à distribuição dos demais utilizadores, beneficiários ou clientes.

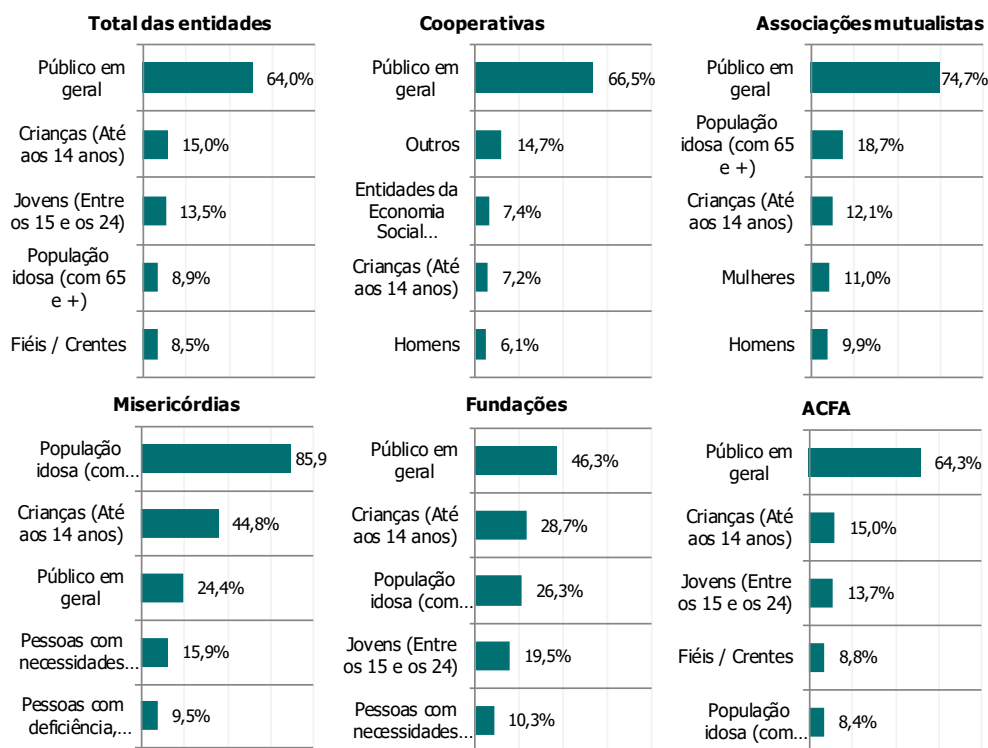
De facto, nas Cooperativas, além do público em geral (66,5%), assumiram especial relevância os outros (14,7%), as entidades da ES (7,4%), as crianças (7,2%) e os homens (6,1%).

Nas Associações mutualistas destacaram-se, além do público em geral (74,7%), a população idosa (18,7%), as crianças (12,1%), as mulheres (11,0%) e os homens (9,9%).

Para as Misericórdias o principal utilizador, beneficiário ou cliente foi a população idosa (85,9%), seguida das crianças (44,8%), do público em geral (24,4%), das pessoas com necessidades financeiras (15,9%) e das pessoas com deficiência, necessidades especiais e/ou problemas de saúde mental (9,5%).

No que diz respeito às Fundações, além do público em geral (46,3%) como principal utilizador, beneficiário ou cliente, destacaram-se as crianças (28,7%), a população idosa (26,3%), os jovens (19,5%) e as pessoas com necessidades financeiras (10,3%).

Por último, nas ACFA foram preponderantes o público em geral (64,3%), as crianças (15,0%), os jovens (13,7%), os fiéis e crentes (8,8%) e a população idosa (8,4%).



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.1.3
Principais 5 utilizadores, beneficiários ou clientes, por família e total (2018)

Em 2018, existiam cerca de 20,5 milhões de cooperadores, associados ou irmãos inscritos nas entidades da ES

Em 2018, existiam cerca de 20,5 milhões de cooperadores, associados ou irmãos inscritos nas entidades da ES e cerca de 1,1 milhões de organizações (pessoas coletivas ou equiparadas)¹ filiadas no setor da ES. Tal significa que, assumindo como referência o total da população nacional (10 276 617 de habitantes, em 2018), em média, cada residente no país seria sócio de duas entidades da ES.

As ACFA agregaram a maior parte dos cooperadores, associados ou irmãos inscritos na ES (89,5%), enquanto as Fundações concentraram a menor percentagem de cooperadores, associados ou irmãos inscritos (0,6% em cada).

Do total de inscritos, cerca de 48% detinham quotas pagas em 2018, o que não significa necessariamente que os demais 52% tivessem quotas em dívida ou em atraso, pois existem entidades sem obrigatoriedade de pagamento de quotas. A percentagem de cooperadores, associados ou irmãos com quotas pagas foi mais elevada nas Associações mutualistas (96,3%) e mais reduzida nas Fundações (17,6%).

		Unidade: N.º	Unidade: %	
Agregação	Cooperadores, associados ou irmãos inscritos em 2018		Dos quais: Cooperadores, associados ou irmãos inscritos em 2018 <u>com quotas pagas</u> em 2018	
	Pessoas coletivas ou equiparadas	Pessoas singulares	Pessoas coletivas ou equiparadas	Pessoas singulares
	N.º		%	
Total das entidades				
Total das entidades	1 055 742	20 486 008	33,1%	47,9%
Família				
Cooperativas	104 777	828 454	44,7%	42,5%
Associações mutualistas	46 123	1 084 363	11,9%	96,3%
Misericórdias	4 915	121 327	66,8%	61,0%
Fundações	13 305	116 434	5,0%	17,6%
Associações com fins altruísticos	886 622	18 335 430	33,0%	45,4%

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro II.1.1

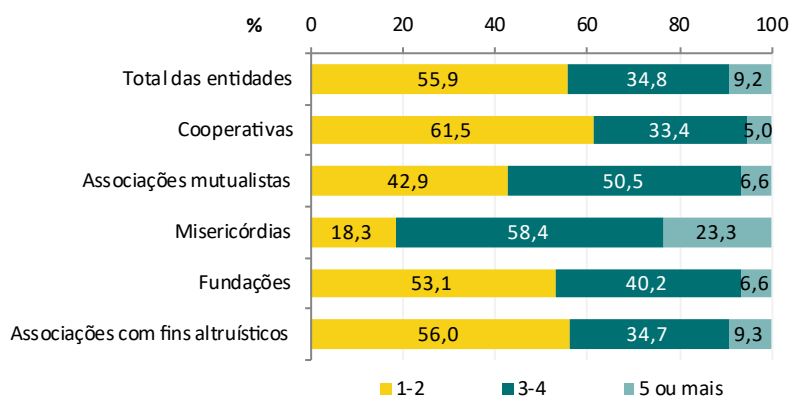
Número de cooperadores, associados ou irmãos inscritos nas entidades da ES, por família e total (2018)

1. Entende-se por membros coletivos, ou membros de pessoas coletivas ou equiparadas, as entidades que se destinam à prossecução de certos fins comuns e às quais o direito atribui a qualidade de pessoas jurídicas, ou seja, a capacidade de terem direitos e obrigações, incluindo por exemplo empresas privadas, empresas públicas e entidades da economia social. Tal como acontece nos membros individuais, os membros coletivos podem estar inscritos como cooperadores, associados ou irmãos em mais do que uma entidade.

55,9% das entidades da ES tinham apenas 1 ou 2 níveis hierárquicos na sua estrutura organizacional

Em 2018, 55,9% das entidades da ES tinham apenas 1 ou 2 níveis hierárquicos na sua estrutura organizacional, 34,8% tinham 3 ou 4 níveis hierárquicos, 9,2% tinham 5 ou mais níveis hierárquicos.

Em quase todas as famílias da ES o escalão correspondente a 1 ou 2 níveis hierárquicos foi predominante, com exceção das Associações mutualistas e das Misericórdias, nas quais o escalão de 3 ou 4 níveis hierárquicos foi maioritário, representando 50,5% e 58,4% destas entidades, respetivamente.

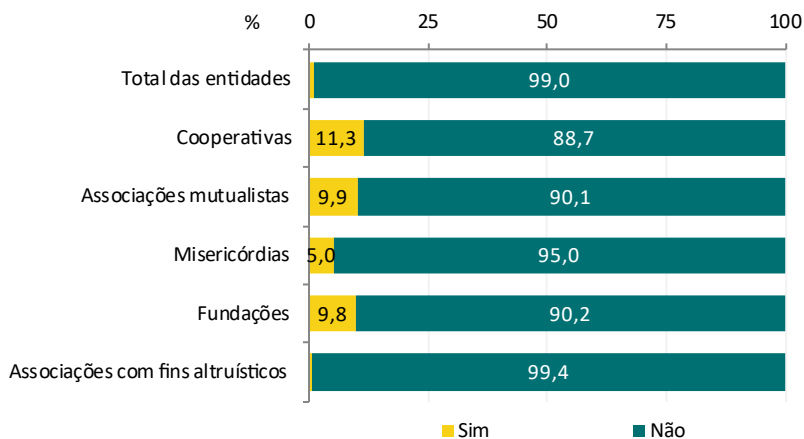


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.1.4
Níveis hierárquicos existentes na estrutura orgânica das entidades da ES,
por família e total (2018)

99,0% das entidades da ES não detinham participações sociais noutras entidades nacionais, em 2018

Em 2018, 99,0% das entidades da ES não detinham quaisquer participações sociais noutras entidades nacionais. Não obstante, importa referir que 11,3% das Cooperativas, 9,9% das Associações mutualistas, 9,8% das Fundações e 5,0% das Misericórdias detinham participações sociais noutras entidades.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.1.5

Detenção de participações sociais noutras entidades nacionais, por família e total (2018)

Apenas 14,6% das misericórdias não desenvolveram trabalho em rede ou em parceria em 2018

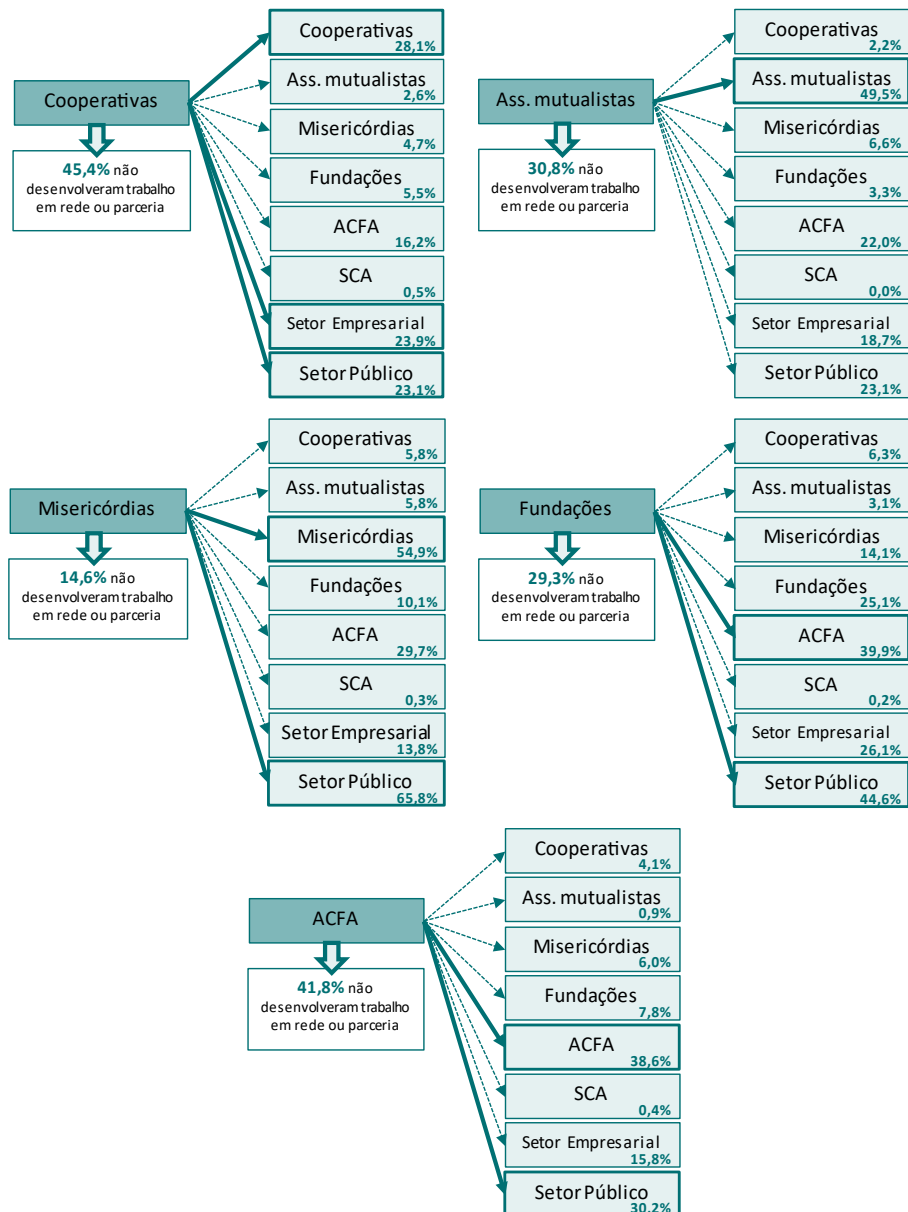
Em 2018, cerca de 45,4% das Cooperativas referiram não ter desenvolvido trabalho em rede ou em parceria. Das Cooperativas que trabalharam em rede ou em parceria, 28,1% indicaram como parceiras outras Cooperativas, seguindo-se o setor empresarial e setor público (23,9% e 23,1%, respetivamente).

Em 2018, 30,8% das Associações mutualistas não desenvolveram trabalho em rede ou em parceria. De entre as Associações mutualistas que trabalharam em rede ou em parceria, quase 50% estabeleceram parcerias com outras Associações mutualistas.

Somente 14,6% das Misericórdias admitiram não ter desenvolvido trabalho em rede ou em parceria, em 2018. Das Misericórdias que trabalharam em rede ou em parceria, 65,8% indicaram como parceiro o setor público e 54,9% referiram outras Misericórdias.

29,3% das Fundações não desenvolveram trabalho em rede ou em parceria, em 2018. De entre as Fundações que trabalharam em rede ou em parceria, quase 45% estabeleceram parcerias com o setor público e quase 40% com ACFA.

Cerca de 42% das ACFA admitiram não ter desenvolvido trabalho em rede ou em parceria, em 2018. Das ACFA que trabalharam em rede ou em parceria, 38,6% indicaram como parceiras outras ACFA e 30,2% identificaram o setor público.

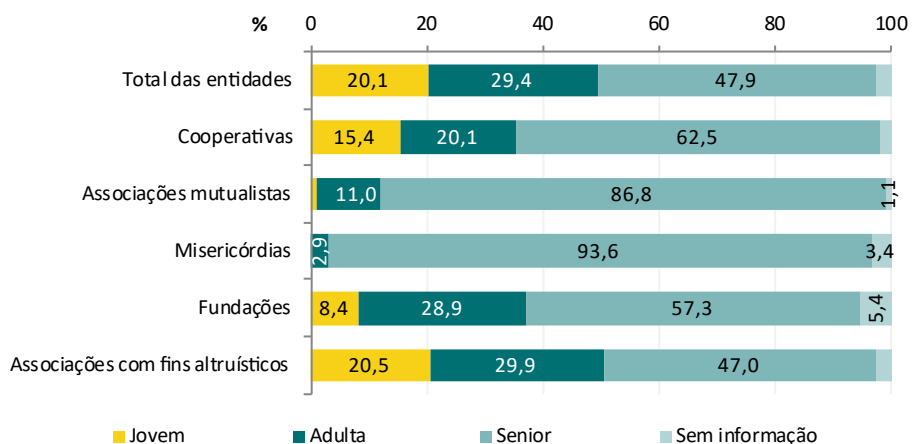


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.1.6
Trabalho em rede ou em parceria nas entidades da ES, por família (2018)

Em 2018, 47,9% das entidades da ES tinham 20 ou mais anos de idade

Em 2018, 47,9% das entidades da ES eram seniores (20 ou mais anos de idade). Por família, este estrato foi dominante, sendo que no caso das Misericórdias esta percentagem elevou-se para 93,6%. Por oposição, as ACFA eram a família da ES com uma percentagem mais significativa de entidades jovens (20,5%), seguindo-se as Cooperativas (15,4%).



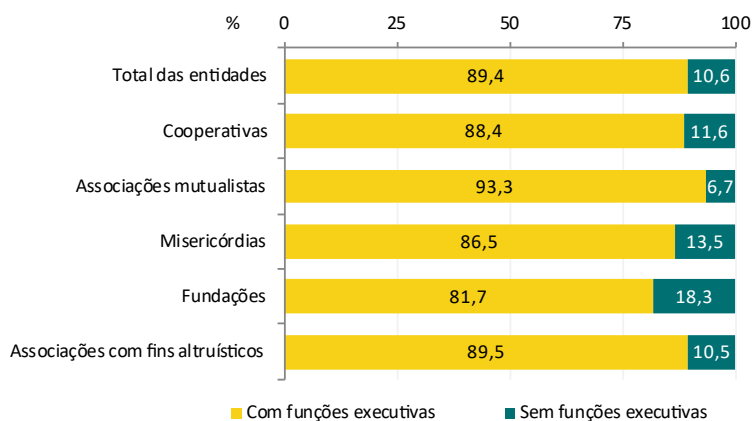
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.1.7
Agregações de idade das entidades da ES, por família e total (2018)

2. CARATERIZAÇÃO DA DIREÇÃO DE TOPO E DO DIRIGENTE DE TOPO DAS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL

Quase 90% dos membros da direção de topo das entidades da ES tinham funções executivas

Em 2018, 89,4% dos membros da direção de topo das entidades da ES exerciam funções executivas. Esta percentagem variou entre 81,7% nas Fundações e 93,3% nas Associações mutualistas.

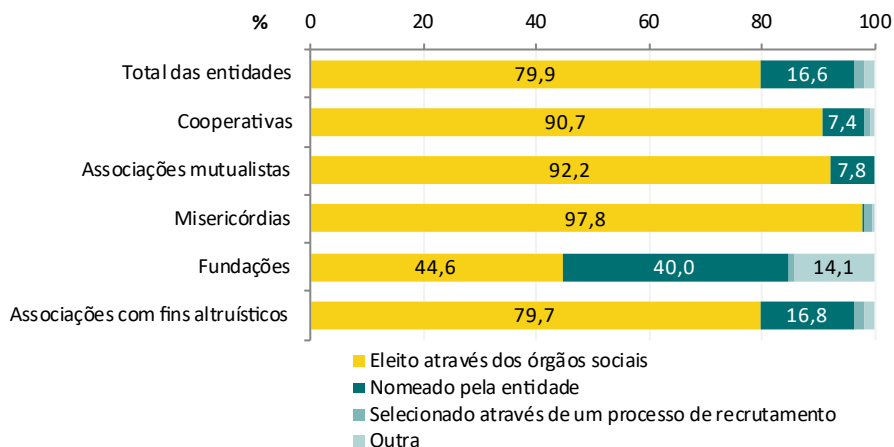


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.2.1
Membros da direção de topo das entidades da ES com e sem funções executivas, por família e total (2018)

79,9% dos dirigentes de topo das entidades da ES foram eleitos através dos órgãos sociais

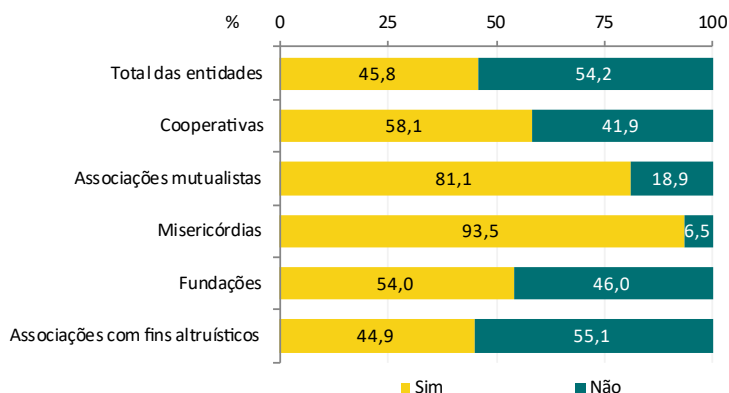
Em 2018, 79,9% dos dirigentes de topo das entidades da ES foram eleitos através dos órgãos sociais e 16,6% foram nomeados pela própria entidade. No caso das Fundações, a percentagem de dirigentes de topo nomeados pela entidade eleva-se para 40,0%, enquanto a percentagem de dirigentes de topo eleitos através dos órgãos sociais desce para 44,6%. Ainda no caso das Fundações, em mais de metade das outras situações o dirigente de topo é “designado” (nominalmente ou em representação de alguma entidade) pelos estatutos ou pelo criador ou fundador da entidade.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.2.2
Forma de seleção do dirigente de topo da entidade da ES,
por família e total (2018)

Em 2018, existiam limites (temporais ou de número de mandatos) aplicáveis ao exercício do cargo de dirigente de topo em quase 46% do total das entidades da ES, variando esta percentagem entre 44,9% nas ACFA e 93,5% nas Misericórdias.



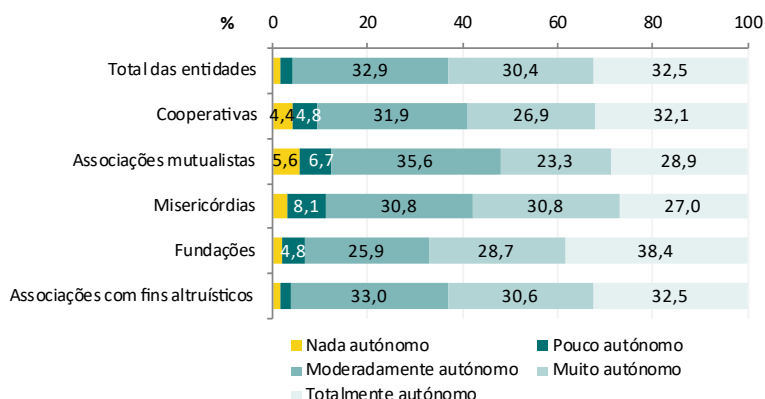
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro II.2.3

Existência de limites (temporais ou de número de mandatos) aplicáveis ao exercício do cargo de dirigente de topo, por família e total (2018)

32,9% dos dirigentes de topo das entidades da ES consideraram-se como “moderadamente autónomos” no uso de tecnologias de informação

Em 2018, 32,9% dos dirigentes de topo das entidades da ES autoavaliaram o seu grau de autonomia relativamente à compreensão e utilização de tecnologias de informação como “Moderadamente autónomos”, 32,5% consideraram-se “Totalmente autónomos” e 30,4% como “Muito autónomos”.



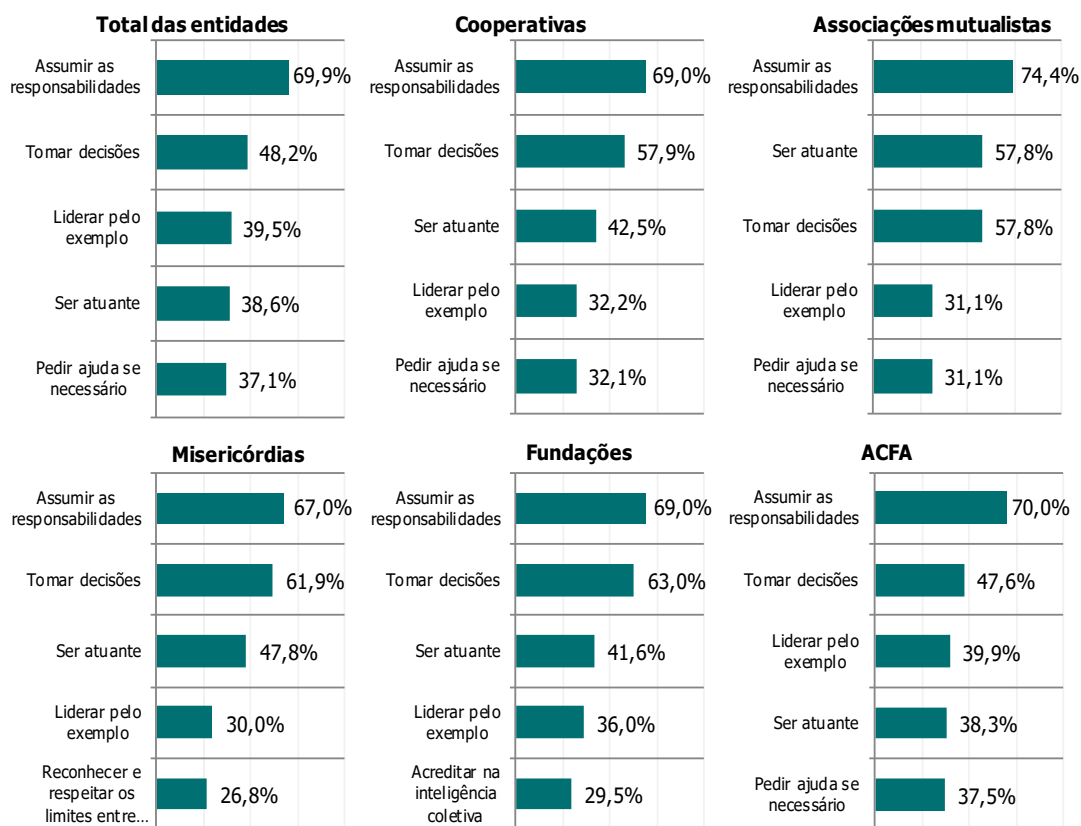
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.2.4

Avaliação do grau de autonomia do dirigente de topo, relativamente à compreensão e utilização de tecnologias de informação, por família e total (2018)

Quase 70% dos dirigentes de topo da ES consideraram que “assumir as responsabilidades” era uma das características que melhor os descrevia

Quase 70,0% dos dirigentes de topo das entidades da ES consideraram que “assumir as responsabilidades” era uma das características que melhor os descrevia. Destacaram-se ainda as características “tomar decisões” (48,2%) e “liderar pelo exemplo” (39,5%).

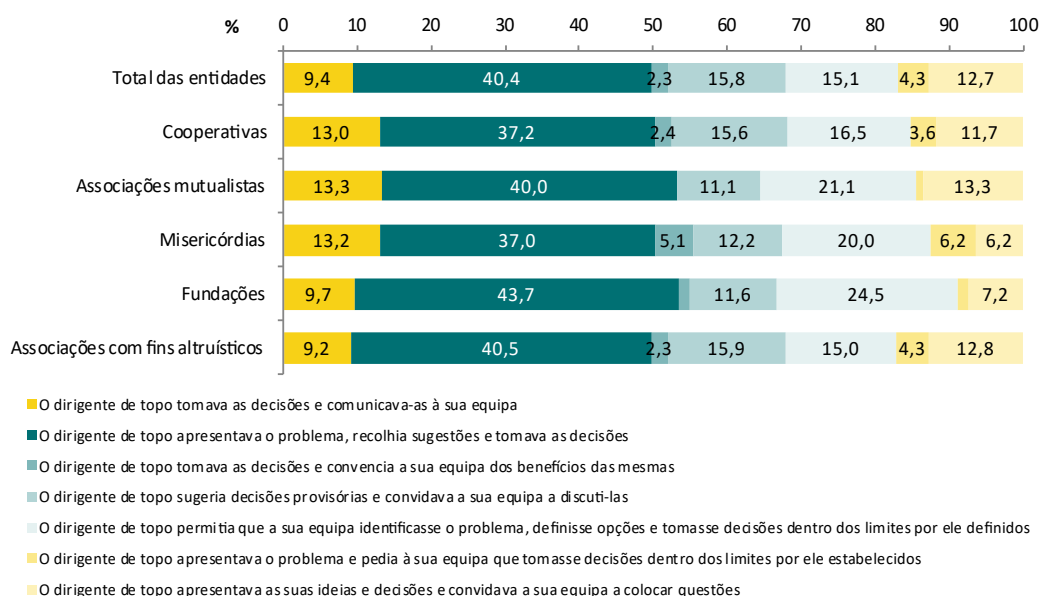


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.2.5
5 principais caraterísticas que melhor descreviam o dirigente de topo da ES, por família e total (2018)

Cerca de 40% dos dirigentes de topo da ES consideraram que a afirmação que melhor descrevia o estilo de liderança na entidade era: “o dirigente de topo apresentava o problema, recolhia sugestões e tomava as decisões”

Em 2018, 40,4% dos dirigentes de topo da ES consideraram que a afirmação que melhor descrevia o estilo de liderança da entidade era “O dirigente de topo apresentava o problema, recolhia sugestões e tomava as decisões”, seguindo-se a afirmação “O dirigente de topo sugeria decisões provisórias e convidava a sua equipa a discuti-las” (15,8%).



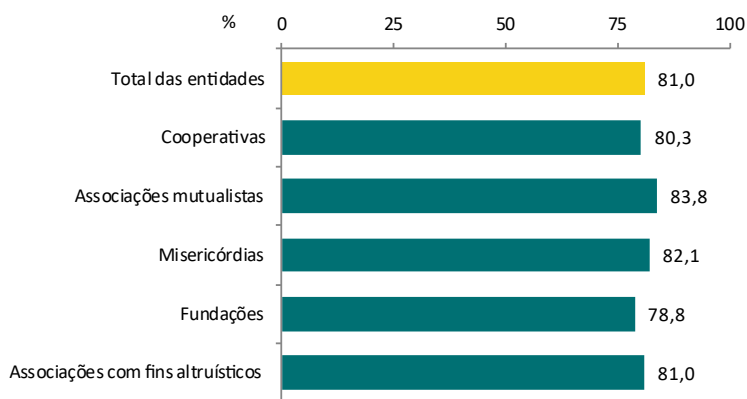
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.2.6
Caraterização do estilo de liderança das entidades da ES,
por família e total (2018)

3. CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS AO SERVIÇO NO SETOR DA ECONOMIA SOCIAL

Em 2018, 81,0% das pessoas ao serviço nas entidades da ES tinham contratos de trabalho sem termo

Em 2018, 81,0% das pessoas ao serviço com vínculo laboral tinham contratos de trabalho sem termo. Esta percentagem variou entre 78,8% nas Fundações e 83,8% nas Associações mutualistas.



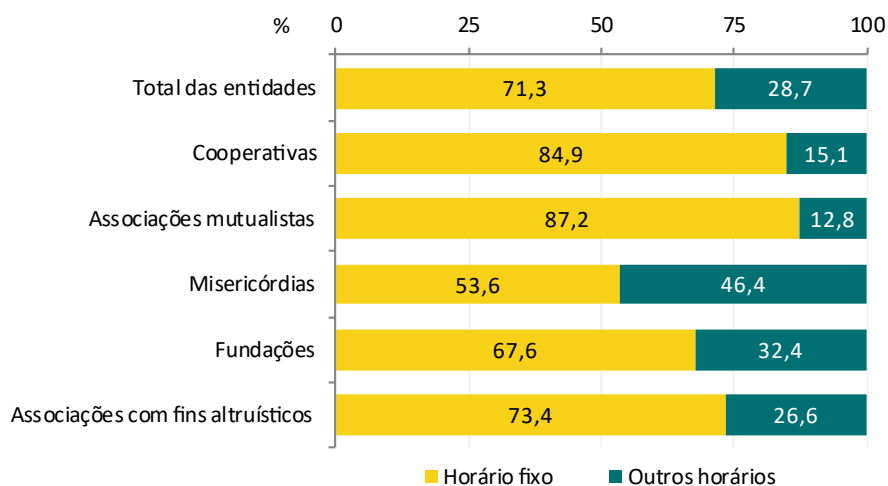
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.3.1

Percentagem de pessoas ao serviço com vínculo laboral, com contratos de trabalho sem termo, por família e total (2018)

Mais de 70% das pessoas ao serviço nas entidades da ES tinham horário fixo

Em 2018, 71,3% das pessoas ao serviço nas entidades da ES tinham horário de trabalho fixo. Esta modalidade de horário abrangia a maioria das pessoas ao serviço em todas as famílias da ES. No entanto, importa sublinhar que 46,4% das pessoas ao serviço nas Misericórdias tinham outras modalidades de horário.

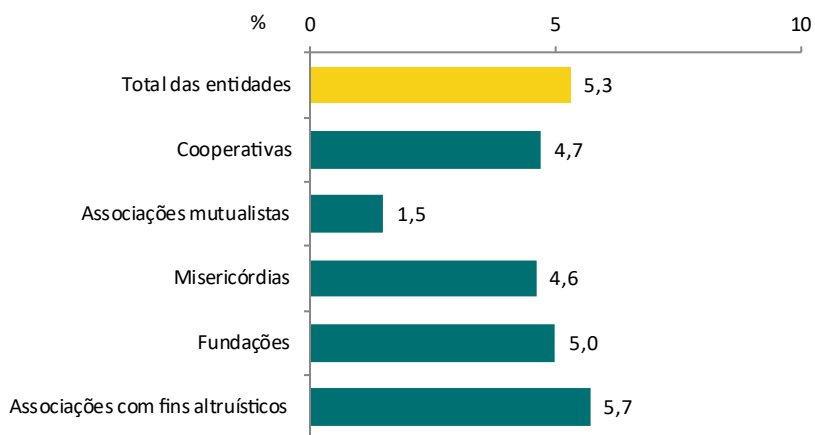


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.3.2
Tipos de horário das pessoas ao serviço nas entidades da ES,
por família e total (2018)

5,3% das pessoas ao serviço das entidades da ES tinham nacionalidade estrangeira

Em 2018, 5,3% das pessoas ao serviço das entidades da ES tinham nacionalidade estrangeira, variando esta percentagem entre 1,5% nas Associações mutualistas e 5,7% nas ACFA.



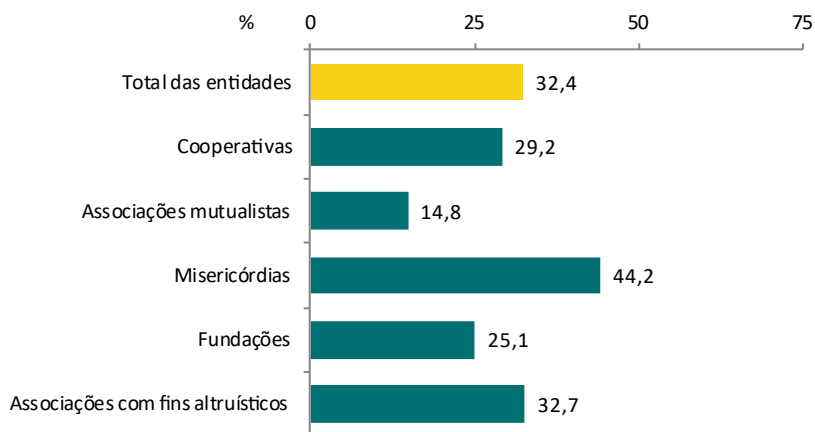
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.3.3

Percentagem de pessoas ao serviço das entidades da ES com nacionalidade estrangeira, por família e total (2018)

Quase 1/3 das pessoas ao serviço das entidades da ES recebiam o salário mínimo nacional

Em 2018, 32,4% das pessoas ao serviço das entidades da ES auferiam a remuneração mínima mensal garantida (vulgo salário mínimo nacional), variando esta percentagem entre 14,8% nas Associações mutualistas e 44,2% nas Misericórdias.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.3.4

Percentagem de pessoas ao serviço que auferiam a retribuição mínima mensal garantida (vulgo salário mínimo), por família e total (2018)

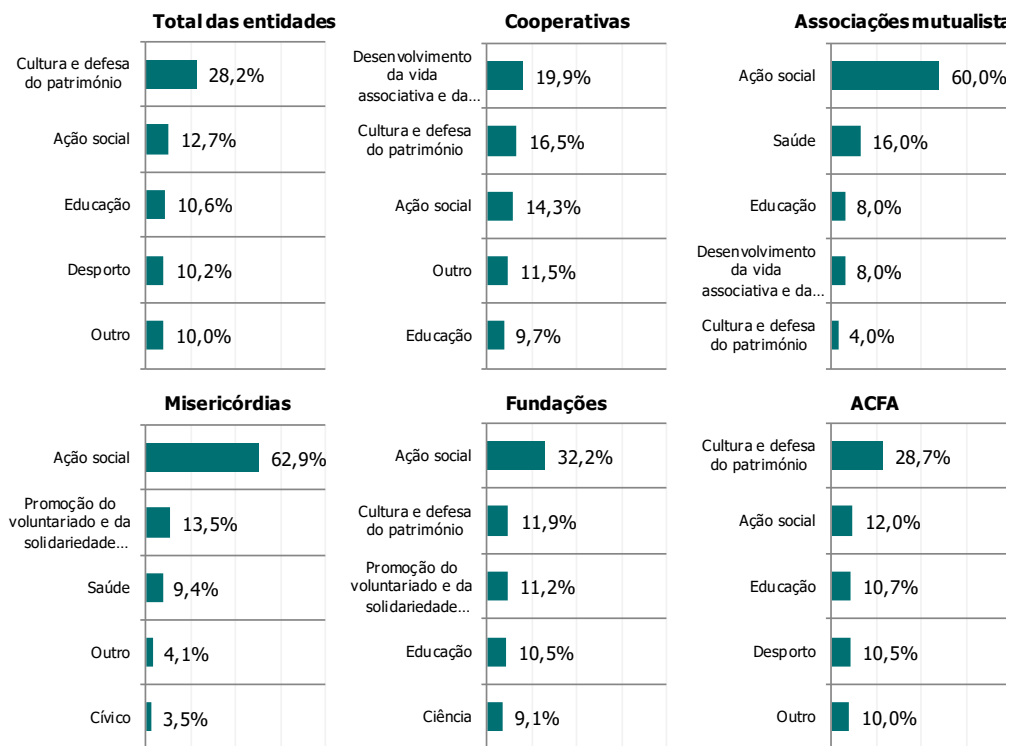
4. TRABALHO VOLUNTÁRIO NO SETOR DA ECONOMIA SOCIAL

Em complemento da informação recolhida no âmbito do Inquérito ao Trabalho Voluntário (ITV) 2018, o ISES incluiu algumas questões sobre trabalho voluntário, na ótica das entidades da ES, cujos resultados são apresentados em seguida.

Quase 30% das entidades da ES realizaram ações de voluntariado no domínio da cultura e defesa do património

Em 2018, 28,2% das entidades da ES realizaram ações de voluntariado no domínio da cultura e defesa do património. Contudo, observaram-se diferenças significativas nas diferentes famílias da ES:

- 19,9% das Cooperativas realizaram ações de voluntariado no domínio do desenvolvimento da vida associativa e da ES;
- 60,0% das Associações mutualistas, 62,9% das Misericórdias e 32,2% das Fundações realizaram ações de voluntariado no domínio da ação social;
- 28,7% das ACFA realizaram ações de voluntariado no domínio da cultura e defesa do património.



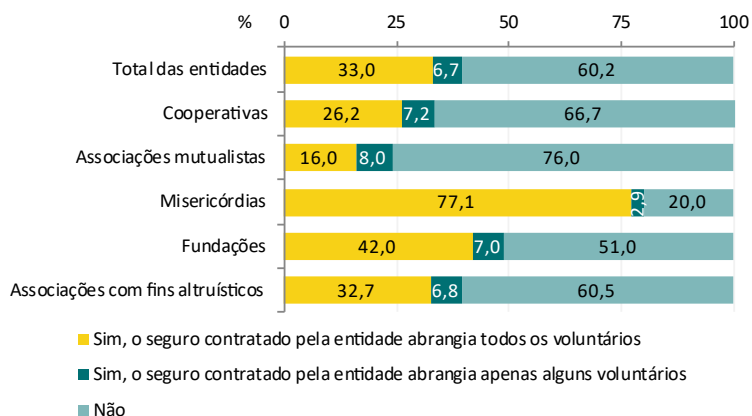
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.4.1

5 principais domínios em que se inseriram as ações de voluntariado promovidas pelas entidades da ES, por família e total (2018)

Em cerca de 60% das entidades da ES os voluntários não estavam abrangidos por seguro

Cerca de 60% das entidades da ES referiram que os voluntários não estavam abrangidos por seguro de acidentes pessoais e de responsabilidade civil, apesar de tal ser legalmente exigido nos termos definidos na Lei de Bases do Voluntariado, e em apenas 1/3 das entidades que contrataram o seguro, este abrangia todos os voluntários. Destaque para as Misericórdias, em que 77,1% tinham contratado um seguro que abrangia todos os voluntários.



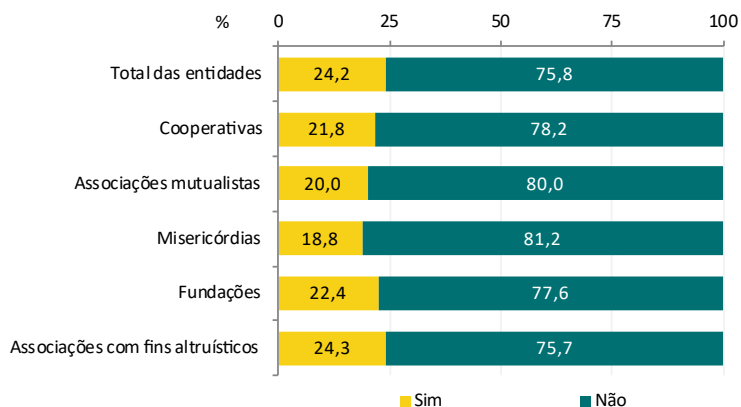
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.4.2

Voluntários abrangidos por seguro de acidentes pessoais e de responsabilidade civil contratado pela entidade da ES, por família e total (2018)

75,8% das entidades da ES não reembolsaram os voluntários de despesas realizadas no âmbito do trabalho voluntário

Em 2018, 75,8% das entidades da ES não reembolsaram os voluntários de despesas realizadas no exercício de trabalho voluntário. Esta percentagem variou entre 75,7% nas ACFA e 81,2% nas Misericórdias.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.4.3

Reembolso de despesas realizadas no exercício de trabalho voluntário, por família e total (2018)

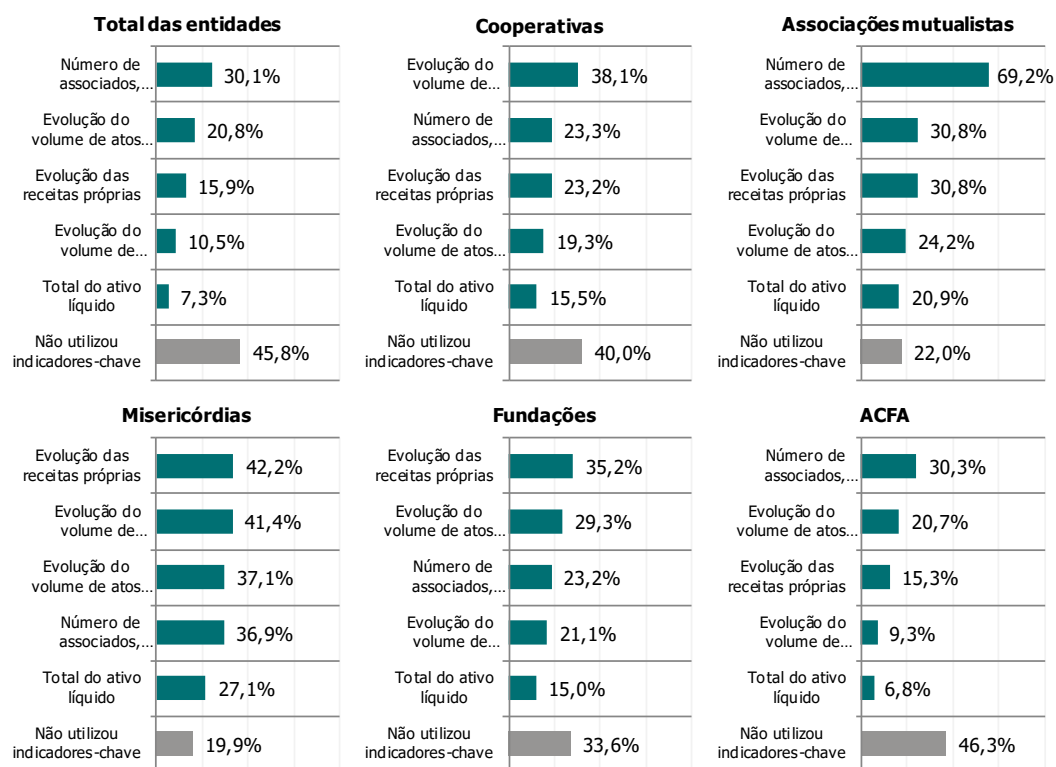
5. GESTÃO E PRÁTICAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NO SETOR DA ECONOMIA SOCIAL

Em 2018, quase 46% das entidades da ES não utilizaram indicadores-chave para a monitorização e avaliação do desempenho

Em 2018, 45,8% do total de entidades da ES não utilizaram indicadores-chave para a monitorização e avaliação do desempenho da atividade desenvolvida. Das entidades que recorreram à utilização de indicadores-chave em 2018, 30,1% utilizaram o indicador referente ao número de associados, utentes ou clientes, 20,8% utilizaram a evolução do volume de atos de serviço praticados e 15,9% utilizaram a evolução das receitas próprias. No entanto, estes resultados variaram, de forma significativa, nas diferentes famílias da ES:

- 40,0% das Cooperativas não utilizaram indicadores-chave e, de entre as que utilizaram indicadores-chave de desempenho, 38,1% recorreram à análise da evolução do volume de negócios, 23,3% utilizaram o número de associados, utentes ou clientes e 23,2% analisaram a evolução das receitas próprias;
- 69,2% das Associações mutualistas utilizaram o número de associados, utentes ou clientes e 30,8% destas associações analisaram a evolução do volume de negócios e das receitas próprias. Apenas 22,0% das Associações mutualistas não utilizaram indicadores-chave para monitorizar e avaliar o desempenho da atividade desenvolvida;

- 42,2% das Misericórdias utilizaram a evolução das receitas próprias, 41,4% analisaram a evolução do volume de negócios e 37,1% recorreram à evolução do volume de atos de serviço praticados. Menos de 20% das Misericórdias não utilizaram indicadores-chave para monitorizar e avaliar o desempenho da sua atividade;
- 35,2% das Fundações analisaram a evolução das receitas próprias e 29,3% analisaram a evolução do volume de atos de serviço praticados. Quase 34% não utilizaram indicadores-chave de desempenho;
- Por último, 46,3% das ACFA não utilizaram indicadores-chave, 30,3% utilizaram o número de associados, utentes ou clientes e 20,7% analisaram a evolução do volume de atos de serviço praticados.



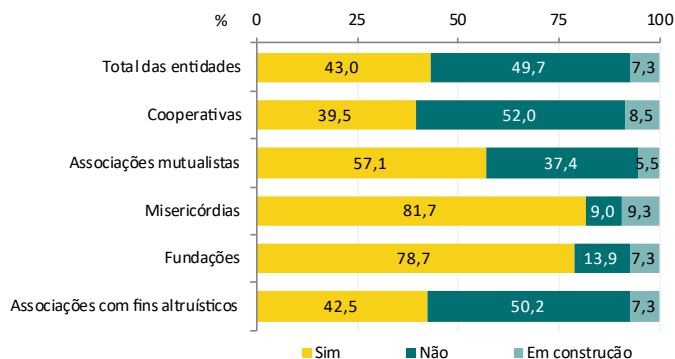
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.5.1

Utilização de indicadores-chave na monitorização e avaliação do desempenho da atividade desenvolvida, por família e total (2018)

Quase metade das entidades da ES não tinha *website* ou página eletrónica em 2018

Em 2018, 49,7% das entidades da ES não tinham *website* ou página eletrónica, variando esta percentagem entre 9,0% nas Misericórdias e 52,0% nas Cooperativas.

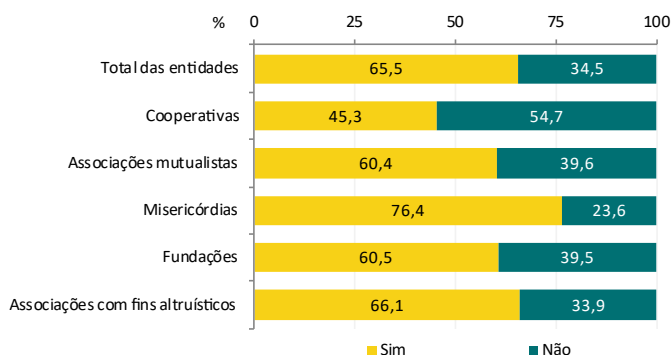


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.5.2
Percentagem de entidades da ES com e sem website ou página eletrónica, por família e total (2018)

Quase 2/3 das entidades da ES utilizavam as redes sociais em 2018

Em 2018, 65,5% das entidades da ES utilizavam as redes sociais – *Facebook*, *LinkedIn*, *Twitter*, entre outras, variando esta percentagem entre 45,3% nas Cooperativas e 76,4% nas Misericórdias.

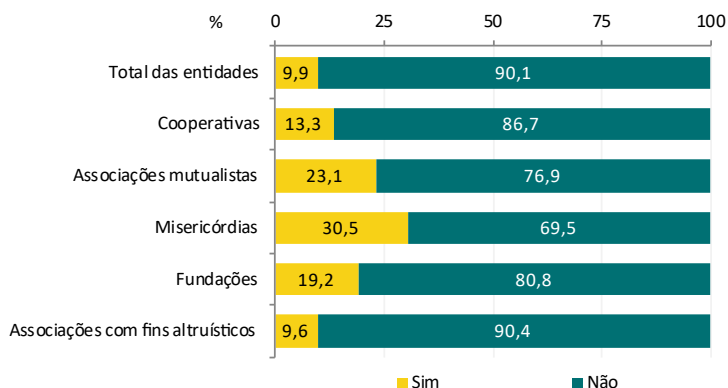


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.5.3
Percentagem de entidades da ES que utilizou as redes sociais – *Facebook*, *LinkedIn*, *Twitter*, entre outras, por família e total (2018)

9,9% das entidades da ES recorreram à contratação de consultores externos

Em 2018, 9,9% das entidades da ES contrataram consultores externos para ajudar a melhorar algumas das áreas de gestão. Esta percentagem foi maior nas Misericórdias e menor nas ACFA (30,5% e 9,6%, respetivamente).



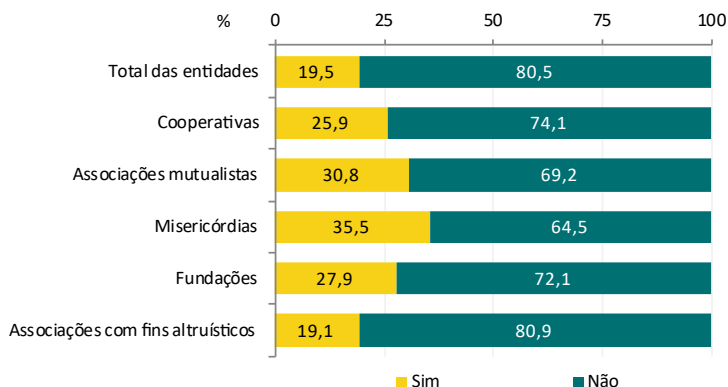
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.5.4

Percentagem de entidades da ES que contratou consultores externos, por família e total (2018)

Quase 81% das entidades da ES não tinham sistema de gestão documental

Em 2018, 80,5% das entidades da ES não tinham sistema de gestão documental. Esta percentagem variou entre 64,5% nas Misericórdias e 80,9% nas ACFA.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.5.5

Percentagem de entidades da ES com e sem sistema de gestão documental, por família e total (2018)

Em 2018 registaram-se 38 249 reclamações nas entidades da ES

Em 2018, foram registadas 38 249 reclamações nas entidades da ES, das quais 19 156 (50,1%) nas ACFA e 17 382 (45,4%) nas Cooperativas, sendo estas as famílias com maior número de entidades da ES (95,2% e 3,1% do total de entidades, respetivamente).

Agregação	Número de reclamações recebidas/registadas
Total das entidades	
Total das entidades	38 249
Família	
Cooperativas	17 382
Associações mutualistas	617
Misericórdias	692
Fundações	402
Associações com fins altruísticos	19 156

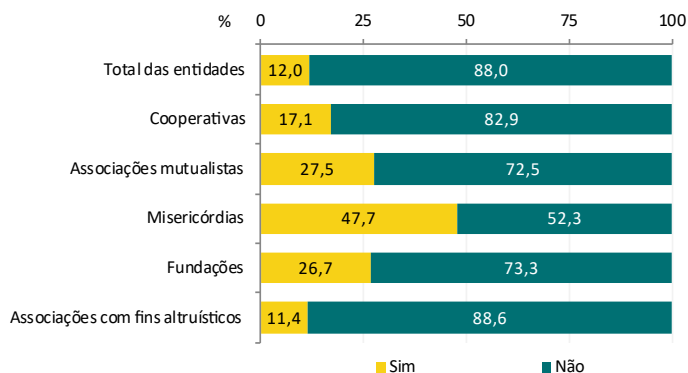
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro II.5.1

Número de reclamações recebidas ou registadas nas entidades da ES, por família e total (2018)

47,7% das Misericórdias realizaram questionários de satisfação dos seus utilizadores, beneficiários ou clientes

Em 2018, 88,0% das entidades da ES não realizaram questionários de avaliação da satisfação dos seus utilizadores, beneficiários ou clientes, variando esta percentagem entre 52,3% nas Misericórdias e 88,6% nas ACFA. Destaque para as Misericórdias, em que quase metade das entidades referiu ter realizado questionários de avaliação da satisfação dos seus utilizadores em 2018.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

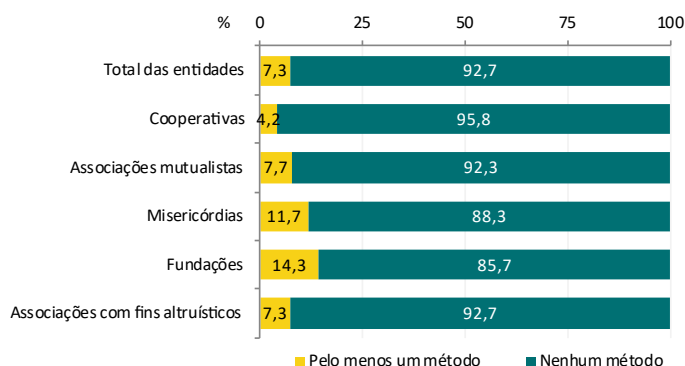
Figura II.5.6

Percentagem de entidades da ES que realizou questionários de avaliação da satisfação dos seus utilizadores, beneficiários ou clientes, por família e total (2018)

Mais de 90% das entidades da ES não utilizaram métodos de medição do impacto social

Quase 93,0% das entidades da ES não utilizaram métodos de medição do impacto social, em 2018. Esta percentagem variou entre 85,7% nas Fundações e 95,8% nas Cooperativas.

De entre os métodos de medição do impacto social das entidades, destacou-se o *Balanced Scorecard*, utilizado por 6,6% das Associações mutualistas, 6,1% das Misericórdias e 5,9% das Fundações. Importa ainda referir que 7,1% das Fundações utilizaram outros métodos de medição do impacto social.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.5.7

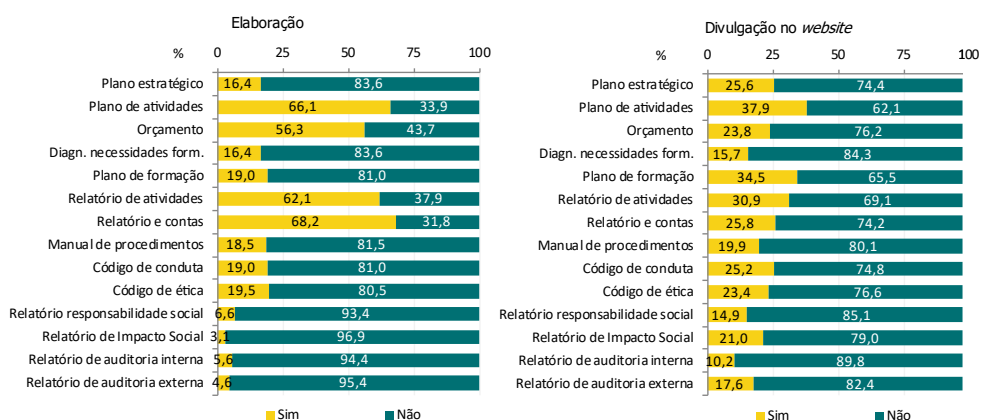
Utilização de métodos de medição do impacto social das entidades da ES, por família e total (2018)

A maioria das entidades da ES elaborou 4 documentos de gestão em 2018: plano de atividades, orçamento, relatório de atividades e relatório e contas

Em regra, a maioria das entidades da ES elabora 4 documentos de gestão: Plano de Atividades (66,1%), Orçamento (56,3%), Relatório de atividades (62,1%) e Relatório e Contas (68,2%).

Apenas 3,1% das entidades referiu ter elaborado um Relatório de Impacto Social, 4,6% referiu dispor de Relatório de Auditoria Externa e 5,6% ter elaborado Relatório de Auditoria Interna. Importa ainda referir que menos de 20% das entidades da ES dispunham de: Código de ética (19,5%), Código de conduta (19,0%), Plano de formação (19,0%), Manual de Procedimentos (18,5%), Diagnóstico de necessidades de formação (16,4%) e Plano estratégico (16,4%).

De entre as entidades que elaboraram documentos de gestão, a maioria não os divulgou no respetivo *website* ou página eletrónica, em 2018. 37,9% das entidades divulgaram o Plano de Atividades, que correspondeu ao documento de gestão previsional mais divulgado nos *websites* ou páginas eletrónicas. Importa ainda referir que 30,9% das entidades divulgaram o Relatório de Atividades e 25,8% divulgaram o Relatório e Contas.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.5.8
Elaboração e divulgação no website de documentos de gestão, total das entidades da ES (2018)

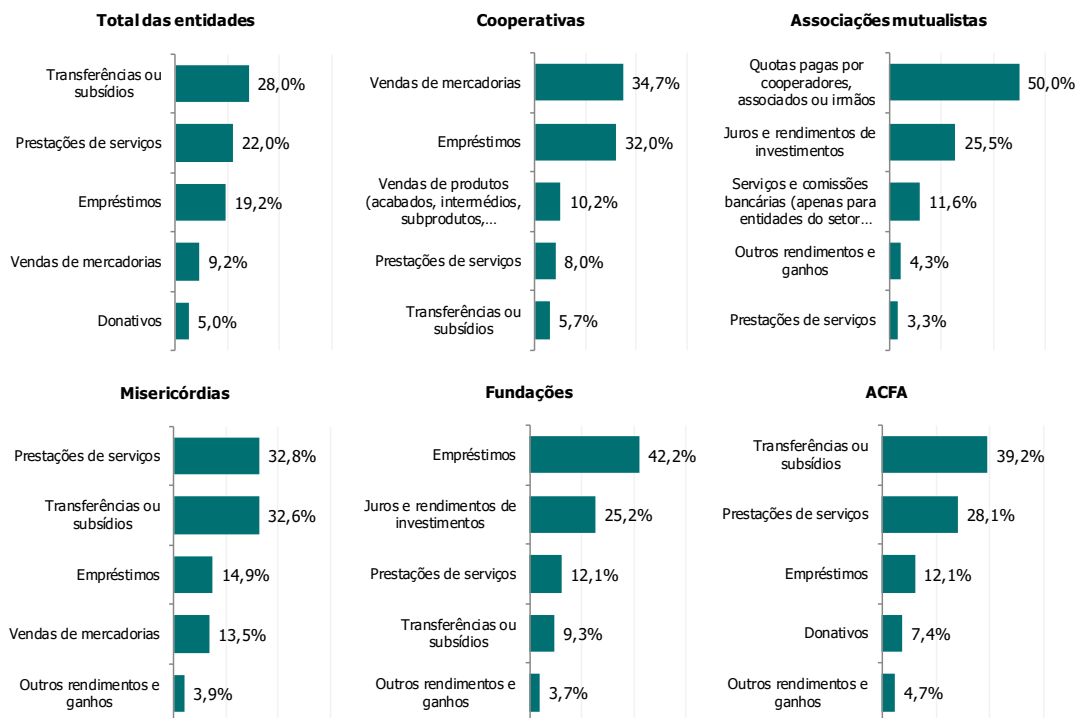
6. CARATERIZAÇÃO DOS MEIOS DE FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL

As transferências ou subsídios representaram 28,0% dos meios de financiamento das entidades da ES

As transferências ou subsídios representaram 28,0% do total dos meios de financiamento das entidades da ES, em 2018, seguidas pelas prestações de serviços (22,0%) e pelos empréstimos (19,2%).

Contudo, a distribuição dos meios de financiamento variou, de forma significativa, nas diferentes famílias da ES:

- Nas Cooperativas, a venda de mercadorias representou 34,7% do total dos meios de financiamento, seguindo-se os empréstimos e a venda de produtos acabados (32,0% e 10,2%, respetivamente);
- Nas Associações mutualistas, as quotas pagas por cooperadores, associados ou irmãos representaram 50,0% do total dos meios de financiamento, seguindo-se os juros e rendimentos de investimento e os serviços e comissões bancárias (25,5% e 11,6%, respetivamente);
- Nas Misericórdias, as prestações de serviços corresponderam a 32,8% do total dos meios de financiamento, praticamente a par das transferências ou subsídios (32,6%), seguindo-se os empréstimos (14,9%);
- Nas Fundações, os empréstimos foram o principal meio de financiamento (42,2%), seguindo-se os juros e rendimentos de investimento e as prestações de serviços (25,2% e 12,1%, respetivamente);
- Nas ACFA, as transferências ou subsídios ascenderam a 39,2%, enquanto as prestações de serviços representaram 28,1% e os empréstimos 12,1% do total dos meios de financiamento.

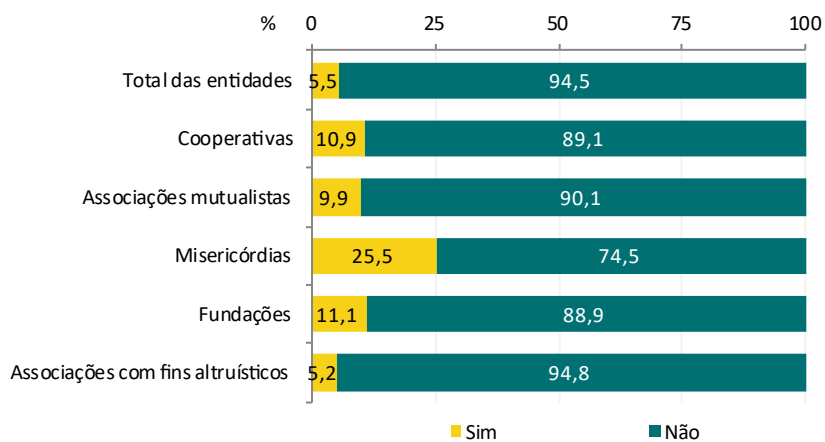


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.6.1
5 principais meios de financiamento das entidades da ES,
por família e total (2018)

Em 2018, 5,5% das entidades da ES obtiveram financiamento de fundos comunitários ou outros semelhantes

Em 2018, 5,5% das entidades da ES referiram ter obtido financiamento de fontes estrangeiras, designadamente da União Europeia (Fundos Comunitários) ou outros semelhantes. Esta percentagem variou entre 5,2% nas ACFA e 25,5% nas Misericórdias.



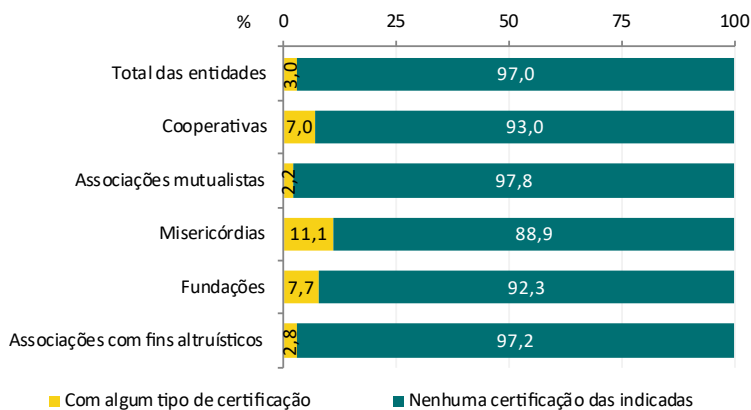
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.6.2
Obtenção de financiamento de fontes estrangeiras,
designadamente da União Europeia (Fundos Comunitários)
ou outros semelhantes, por família e total (2018)

7. INICIATIVAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NO SETOR DA ECONOMIA SOCIAL

Apenas 3,0% das entidades da ES detinham algum tipo de certificação

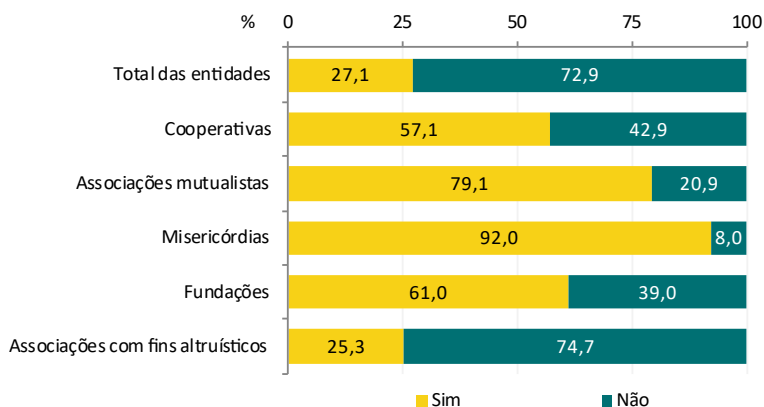
Em 2018, apenas 3,0% das entidades da ES detinham algum tipo de certificação (de qualidade, ambiental, de responsabilidade social ou de entidade familiarmente responsável). Esta percentagem variou entre 2,2% nas Associações mutualistas e 11,1% nas Misericórdias.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.7.1
Percentagem de entidades da ES com e sem certificação
(qualidade, ambiental, responsabilidade social ou de entidade familiarmente responsável),
por família e total (2018)

Quase 73,0% das entidades da ES não detinha sistema de saúde e segurança no trabalho, variando esta percentagem entre 8,0% nas Misericórdias e 74,7% nas ACFA.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.7.2

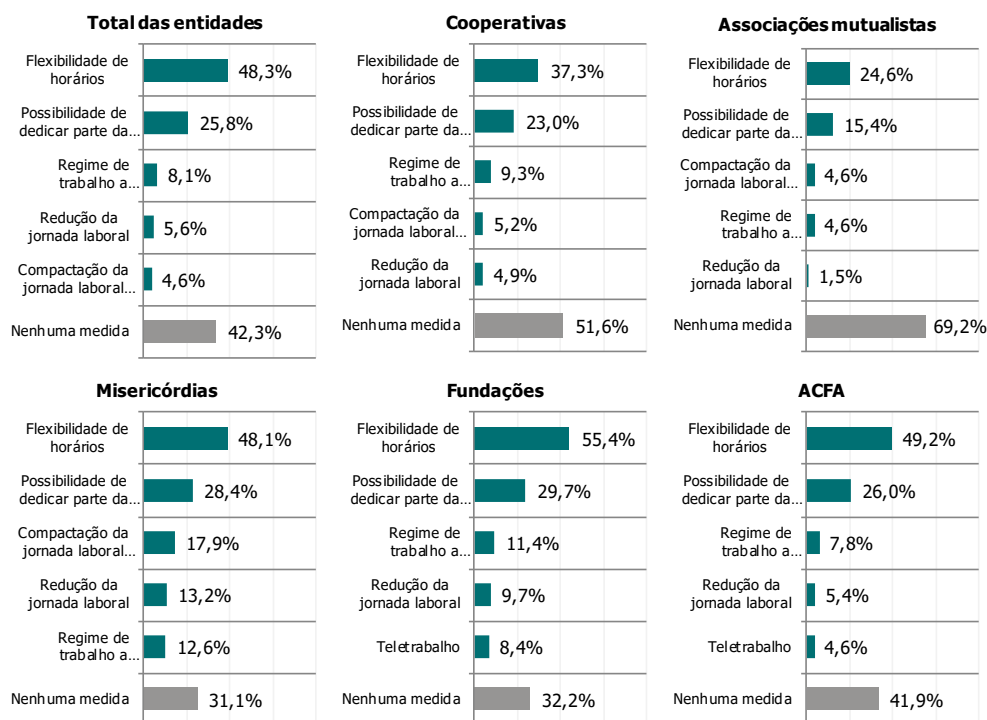
Percentagem de entidades da ES com e sem sistema de saúde e segurança no trabalho, por família e total (2018)

42,3% das entidades da ES não tomaram nenhuma medida de conciliação da vida profissional e pessoal, em 2018, sendo essa proporção maior nas Associações mutualistas

Em 2018, 48,3% das entidades da ES adotaram horários flexíveis com vista a facilitar a conciliação da vida profissional e pessoal dos seus trabalhadores, enquanto 42,3% das entidades admitiram não ter tomado nenhuma medida de conciliação da vida profissional e pessoal. Observaram-se, no entanto, diferenças significativas entre as famílias da ES:

- 51,6% das Cooperativas reconheceram não ter tomado nenhuma medida de conciliação da vida profissional e pessoal dos seus trabalhadores, 37,3% referiram ter adotado flexibilidade de horários e 23,0% previram a possibilidade de ser dedicada parte da jornada laboral à resolução de assuntos pessoais;

- 69,2% das Associações mutualistas admitiram igualmente não terem tomado medidas de conciliação da vida profissional e pessoal dos seus trabalhadores, 24,6% adotaram a flexibilidade de horários e 15,4% concederam a possibilidade de os trabalhadores dedicarem parte da jornada laboral à resolução de assuntos pessoais;
- 48,1% das Misericórdias implementaram a flexibilidade de horários e 28,4% previram a possibilidade de ser dedicada parte da jornada laboral à resolução de assuntos pessoais. Cerca de 31% não tomaram medidas de conciliação da vida profissional e pessoal dos seus trabalhadores;
- 55,4% das Fundações adotaram a flexibilidade de horários e 29,7% estabeleceram a possibilidade de ser dedicada uma parte da jornada laboral à resolução de problemas pessoais. Cerca de 32% não tomaram nenhuma medida;
- 49,2% das ACFA implementaram a flexibilidade de horários e 26,0% concederam a possibilidade de ser dedicada parte da jornada laboral à resolução de problemas pessoais. Quase 42% não tomaram nenhuma medida.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

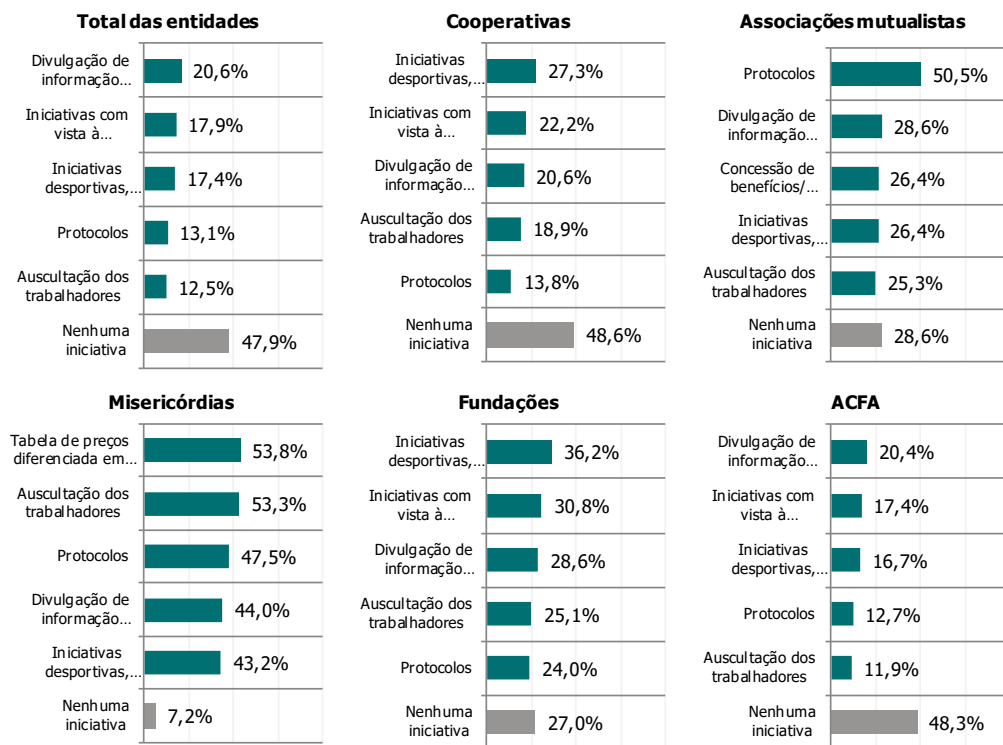
Figura II.7.3

5 principais medidas de conciliação da vida profissional e pessoal adotadas pelas entidades da ES, por família e total (2018)

Quase 1/5 das entidades da ES desenvolveram iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental

Em 2018, 47,9% das entidades da ES não implementaram iniciativas de responsabilidade social. Das que promoveram algum tipo de iniciativas, 20,6% divulgaram informação interna e 17,9% desenvolveram iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental. Registaram-se diferenças significativas nas várias famílias da ES:

- 48,6% das Cooperativas não implementaram iniciativas, 27,3% desenvolveram iniciativas desportivas, culturais e recreativas e 22,2% desenvolveram iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental;
- 50,5% das Associações mutualistas celebraram protocolos, 28,6% divulgaram informação interna e 28,6% não adotaram iniciativas de responsabilidade social;
- 53,8% das Misericórdias criaram uma tabela de preços diferenciada em função da capacidade económica dos seus utilizadores, beneficiários ou clientes, 53,3% promoveram a auscultação dos trabalhadores e 47,5% estabeleceram protocolos;
- 36,2% das Fundações desenvolveram iniciativas desportivas, culturais e recreativas, 30,8% desenvolveram iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental e 28,6% procederam à divulgação de informação interna;
- 48,3% das ACFA não desenvolveram iniciativas de responsabilidade social, 20,4% divulgaram informação interna e 17,4% desenvolveram iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.7.4

5 principais iniciativas de responsabilidade social implementadas pelas entidades da ES, por família e total (2018)

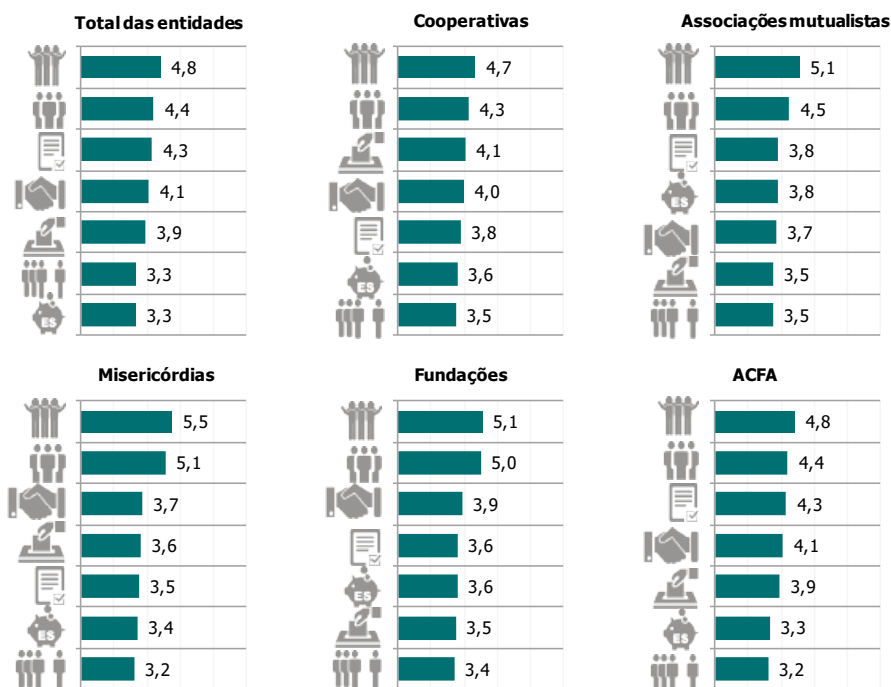
Solidariedade, igualdade, não discriminação, coesão social, justiça, equidade, transparência, responsabilidade individual e social e subsidiariedade, foram os princípios orientadores mais valorizados pelas entidades da ES

De entre os princípios orientadores das entidades da ES, previstos no artigo 5.º da Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio), em média, foi atribuída a valorização mais elevada (numa escala de 1 a 7) ao respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade (4,8), seguido pelo primado das pessoas e dos objetivos sociais (4,4) e à adesão e participação livre e voluntária (4,3).

Se os dois primeiros princípios referidos foram os mais valorizados por todas as famílias da ES, observaram-se diferenças significativas na hierarquização dos demais princípios:

- Nas Cooperativas o terceiro princípio mais valorizado foi o controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros (4,1), seguindo-se a conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral (4,0), a adesão e participação livre e voluntária (3,8), a afetação dos excedentes à prossecução dos fins da entidade, de acordo com o interesse geral (3,6) e, por fim, a gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores (3,5);
- Nas Associações mutualistas foram igualmente valorizados a adesão e participação livre e voluntária e afetação dos excedentes à prossecução dos fins da entidade, de acordo com o interesse geral (ambos com 3,8 pontos), imediatamente seguidos pela conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral (3,7) e em último lugar na hierarquia surge o controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros e a gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores, ambos com 3,5 pontos;
- Nas Misericórdias o terceiro princípio mais valorizado foi a conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral (3,7), seguindo-se o controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros (3,6), a adesão e participação livre e voluntária (3,5), a afetação dos excedentes à prossecução dos fins da entidade, de acordo com o interesse geral (3,4) e, na última posição, a gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores (3,2);
- Nas Fundações o terceiro princípio mais valorizado foi igualmente a conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral (3,9), seguida da adesão e participação livre e voluntária e da afetação dos excedentes à prossecução dos fins da entidade, de acordo com o interesse geral (ambos com 3,6 pontos), pelo controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros (3,5) e, por último, a gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores (3,4);

- Nas ACFA foi valorizado na terceira posição o princípio da adesão e participação livre e voluntária (4,3), seguindo-se a conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral (4,1), o controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros (3,9), a afetação dos excedentes à prossecução dos fins da entidade, de acordo com o interesse geral (3,3) e, na última posição, a gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores (3,2).



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Legenda:



O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade



O primado das pessoas e dos objetivos sociais



A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral



A adesão e participação livre e voluntária



A afetação dos excedentes à prossecução dos fins da entidade, de acordo com o interesse geral



O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros



A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores

Figura II.7.5

Valorização dos princípios orientadores da ES, por família e total (2018)

8. PARA ALÉM DO VAB E DO GSCORE: CONTRIBUTOS DA ECONOMIA SOCIAL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A resolução “A/RES/70/1 Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, aprovada na Cimeira das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015, definiu um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, estabelecendo um conjunto de 17 objetivos – os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – e de 169 metas a serem alcançados, por todos os países, até 2030.

Considerando os princípios orientadores das entidades da ES, previstos no artigo 5.º da Lei de Bases da ES (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio), de entre os quais se destacam o primado das pessoas e dos objetivos sociais, o controlo democrático dos órgãos e o respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade, parece ser indiscutível o papel de relevo que a ES pode assumir no âmbito da Agenda 2030, contribuindo para vários, senão mesmo para todos os ODS.

Com efeito, o manual “*Satellite Account on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work*”, das Nações Unidas (2018), não só explicita em que medida as entidades da ES podem contribuir para cada um dos ODS, mas também apresenta uma abordagem metodológica especificamente concebida para avaliar a contribuição deste setor de atividade para a Agenda 2030.

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma análise exploratória do contributo das entidades da ES para 5 ODS, 8 Metas e 9 Indicadores da Agenda 2030, com recurso à informação disponibilizada no âmbito da Conta Satélite da Economia Social (CSES) e do ISES, utilizando, ainda, de forma pontual, informação administrativa como o Relatório Único (Quadros de Pessoal).



5 – Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas

Meta 5.1 – Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas, em toda a parte

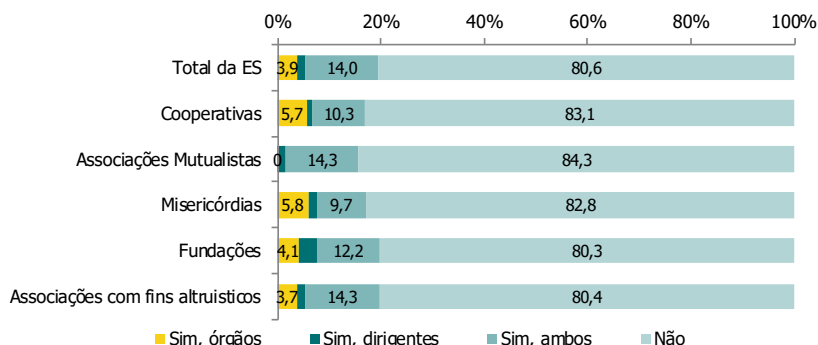
Indicador 5.1.1. – Existência de quadros legais para promover, fazer cumprir e monitorizar a igualdade e a não-discriminação com base no género

Meta 5.5 – Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública

Indicador 5.5.2. – Proporção de mulheres em cargos de chefia

No que respeita ao primeiro indicador (5.1.1.), 14,0% das entidades da ES criaram mecanismos (formais ou informais) que assegurassem um limiar mínimo de representação por sexo (vulgo quotas) nos órgãos sociais e nos cargos dirigentes, segundo o ISES.

As Associações mutualistas e as ACFA foram os grupos onde um maior número de organizações (14,3%) criaram mecanismos que assegurassem uma representação mínima do sexo feminino, quer para os órgãos sociais, quer para os dirigentes intermédios. Seguiram-se as Fundações (12,2%), as Cooperativas (10,3%) e as Misericórdias (9,7%).



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.8.1

Entidades da ES que criaram “quotas” para assegurar um limiar mínimo de representação por sexo, nos órgãos sociais, nos cargos dirigentes, em ambos ou em nenhum dos casos, por família e total (2018)

Relativamente ao indicador 5.5.2. (Proporção de mulheres em cargos de chefia), importa referir que, em 2018, segundo o ISES, cerca de 70% dos membros da direção de topo das entidades da ES eram do sexo masculino, variando esta percentagem entre 70,2% nas ACFA e 79,3% nas Associações mutualistas.

Unidade: %

	Total da ES	Cooperativas	Associações Mutualistas	Misericórdias	Fundações	Associações com fins altruísticos
Masculino	70,4	76,6	79,3	72,0	71,2	70,2
Feminino	29,6	23,4	27,0	28,0	28,8	29,8

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro II.8.1

Distribuição dos membros da direção de topo (órgão executivo), por sexo, por família e total (2018)

O predomínio do sexo masculino foi igualmente observado no cargo de dirigente de topo das entidades da ES, variando entre 73,7% nas Fundações e 93,3% nas Associações mutualistas, em 2018.

Unidade: %

	Total da ES	Cooperativas	Associações Mutualistas	Misericórdias	Fundações	Associações com fins altruísticos
Masculino	78,1	80,9	93,3	87,0	73,7	78,0
Feminino	21,9	19,1	6,7	13,0	26,3	22,0

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro II.8.2

Distribuição do dirigente de topo, por sexo, por família e total (2018)

Já no caso das pessoas ao serviço com funções de dirigente (dirigentes intermédios) da ES, verificou-se que estas eram maioritariamente do sexo feminino, no total da ES, nas Misericórdias, nas Fundações e nas ACFA, mantendo-se a preponderância do sexo masculino apenas nas Cooperativas e nas Associações mutualistas.

	Unidade: %					
	Total da ES	Cooperativas	Associações Mutualistas	Misericórdias	Fundações	Associações com fins altruísticos
Masculino	37,6	50,4	62,3	21,9	33,7	36,9
Feminino	62,4	49,6	37,7	78,1	66,3	63,1

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quadro II.8.3

Distribuição das pessoas ao serviço com funções de dirigente, por sexo, por família e total (2018)



8 – Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

Meta 8.5 – Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

Indicador 8.5.1. – Ganho médio horário das trabalhadoras e dos trabalhadores por conta de outrem, por profissão, grupo etário e de pessoas com incapacidades

O ODS 8, nomeadamente a meta 8.5, reveste-se de uma importância acrescida para o setor da ES, uma vez que são expressamente referidos na proposta de Plano de Ação para a Economia Social (*The Future of EU policies for the Social Economy: Towards a European Action Plan*), lançado pela *Social Economy Europe*, em 2018.

Com efeito, a meta 8.5 é mencionada no contexto da Prioridade 3 desta proposta de Plano de Ação:

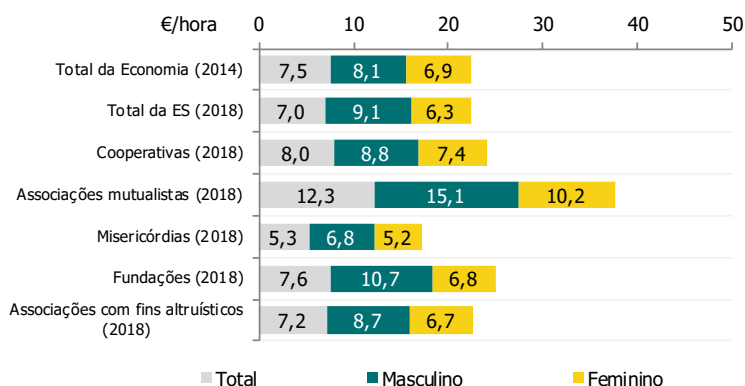
“Therefore, we invite the European Commission to: (...)

- Study with EUROSTAT the elaboration -in the framework of its actions to monitor progress in an EU context towards the implementation of the SDGs- of an assessment of social economy’s contribution to SDG 8 “Promote sustained, inclusive and sustainable economic growth, full and productive employment and decent work for all” (action 14). In particular, it will be important to study social economy enterprises and organisations contribution to goal 8.5 “achieve full and productive employment and decent work for all women and men, including for young people and persons with disabilities, and equal pay for work of equal value”.”

Com vista à obtenção de resultados para este indicador, procedeu-se ao cruzamento da informação sobre o ganho médio horário das pessoas ao serviço nas entidades da ES, disponível no Relatório Único (Quadros de Pessoal) 2018, com a amostra de entidades da ES inquiridas no âmbito do ISES. Foi possível obter informação sobre ganhos médios horários para cerca de 58% das entidades da ES inquiridas no âmbito do ISES.

Os resultados obtidos encontram-se em linha com a informação divulgada pela CSES sobre remunerações: o ganho médio horário no total das entidades da ES é inferior ao observado no total da Economia Nacional, sendo, no entanto, superior nas Cooperativas, nas Associações mutualistas e nas Fundações.

Em termos de distribuição por sexo, é possível observar que o ganho médio horário das mulheres é inferior ao dos homens em todas as famílias da ES, representando entre 64,0% e 83,5% do ganho médio horário dos homens, nas Fundações e nas Cooperativas, respetivamente.

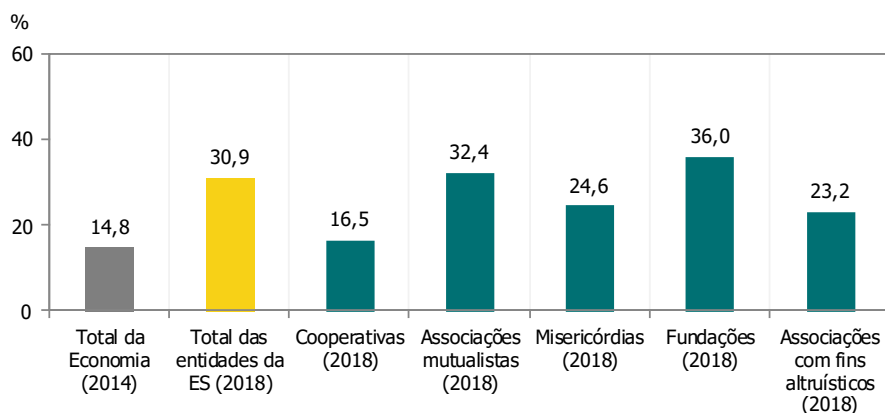


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social e Relatório Único

Figura II.8.2

Distribuição do ganho médio horário das pessoas ao serviço nas entidades da ES, por sexo, por família e total (2014 e 2018)

Assim, a diferença salarial bruta entre homens e mulheres no total da ES foi de 30,9%, variando entre 16,5% nas Cooperativas e 36,0% nas Fundações, sendo superior em todas as famílias da ES à diferença salarial bruta entre homens e mulheres observada no total da Economia Nacional, em 2014 (14,8%).



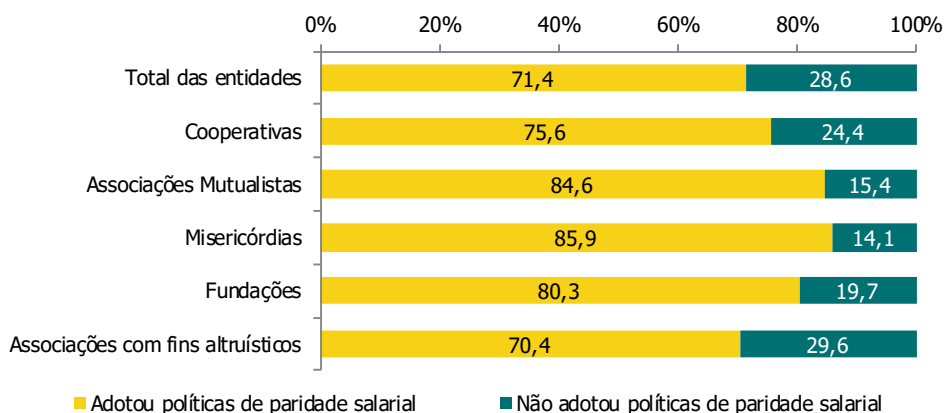
INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.8.3

Diferença salarial bruta entre homens e mulheres nas entidades da ES, por família e total (2014 e 2018)

Utilizando como *proxy* a percentagem de entidades da ES que referiu ter adotado uma política de igualdade ou paridade salarial entre homens e mulheres, relativamente às pessoas ao serviço, segundo o ISES, observou-se que mais de 70% destas organizações praticaram, em 2018, políticas de remuneração não discriminatórias segundo o sexo dos trabalhadores.

Importa, no entanto, sublinhar que mais de 20% das Cooperativas e quase 30% das ACFA ainda não tinham adotado práticas de paridade salarial entre homens e mulheres, em 2018.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.8.4

Entidades da ES que adotaram políticas de igualdade/paridade salarial entre homens e mulheres, relativamente às pessoas ao serviço, por família e total (2018)



9 – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Meta 9.2 – Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a parcela da indústria no setor do emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e duplicar a sua parcela nos países menos desenvolvidos

Indicador 9.2.1. – Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB e *per capita*

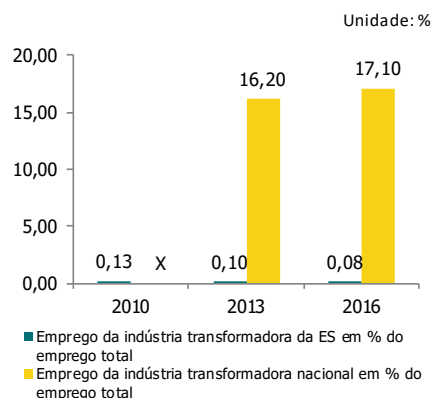
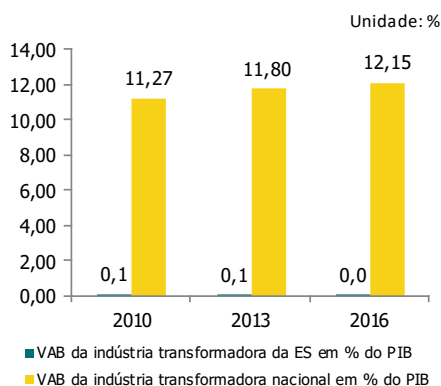
Indicador 9.2.2. – Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total

Meta 9.3. – Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo ao crédito acessível e à sua integração em cadeias de valor e mercados

Indicador 9.3.2. – Proporção de micro empresas industriais com empréstimos contraídos ou linhas de crédito (dados *proxy*)

No que respeita ao indicador 9.2.1., importa referir que o peso do VAB da indústria transformadora da ES no PIB nacional cifrou-se em 0,13% em 2010, 0,06% em 2013 e 0,05% em 2016, segundo os resultados das três edições da CSES.

Por seu turno, o emprego da indústria transformadora da ES representou 0,13%, 0,10% e 0,08% do emprego total, medido em indivíduos, em 2010, 2013 e 2016, respetivamente.



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, Contas Nacionais e Inquérito ao Emprego

Figura II.8.5

VAB da indústria transformadora da ES em percentagem do PIB vs VAB da indústria transformadora nacional em percentagem do PIB (2010, 2013 e 2016)

Figura II.8.6

Emprego da indústria transformadora da ES em percentagem do emprego total vs Emprego da indústria transformadora nacional em percentagem do emprego total (2010, 2013 e 2016)

Note-se que a indústria transformadora foi responsável por apenas cerca de 5,1%, 2,4% e 1,8% do total do VAB da ES, em 2010, 2013 e 2016.

No que concerne ao emprego, a indústria transformadora congregou somente 2,8%, 1,9% e 1,5% do emprego da ES, medido em indivíduos, em 2010, 2013 e 2016, respetivamente.

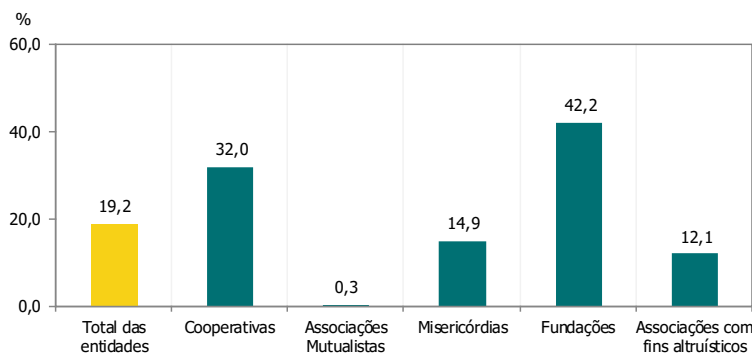
Assim, a indústria transformadora embora não detenha uma importância residual no VAB nem no emprego gerados pela ES, está longe de corresponder a uma das atividades mais representativas deste setor em matéria de VAB e de emprego, o que se traduz num reduzido contributo para ambos os indicadores analisados, no contexto do ODS 9.

Relativamente ao indicador 9.3.2., as micro entidades da ES, com atividade na indústria transformadora, com empréstimos bancários ou com financiamento obtido através de *crowdfunding*, representavam 17,3% do total de entidades da ES, em 2018, de acordo com os resultados do ISES.

Apesar de pouco significativos nas entidades da ES da indústria transformadora, os empréstimos constituíram a terceira principal fonte de financiamento do setor da ES, apenas superados pelas transferências ou subsídios e pelas prestações de serviços.

O peso dos empréstimos na estrutura de financiamento das entidades da ES variou entre 0,3% nas Associações mutualistas e 42,2% nas Fundações, representando a principal fonte de financiamento deste segundo grupo de entidades.

Sublinhe-se ainda que os empréstimos foram a segunda principal fonte de financiamento das Cooperativas e a terceira das Misericórdias e das ACFA, em 2018.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.8.7

Peso dos empréstimos na estrutura de financiamento das entidades da ES, por família e total (2018)

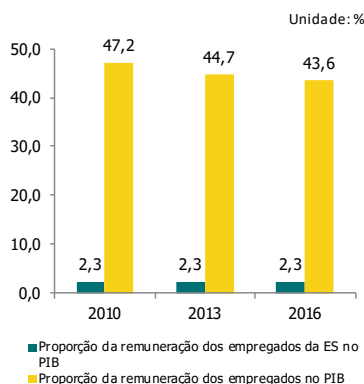


10 – Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países

Meta 10.4 – Adotar políticas, especialmente ao nível fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade

Indicador 10.4.1. – Proporção do trabalho no PIB, incluindo as remunerações e as transferências de proteção social

A proporção da remuneração dos empregados da ES no PIB nacional ascendeu a 2,3%, em 2010, 2013 e 2016. Note-se que o peso da remuneração dos empregados da ES representou 92,8%, 94,5% e 89,7% do VAB da ES, em 2010, 2013 e 2016, respetivamente. Tal significa que uma parte significativa do VAB da ES é destinada a remunerações (89,7% em 2016), percentagem muito superior à observada na Economia Nacional (50,5% em 2016).



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, Contas Nacionais e Inquérito ao Emprego

Figura II.8.8

Proporção da remuneração dos empregados da ES no PIB vs Proporção da remuneração nacional dos empregados no PIB (2010, 2013 e 2016)

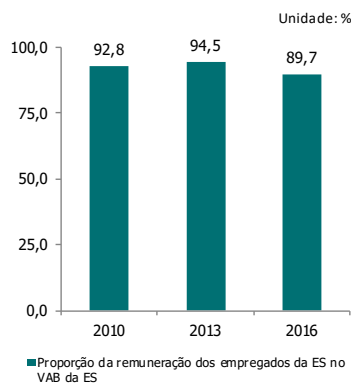


Figura II.8.9

Proporção da remuneração dos empregados da ES no VAB da ES (2010, 2013 e 2016)

Importa ainda sublinhar que o trabalho voluntário constitui um recurso fundamental para as entidades da ES.

Segundo o Inquérito ao Trabalho Voluntário (ITV), em 2018, cerca de 516 mil indivíduos desenvolveram ações de voluntariado em entidades da ES, o que correspondeu, aproximadamente, a 90,7% do total de voluntários formais e a 74,3% do total de voluntários nacionais.

Aplicando uma variante da valorização do trabalho voluntário em entidades da ES (comparando com o VAB da ES e não com o PIB) foram obtidos os seguintes resultados:

- Retribuição mínima mensal garantida (vulgo salário mínimo): 707,8 milhões de euros, o que correspondeu a 14,7% do total de VAB da ES, estimado pela CSES 2016;
- Salário por “ocupação profissional”: 1 152,5 milhões de euros, representando 23,9% do total de VAB da ES, estimado pela CSES 2016;
- Salário de “apoio social”: 1 265,4 milhões de euros, correspondendo a 26,3% do total de VAB da ES, estimado pela CSES 2016.



12 – Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

Meta 12.6 – Incentivar as empresas, especialmente as de grande dimensão e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informação sobre sustentabilidade nos relatórios de atividade

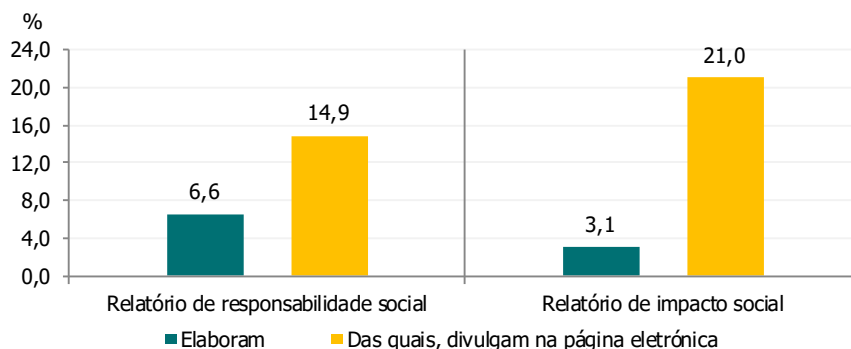
Indicador 12.6.1. – Número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade

Meta 12.7 – Promover práticas de contratação pública sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais

Indicador 12.7.1. – Número de países que implementam políticas de contratação pública e planos de ação sustentáveis

No caso do primeiro indicador (12.6.1.), utilizando como *proxy* indicadores referentes à elaboração de relatórios de responsabilidade social e/ou de impacto social pelas entidades da ES, verificou-se que:

- Em 2018, cerca de 6,6% das entidades da ES elaboraram relatórios de responsabilidade social e 3,1% elaboraram relatórios de impacto social;
- Destas, 14,9% divulgaram os relatórios de responsabilidade social na página eletrónica e 21,0% procederam à publicitação dos relatórios de impacto social no seu *website*, respetivamente.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

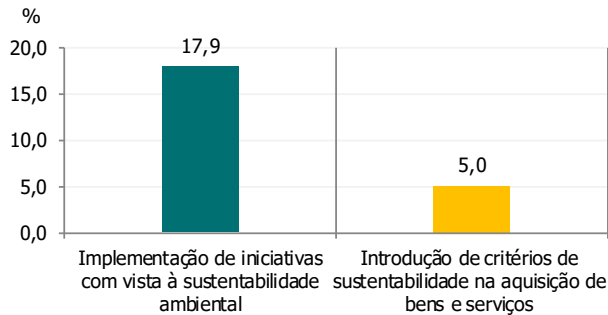
Figura II.8.10
 Percentagem de entidades da ES que elaboraram e divulgaram
 na página eletrónica relatórios de responsabilidade social
 e/ou relatórios de impacto social, total das entidades da ES (2018)

No caso do segundo indicador (12.7.1.), utilizando como *proxy* indicadores referentes à implementação de iniciativas de responsabilidade social com vista à sustentabilidade ambiental e/ou à introdução de critérios de sustentabilidade na aquisição de bens e serviços pelas entidades da ES, observou-se que:

- Em 2018, cerca de 17,9% das entidades da ES implementaram iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental;
- Nesse mesmo ano, cerca de 5% das entidades da ES introduziram critérios de sustentabilidade na aquisição de bens e serviços.

As iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental incluíam medidas com vista à redução de resíduos, de consumos energéticos, erradicação ou minimização da utilização de plásticos, reciclagem de materiais, produção/ utilização de energias renováveis e reutilização de cartuchos e tinteiros de impressão, entre outras.

Por seu turno, a introdução de critérios de sustentabilidade na aquisição de bens e serviços incluía medidas com o objetivo de fomentar a aquisição de produção ou comércio local, o recurso a práticas de comércio justo, a proibição de aquisição de produtos que possam ter incorporado trabalho infantil na respetiva cadeia de produção, entre outros.



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Figura II.8.11

Percentagem de entidades da ES que implementaram iniciativas de responsabilidade social com vista à sustentabilidade ambiental e/ou à introdução de critérios de sustentabilidade na aquisição de bens e serviços (2018)

Ainda relativamente ao segundo indicador (12.7.1.), utilizando como *proxy* indicadores referentes à certificação ambiental, de responsabilidade social ou de entidade familiarmente responsável por parte das entidades da ES, verificou-se que, em 2018, estas práticas de gestão eram ainda residuais na maioria das organizações deste setor.

Importa, no entanto, sublinhar que cerca de 2,3% das Fundações estavam certificadas ambientalmente (ISO 14001) e 2,1% das Fundações tinham obtido a certificação de responsabilidade social (ISO 26000).

Certificação	Unidade: %					
	Total das entidades	Cooperativas	Associações Mutualistas	Misericórdias	Fundações	Associações com fins altruísticos
Ambiental (ISO 14001)	0,2	0,8	0,0	1,1	2,3	0,2
Responsabilidade Social (ISO 26000)	0,2	0,7	0,0	1,1	2,1	0,1
Gestão da Responsabilidade Social (SA 8000)	0,6	0,3	0,0	1,1	0,7	0,6
Entidade Familiarmente Responsável (efr 1000)	0,2	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

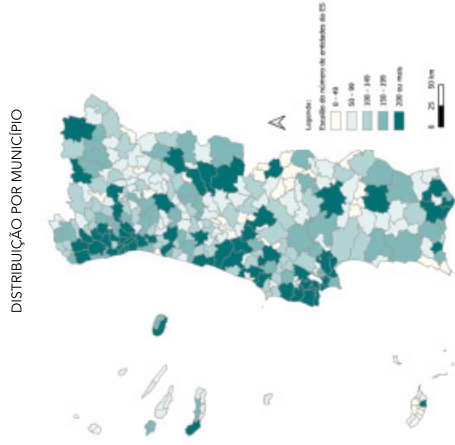
Quadro II.8.4

Certificação ambiental, de responsabilidade social ou de entidade familiarmente responsável em entidades da ES, por família e total (2018)

INQUÉRITO AO SETOR DA ECONOMIA SOCIAL 2018

CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES DO SETOR DA ECONOMIA SOCIAL

DISTRIBUIÇÃO POR MUNICÍPIO



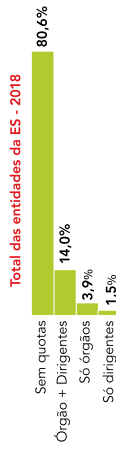
CONTRIBUTOS DA ECONOMIA SOCIAL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



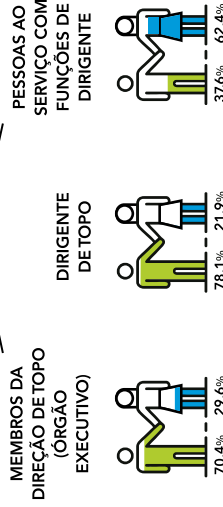
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
SERVIÇOS PÚBLICOS

5 IGUALDADE
DE GÉNERO

criação de "quotas" para assegurar um
limiar mínimo de representação por sexo,
segundo a função



DISTRIBUIÇÃO POR SEXO
Total das entidades da ES - 2018



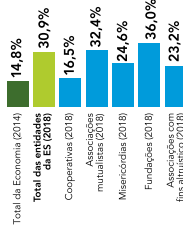
8 TRABALHO DEGRUPO
E CRESCIMENTO
ECONÓMICO



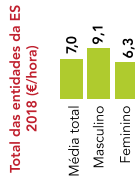
ADOÇÃO DE POLÍTICAS DE
IGUALDADE/PARIDADE SALARIAL RELATIVAMENTE
AS PESSOAS AO SERVIÇO



DIFERENÇA SALARIAL
BRUTA ENTRE
HOMENS E MULHERES,
POR FAMÍLIA



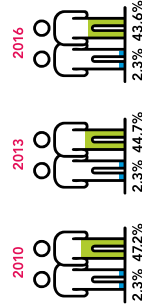
DISTRIBUIÇÃO DO
GANHO MÉDIO
HORÁRIO DAS
PESSOAS AO SERVIÇO,
POR SEXO



10 REDUZIR AS
DESIGUALDADES

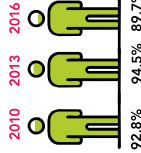


REMUNERAÇÃO NA ES
E REMUNERAÇÃO
NACIONAL, EM % DO PIB



Remuneração dos empregados da ES no PIB
Remuneração dos empregados no PIB

REMUNERAÇÃO NA ES,
EM % DO VAB DA ES

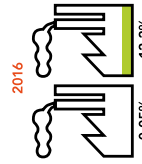


Remuneração dos empregados da ES no VAB da ES

9 INDÚSTRIA,
INOVAÇÃO E
INFRAESTRUTURAS

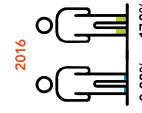


VAB DA INDÚSTRIA
TRANSFORMADORA DA
ES E VAB DA INDÚSTRIA
TRANSFORMADORA
NACIONAL, EM % DO PIB



VAB da indústria transformadora da ES em % do PIB
VAB da indústria transformadora nacional em % do PIB

EMPREGO DA INDÚSTRIA
TRANSFORMADORA
DA ES E EMPREGO DA
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA
NACIONAL, EM %
DO EMPREGO TOTAL

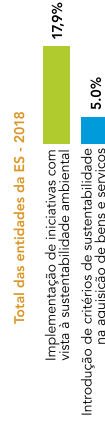


Emprego da indústria transformadora da ES em % do emprego total
Emprego da indústria transformadora nacional em % do emprego total

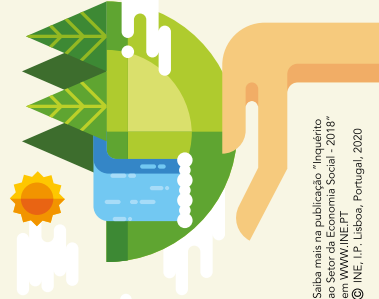
12 PROTEÇÃO
ECONÓMICA
SUSTENTÁVEL



IMPLEMENTAÇÃO DE INICIATIVAS DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL



CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL, DE RESPONSABILIDADE
SOCIAL OU DE ENTIDADE FAMILIARMENTE RESPONSÁVEL



Saiba mais na publicação "Inquérito
ao Setor da Economia Social - 2018"
em WWW.INEPTI
© INE, I.P. Lisboa, Portugal, 2020

Capítulo III
NOTA METODOLÓGICA

METAINFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

NOTA METODOLÓGICA

Introdução

O Inquérito ao Setor da Economia Social (ISES) surgiu na sequência do lançamento do Inquérito às Práticas de Gestão (IPG), em 2017, e do estudo efetuado em 2018, em que se cruzou a informação recolhida no IPG com a informação prestada pelas mesmas entidades em outras fontes de informação, como sejam: a IES (Informação Empresarial Simplificada), o Relatório Único (Quadros de Pessoal) e o Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Empresas (IUTICE).

Este projeto foi inicialmente concebido como uma extensão do IPG, no entanto foi evoluindo, e teve uma abrangência maior que a inicialmente prevista. Para além das questões relacionadas com as práticas de gestão, foram integradas questões para caracterizar o Setor da Economia Social, devido às necessidades de informação identificadas pelas próprias entidades da Economia Social e pelo Departamento de Contas Nacionais, no âmbito da produção da Conta Satélite da Economia Social.

O Inquérito ao Setor da Economia Social (ISES), bem como o Inquérito aos Custos de Contexto (ICC) e o Inquérito às Práticas de Gestão (IPG) anteriormente realizados, inserem-se num conjunto de operações estatísticas que visam acompanhar de perto os fatores que condicionam a competitividade das entidades num contexto de crescente integração na economia global.

O inquérito foi dirigido aos membros da direção de topo das entidades, pretendendo caracterizar o setor da Economia Social, respondendo a questões como:

Quais as atividades desenvolvidas pelas entidades? Qual a composição interna destas entidades? Que relações têm estas entidades com as entidades do setor público e privado? Qual o modelo de relação laboral por elas praticado? Qual o papel que desempenha o voluntariado na direção e no desenvolvimento da atividade destas entidades? Qual a qualificação e nível médio de remunerações dos trabalhadores, colaboradores e dirigentes destas entidades?

Trata-se de um inquérito de natureza qualitativa constituído por três módulos principais:

- A. Caracterização da entidade – com este módulo pretendeu-se obter informação para caracterizar as entidades, por exemplo no que se refere à sua área de intervenção, estrutura orgânica, relações com outras entidades e recursos humanos;
- B. Práticas de gestão da entidade – este módulo incluiu questões relacionadas com as práticas de gestão, nomeadamente no que se refere à estratégia da entidade, monitorização do desempenho, utilização de tecnologias de informação, meios de financiamento e sistema de gestão e responsabilidade social;
- C. Informação sobre o membro da direção de topo responsável pela informação.

No âmbito deste projeto foram inquiridas de forma exaustiva as Cooperativas, Associações mutualistas, Misericórdias e Fundações. Para a família das Associações com fins altruísticos foi selecionada uma amostra estratificada pelo nível 3 da classificação internacional das instituições sem fim lucrativo (CIOSFL/TS nível 3 – V04077) e por dimensão da entidade. A classificação das empresas por dimensão, para efeitos da estratificação, obedece à definição constante da Recomendação da Comissão de 6 de maio de 2003, no seu artigo 2º, tendo sido consideradas apenas as variáveis pessoas ao serviço e volume de negócios. Nas Entidades dos Subsetores Comunitário de Autogestionário (SCA) apenas foram inquiridas as organizações representativas ou agregadoras deste tipo de entidades, nomeadamente “Federações, Secretariados e Associações”.

Por questões metodológicas, a família SCA não foi alvo de análise, dado que apenas foram inquiridas as organizações agregadoras deste tipo de entidades, não sendo representativas desta família.

O ISES não considerou o Universo da Conta Satélite da Economia Social (CSES) 2016, mas sim as instituições que tinham sinal evidente de atividade no ano 2018. O inquérito foi realizado entre 17 de junho e 18 de setembro de 2019, tendo o ano 2018 como período de referência dos dados. Este foi lançado junto de uma amostra de 6 019 entidades da Economia Social, tendo sido consideradas neste estudo 3 550 respostas válidas (59,0% da amostra). Por família, a maior taxa de resposta observou-se nas Misericórdias (76,7%), seguido das Associações mutualistas (75,8%).

Para as famílias de inquirição exaustiva, foi feito tratamento de não respostas, através da imputação com base no estrato que as entidades se encontravam, nomeadamente a família, área de intervenção e dimensão. Para as Associações com fins altruísticos, os resultados foram extrapolados, com base no número de entidades em cada estrato, sendo representativos do total desta família.

O número de respostas imputadas por família totalizou: 789 nas Cooperativas, 22 nas Associações mutualistas, 88 nas Misericórdias e 233 nas Fundações. Na família das Associações com fins altruísticos, foram imputadas 4 respostas de entidades de média e grande dimensão.

Os resultados evidenciam uma elevada heterogeneidade das entidades do setor da Economia Social, sendo por esse motivo apresentada, sempre que possível, informação para cada uma das famílias deste setor, utilizando uma agregação semelhante à utilizada na Conta Satélite da Economia Social (CSES): Cooperativas, Associações mutualistas, Misericórdias, Fundações e Associações com fins altruísticos (ACFA).

Alguns resultados foram também segmentados de acordo com duas variáveis de estratificação: família da Economia Social e dimensão da entidade (micro, pequena, média e grande), esta última calculada com base no número de pessoas ao serviço, obtida pelas respostas ao ISES.

Referências metodológicas

O ISES resultou do trabalho desenvolvido em parceria com a CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, e da revisão de literatura desenvolvida a nível internacional, nomeadamente, um inquérito do Reino Unido (“*National Survey of Third Sector Organisations*”/ “*National Survey of Charities and Social Enterprises*”) e um estudo sobre a responsabilidade social das entidades da Economia Social da Andaluzia (“*Estudio de la responsabilidad social de las empresas de Economia Social de Andalucia – 2012*”).

O questionário teve igualmente em consideração as metodologias recomendadas a nível internacional, e utilizadas no âmbito da compilação da Conta Satélite da Economia Social, de entre as quais se destacam o “*Handbook of National Accounting: Satellite Account on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work*”, das Nações Unidas, de 2018, e do “*Manual for drawing up the satellite accounts of companies in the Social Economy: Co-operatives and Mutual Societies*”, do *Centre International de Recherches et d’Information sur l’Economie Publique, Sociale et Coopérative* (CIRIEC), de 2006.

O documento metodológico e questionário podem ser consultados nos seguintes endereços eletrónicos:

- Documento metodológico: <http://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/1550>
- Questionário: <http://smi.ine.pt/SuporteRecolha/Detalhes/10355>

O indicador *gscore* foi criado tendo por base a metodologia utilizada por técnicos do *Bureau of Census* dos Estados Unidos, a partir de um inquérito aplicado a 32 mil empresas daquele país, disponível em <https://www.census.gov/>, e a aplicação feita no Inquérito às Práticas de Gestão (consultar o [destaque](#) ou a [publicação](#) do IPG, para mais informações sobre as questões utilizadas para o cálculo deste indicador).

O indicador *gscore* para a Economia Social foi obtido para cada entidade através da média simples das pontuações atribuída às respostas a 20 questões do inquérito, nomeadamente: 50, 51, 52, 54, 56, 53, 60, 61, 62, 63, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 87, 88 e 89.

A pontuação a cada resposta varia entre 0 e 1, sendo o valor máximo atribuído à opção de resposta que corresponde à prática de gestão mais estruturada e o mínimo à menos estruturada. No caso de existirem mais do que duas opções de resposta, as opções intermédias, depois de ordenadas por ordem crescente de qualidade da prática de gestão, são pontuadas de modo uniforme com valores intermédios entre 0 e 1. Assim, se houver três opções de resposta, a pior opção terá uma pontuação nula, a opção intermédia receberá uma pontuação de 0,5 e a melhor 1. Se houver quatro opções, serão pontuadas respetivamente por ordem crescente de qualidade com 0, 1/3, 2/3 e 1. Desta forma, o gscore tem uma escala compreendida entre 0 e 1.

Nomenclaturas

Nos termos do disposto na Lei de Bases da Economia Social (ES), entende-se por Economia Social o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo pelas Cooperativas, Associações mutualistas, Misericórdias, Fundações, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Associações com fins altruísticos, que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, entidades abrangidas pelos Subsetores Comunitário e Autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social, assim como por outras entidades dotadas de personalidade jurídica que respeitem os princípios orientadores da Economia Social.

Assim, de acordo com a Lei de Bases da Economia Social, as unidades da CSES foram agregadas pelos seguintes grupos de entidades: Cooperativas; Associações mutualistas; Misericórdias; Fundações; Subsetores Comunitário e Autogestionário (SCA); Associações com fins altruísticos (ACFA).

Importa ainda referir que foram consideradas nos grupos das Misericórdias e das Associações mutualistas as respetivas caixas económicas anexas, uma vez que o seu regime jurídico (Decreto-Lei n.º 190/2015, de 10 de setembro) estabelece que estas devem respeitar, com as devidas adaptações, os princípios orientadores que regem a atividade da Economia Social, bem como os princípios mutualistas previstos no Código das Associações mutualistas, podendo apenas ser constituídas para a exclusiva prossecução dos fins de Associações mutualistas, Misericórdias ou outras instituições de beneficência, observando-se igualmente algumas restrições na afetação de resultados. Estas

duas últimas características já constavam do anterior regime jurídico das caixas económicas, regulado pelo Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio.

Para efeitos de divulgação, foram considerados 3 grupos de dimensão da entidade: (1) Micro entidade (número de pessoas ao serviço inferior a 10); (2) Pequena entidade (número de pessoas ao serviço igual ou superior a 10 e inferior a 50); (3) Média e grande entidade (número de pessoas ao serviço igual ou superior a 50).

CONCEITOS PARA FINS ESTATÍSTICOS

Índice Alfabético

B

balanced scorecard

C

crowdfunding

crowdlending

D

direção de topo

dirigente de topo

E

entidade da economia social

entidade participada

empresa

H

horário de trabalho fixo

I

indicador-chave de desempenho

O

ongoing assessment of social impacts

P

paridade salarial

peçoal ao serviço

práticas de gestão

poverty social Impact assessment

R

remuneração bruta

responsabilidade social

S

sistema de gestão documental

social costs-benefit analysis

social return on investment

T

trabalho em rede

trabalho voluntário

V

voluntário

ÍNDICE TEMÁTICO

entidade da economia social

entidade, dotada de personalidade jurídica, que respeita os princípios orientadores da Economia Social. Notas: incluem-se as Instituições Particulares de Solidariedade Social (incluindo Cooperativas, Associações Mutualistas, Misericórdias, Fundações), as Associações Com Fins Altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, e as entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário integrados no sector cooperativo e social nos termos da Constituição, entre outras. Fonte: Decreto-Lei nº 30/2013, de 8 de maio, artigo 4.º.

entidade participada

entidade na qual outra entidade detém participação no capital social, no todo ou em parte, ou na qual outra entidade tem direito de voto.

empresa

entidade jurídica (pessoa singular e coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa exerce uma ou várias atividades, num ou vários locais.

horário de trabalho fixo

horário de trabalho comum a todos os trabalhadores, com hora de entrada e saída fixa, sem possibilidade de alteração.

remuneração bruta

remuneração ilíquida, em dinheiro ou em géneros, paga aos trabalhadores pelas horas de trabalho efetuadas ou pelo trabalho realizado no período normal e no extraordinário, incluindo o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas) e os subsídios de carácter regular, tais como subsídios de alimentação, função, alojamento ou transportes, diuturnidades ou prémios de antiguidade, produtividade, assiduidade e isenção de horário, ou trabalhos penosos, perigosos, sujos, por turnos e noturnos.

paridade salarial

equivalência de remunerações entre os trabalhadores do sexo masculino e do sexo feminino.

práticas de gestão

referem-se aos métodos e técnicas de trabalho utilizados pelos dirigentes da entidade com vista a melhorar a eficácia dos sistemas de trabalho e a otimizar a utilização dos recursos da entidade. Alguns exemplos de práticas de gestão incluem a motivação, apoio e formação das pessoas ao serviço, a introdução de programas de melhoria da qualidade, entre outras.

responsabilidade social

integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das entidades/empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas.

sistema de gestão documental

sistema de gestão que consiste em facultar o arquivo, a organização, a consulta e a partilha de toda a informação de natureza documental em formato eletrónico nas organizações, podendo ser definidas permissões e níveis de acesso diferenciados para os seus utilizadores.

trabalho em rede

desenvolvimento de ações ou projetos em parceria, aliança, consórcio ou estreita articulação entre entidades que têm objetivos comuns ou partilhados,

interagem na utilização ou mobilização de recursos (humanos, físicos e financeiros), ou intervêm de forma conjugada na resolução de um problema (por exemplo social).

[meios de financiamento]

crowdfunding

financiamento coletivo que consiste na obtenção de capital para iniciativas de interesse coletivo através da agregação de múltiplas fontes de financiamento, em geral pessoas interessadas na iniciativa.

crowdlending

vertente do *crowdfunding*, que consiste na obtenção de capital com o compromisso de pagar juros em troca.

[indicadores de desempenho]

indicador-chave de desempenho

indicador de gestão cujo objetivo é medir o nível de desempenho e sucesso de uma entidade ou de um determinado processo, a partir do *modus operandi* da entidade e dos objetivos alcançados.

volume de negócios: valor líquido das vendas e prestações de serviços respeitantes às atividades normais da empresa, após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos diretamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Nota: para os serviços de intermediação financeira, exceto seguros e fundos de pensões, o volume de negócios é obtido através da soma dos Juros e proveitos equiparados com as Comissões recebidas. Nos casos em que a informação contabilística foi preparada de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) e com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), com base na Instrução n.º 23/2004 do Banco de Portugal, o Volume de negócios é obtido a partir da soma dos Juros e rendimentos similares com os Rendimentos

de serviços e comissões. Para os serviços de seguros e resseguros, até ao ano de 2007, o VVN correspondia ao valor dos Prémios brutos emitidos. A partir do ano de 2008, com a entrada em vigor do novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma Regulamentar n.º4/2007-R, de 27 de abril, o Volume de negócios passou a obter-se através da soma dos Prémios brutos emitidos, dos Contratos de investimento e dos Contratados de prestação de serviços.

[métodos de avaliação do impacto social]

balanced scorecard

metodologia de avaliação que consiste na medição de todos os indicadores de desempenho da entidade, com metas e tarefas claramente delineadas em três etapas: definição dos objetivos e estratégias da entidade; recriação dos processos ineficientes; definição de indicadores controláveis e quantitativos.

ongoing assessment of social impacts

avaliação estrutural e sistémica, adaptada à realidade de cada entidade, que visa acompanhar o progresso dos resultados no curto e médio prazo e fornecer informação aos dirigentes de topo para avaliação do desempenho da entidade e do respetivo impacto nos seus utilizadores/ beneficiários.

poverty social Impact assessment

avaliação dos impactos distributivos da intervenção social sobre o bem-estar de diferentes grupos da população, particularmente, os mais pobres ou vulneráveis.

social costs-benefit analysis

metodologia de avaliação económica de um projeto social que consiste em descrever os custos e o impacto social de uma atividade ou investimento em termos monetários.

social return on investment

metodologia de avaliação de resultados e desempenho que visa medir o impacto e o valor social de um investimento, comparando o valor gerado por

uma intervenção (benefícios) com a despesa necessária (investimento) para o obter.

Nota: O retorno social do investimento pode ser utilizado como ferramenta de planificação estratégica para comunicar a criação de valor social, atrair investimentos ou tomar decisões de investimento.

[recursos humanos]

peçoal ao serviço

peçoas que, no período de referência, participaram na atividade da empresa/instituição, qualquer que tenha sido a duração dessa participação, nas seguintes condições:

- a) peçoal ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração;
- b) peçoal ligado à empresa/instituição, que por não estar vinculado por um contrato de trabalho, não recebe uma remuneração regular pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido (p. ex.: proprietários-gerentes, familiares não remunerados, membros ativos de cooperativas);
- c) peçoal com vínculo a outras empresas/instituições que trabalharam na empresa/instituição sendo por esta diretamente remunerados;
- d) peçoas nas condições das alíneas anteriores, temporariamente ausentes por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença e acidente de trabalho.

Não são consideradas como peçoal ao serviço as peçoas que: i) se encontram nas condições descritas nas alíneas a), b), e c) e estejam temporariamente ausentes por um período superior a um mês; ii) os trabalhadores com vínculo à empresa/instituição deslocados para outras empresas/instituições, sendo nessas diretamente remunerados; iii) os trabalhadores a trabalhar na empresa/instituição e cuja remuneração é suportada por outras empresas/instituições (p. ex.: trabalhadores temporários); iv) os trabalhadores independentes (p. ex.: prestadores de serviços, também designados por “recibos verdes”).

Nota: Não são ainda considerados os trabalhadores abrangidos por estágios profissionais, por contratos de emprego-inserção ou por outros programas e medidas ativas de emprego executadas/ apoiadas pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I.P.)

direção de topo

órgão social da entidade com funções executivas independentemente de os seus membros poderem ou não, a título individual, exercer funções executivas, receberem remuneração, senhas de presença ou reembolso de despesas, e terem ou não contrato de trabalho ou vínculo laboral com a instituição.

Nota: integram-se os órgãos de Direção, Conselho de Administração, Conselho Executivo, Conselho Diretivo, Mesa Administrativa, entre outros.

dirigente de topo: dirigente que, numa entidade, ocupa a posição hierarquicamente mais elevada, sem subordinação a nenhuma outra, sendo da sua responsabilidade a liderança do órgão de direção de topo e através dele, a concretização da missão da entidade mediante a fixação de objetivos e estratégias para os atingir, assente na integração e articulação das diferentes áreas funcionais da entidade.

voluntário

indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre.

trabalho voluntário: conjunto de ações, de interesse social e comunitário, realizadas por pessoas de forma desinteressada e no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas, ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade.

ANEXO 1: QUESTIONÁRIO DO INQUÉRITO AO SETOR DA ECONOMIA SOCIAL



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

INSTRUMENTO DE NOTIFICAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
LEI Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO) DE RESPOSTA CONFIDENCIAL E OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 10355 VÁLIDO ATÉ 31-12-2019

ISES - Inquérito ao Setor da Economia Social

Referência dos dados:
2018

Contactos para resposta e esclarecimento de dúvidas:
INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA E GESTÃO DE DADOS
Serviço de Dados Empresariais
Núcleo Local de Recolha de Évora
Rua Miguel Bombarda, 36 - 7000-919 ÉVORA
Tel: 266 757 743
email: ises@ine.pt

Resposta eletrónica: <http://webinq.ine.pt/aderentes>

I Identificação da unidade estatística

Número de identificação fiscal (NIF) Homepage

Designação social

Distrito/Ilha Município Freguesia

Endereço

Localidade Código postal -

Telefone Fax e-mail

II Situação da unidade estatística no período de referência dos dados

Situação na atividade ☒ BC005

Aguarda início de atividade ☐

Em atividade ☐

Atividade suspensa em / / ☐ BC010

Atividade cessada em / / ☐

Nº meses de atividade no período de referência BC007

(Indique 0 meses se não realizou operações ativas ou passivas no período de referência)

Atividade económica principal (CAE Rev. 3) BC001

Ocorreu algum facto relevante no período de referência dos dados? Sim ☐ BC015

Não ☐

Indique qual: ☐ BC025 Data / / ☐ BC020

III Observações

Utilize este espaço para incluir sugestões, justificações referentes à sua resposta ou outras observações que julgue convenientes.

BC030

IV Responsável pelo preenchimento

Nome contacto

Telefone Fax e-mail

Função

Assinatura Data / /

O Inquérito ao Setor da Economia Social (ISES), pretende caracterizar o setor da Economia Social, respondendo a questões como: Quais as atividades desenvolvidas por estas entidades? Qual a composição interna destas entidades? Que relações têm estas entidades com as entidades do setor público e privado? Qual o modelo de relação laboral praticado por estas entidades? Qual o papel que desempenha o voluntariado na direção e no desenvolvimento da atividade destas entidades? Qual a qualificação e nível médio de remunerações dos trabalhadores, colaboradores e dirigentes destas entidades?

Neste contexto, o INE solicita a sua participação, através do preenchimento do seguinte questionário por um dos membros da Direção de topo.

Antes de iniciar, consulte, por favor, as instruções de preenchimento de forma a facilitar a resposta às questões solicitadas.

Ao longo deste questionário, e no caso de dificuldade na obtenção dos valores solicitados, indique a melhor estimativa possível.

A1 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE - INFORMAÇÃO GERAL

1. Indique o grupo/família da Economia Social em que se insere a entidade, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

- | | | | |
|--|----|--------------------------|-------|
| Cooperativas | 1 | ☐ | V0100 |
| Associações mutualistas | 2 | ☐ | |
| Misericórdias | 3 | ☐ | |
| Fundações | 4 | ☐ | |
| Associações com fins altruísticos (associações sem fins lucrativos, coletividades, clubes, ADL...) | 5 | ☐ | |
| Entidades abrangidas pelos Subsetores Comunitário e Autogestionário (baldios, coletivos de trabalhadores...) | 6 | ☐ | |
| Nenhuma das opções anteriores | 99 | ☐ | |

Se assinalou "Nenhuma das opções anteriores", especifique

V0199

2. Indique se a entidade detinha algum estatuto especial e/ou constava de algum dos seguintes registos, em 2018

(selecionar todas as opções que considere válidas)

- | | | | |
|---|----|--------------------------|-------|
| Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) | 1 | ☐ | V0200 |
| Utilidade Pública (UP) | 2 | ☐ | |
| Organizações não governamentais de ambiente (ONGA) | 3 | ☐ | |
| Organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGD) | 4 | ☐ | |
| Organizações não governamentais das pessoas com deficiência (ONGPD) | 5 | ☐ | |
| Associações não governamentais de mulheres (ONGM) | 6 | ☐ | |
| Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ) | 7 | ☐ | |
| Associações Representativas dos Imigrantes e Seus Descendentes (ARID) | 8 | ☐ | |
| Registo Nacional de Academias e Universidades Seniores | 9 | ☐ | |
| Outro | 99 | ☐ | |

Se assinalou "Outro", indique qual

V0299

Sem estatuto especial ou registo

10

3. Indique qual foi a principal área de intervenção da entidade, em 2018

Para mais detalhes sobre cada uma das categorias, no seguinte link insira, na variável código, o número 4077:

Classificação internacional de organizações sem fim lucrativo e do terceiro setor

(selecionar apenas uma opção)

- | | | | |
|---|---|--------------------------|-------|
| A - Cultura, comunicação e atividades de recreio (incluindo desporto) | A | ☐ | V0300 |
| B - Educação | B | ☐ | |
| C - Saúde (incluindo lares para idosos e unidades de cuidados continuados) | C | ☐ | |
| D - Serviços sociais (incluindo centros de dia, centros de convívio e apoio domiciliário a idosos e serviços de creche) | D | ☐ | |
| E - Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal | E | ☐ | |
| F - Desenvolvimento comunitário, económico e habitação | F | ☐ | |
| G - Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional | G | ☐ | |
| H - Filantropia e promoção do voluntariado | H | ☐ | |
| I - Religião | I | ☐ | |
| J - Organizações empresariais, profissionais e sindicatos | J | ☐ | |
| K - Serviços profissionais, científicos e administrativos | K | ☐ | |
| L - Outras atividades | L | ☐ | |

Se assinalou "L - Outras atividades", indique qual

L10 - Agricultura, silvicultura e pesca

L20 - Indústria

L30 - Alojamento, restauração e similares

L40 - Comércio

L50 - Atividades de transporte e armazenagem

L60 - Atividades financeiras e de seguros

L70 - Atividades imobiliárias

L80 - Atividades das famílias empregadoras

L90 - Outras atividades

V0399

L10

L20

L30

L40

L50

L60

L70

L80

L90

4. Indique qual a principal área geográfica em que a entidade desenvolveu a sua atividade, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

- | | | | |
|-------------------------------|---|--------------------------|-------|
| Internacional | 1 | ☐ | V0400 |
| Nacional | 2 | ☐ | |
| Regional | 3 | ☐ | |
| Local/ Municipal | 4 | ☐ | |
| Bairro/ Vizinhança/ Freguesia | 5 | ☐ | |

5. Indique quais foram os principais utilizadores/beneficiários/clientes da entidade, em 2018

(selecionar, no máximo, três opções)

	V0500
Público em geral	1 ☐
Mulheres	2 ☐
Homens	3 ☐
População idosa (com 65 e + anos)	4 ☐
Crianças (Até aos 14 anos)	5 ☐
Jovens (Entre os 15 e os 24 anos)	6 ☐
Pessoas com deficiência, necessidades especiais e/ou problemas de saúde mental	7 ☐
Minorias étnicas	8 ☐
Pessoas com necessidades financeiras (incluindo pessoas em situação de pobreza, sem abrigo e em risco de exclusão social)	9 ☐
Refugiados / Pessoas que solicitaram a concessão de asilo	10 ☐
Pessoas em situação de dependência (de drogas, álcool...)	11 ☐
Fielis / Crentes	12 ☐
Comunidade LGBTI (Lésbicas, Gaye, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais)	13 ☐
Vítimas de crime e respetivas famílias	14 ☐
Reclusos, ex-reclusos e as suas famílias	15 ☐
Entidades da Economia Social (Cooperativas, Fundações, Misericórdias...)	16 ☐
Animais	17 ☐
Outros	99 ☐
Se assinalou "Outros", indique quais V0599	

6. Indique o número de cooperadores/associados/irmãos inscritos na entidade, em 2018

Cooperadores/associados/irmãos inscritos em 2018:		Total (N.º)
Pessoas coletivas ou equiparadas	V0610	
Pessoas singulares	V0620	
Dos quais, Cooperadores/associados/irmãos inscritos em 2018 com quotas pagas em 2018:		
Pessoas coletivas ou equiparadas	V0630	
Pessoas singulares	V0640	

A2 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE - ESTRUTURA ORGÂNICA E RELAÇÕES COM OUTRAS ENTIDADES**7. Indique quantos níveis hierárquicos existiam na estrutura orgânica da entidade, em 2018***(selecionar apenas uma opção)*

1-2

V0700

1 ☐

3-4

2 ☐

5-6

3 ☐

Mais de 6

4 ☐**8. Indique se a entidade detinha participação social direta noutras entidades nacionais, em 2018***(selecionar apenas uma opção)*

Sim

V0800

1 ☐

Não ==> Se respondeu NÃO avance para a questão 10

2 ☐**9. Identifique as entidades nacionais nas quais detinha participação social direta, em 2018***(acrescentar tantas linhas quantas necessário)*

Número de Identificação Fiscal (NIF) da entidade participada

V0910

Percentagem de participação no capital social (%)

V0920

Percentagem de direitos de voto na entidade (%)

V0930

10. Identifique os tipos de entidades com os quais a entidade desenvolveu trabalho em rede ou em parceria, em 2018*(selecionar todas as opções que considere válidas)*

Cooperativas

V1000

1 ☐

Associações Mutualistas

2 ☐

Misericórdias

3 ☐

Fundações

4 ☐

Associações com fins altruísticos (sem fins lucrativos)

5 ☐

Entidades abrangidas pelos Subsetores Comunitário e Autogestionário (baldios, coletivos de trabalhadores...)

6 ☐

Setor empresarial privado

7 ☐

Setor público

8 ☐

Não desenvolveu trabalho em rede ou em parceria

9 ☐

Neste quadro, as opções de resposta referentes a Membros dos órgãos sociais, Pessoas ao serviço, Prestadores de serviços e Voluntários devem ser mutuamente exclusivas, ou seja, o mesmo indivíduo deverá ser contabilizado apenas numa das categorias (exemplos: (1) Se um membro dos órgãos sociais tiver um contrato de trabalho com a entidade, deverá ser considerado apenas na categoria "Membros dos órgãos sociais" - campo V1100 e não em "Pessoas ao serviço com vínculo laboral" - campo V1120. (2) No caso específico das associações, os membros dos órgãos sociais voluntários devem ser considerados na categoria "Membros dos órgãos sociais" - campo V1100 e não na categoria "Voluntários" - campo V1160. (3) No caso de um trabalhador da entidade, com vínculo laboral, desempenhar igualmente funções como voluntário, deverá ser considerado apenas na categoria "Pessoas ao serviço com vínculo laboral" - campo V1120 e não na categoria "Voluntários" - campo V1160.).

Membros dos órgãos sociais: indivíduos que desempenharam funções nos órgãos sociais da instituição (ex.: presidente da instituição, presidente da (mesa da) assembleia, presidente do conselho fiscal). Nos membros dos órgãos sociais não deverá considerar os indivíduos "suplentes".

Direção de topo: regra geral corresponde ao órgão social da instituição que exerce funções executivas (ex.: Direção, Conselho de Administração, Conselho Executivo, Conselho Diretivo, Mesa Administrativa, etc.), incluindo todos os seus membros/ titulares, independentemente de estes, individualmente, poderem exercer ou não funções executivas, auferirem remuneração ou serem gratificados com senhas de presença e independentemente de terem ou não contrato de trabalho ou vínculo laboral com a instituição.

Dirigentes: indivíduos que participaram na atividade da entidade, exercendo funções de planeamento, organização, liderança e controlo, designadamente os indivíduos que ocuparam cargos de direção intermédia (ex.: diretor de departamento, diretor de serviços, diretor comercial...) e, ainda, cargos de chefia (ex.: chefes de serviço, chefes de secção, coordenadores, chefes de equipa...). No caso das associações, deverão ser considerados também os seccionistas e monitores.

A3 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE - RECURSOS HUMANOS

11. Indique para o território nacional, em 2018, o número de:

No caso das entidades que entregaram a Informação Empresarial Simplificada (IES) de 2017, as variáveis "Pessoas ao Serviço com vínculo laboral" e "Prestadores de serviços com caráter regular" foram pré-preenchidas. Se estes valores não forem os mais recentes, por favor, atualize-os.

	Total (N.º)	Dos quais, do sexo feminino (N.º)
	1	2
Membros dos órgãos sociais	V1100	
dos quais, membros da direção de topo (órgão executivo)	V1110	
Pessoas ao serviço com vínculo laboral	V1120	
das quais, com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V1130	
Prestadores de serviços com caráter regular	V1140	
das quais, com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V1150	
Voluntários	V1160	
das quais, com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V1170	

A3.1 Membros dos órgãos sociais

A3.1.1 Direção de topo (órgão executivo)

12. Indique a idade média dos membros da direção de topo (órgão executivo), em 2018

(selecionar apenas uma opção)

	Menos de 25 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	Mais de 64 anos
	1	2	3	4	5	6
Idade média dos membros da direção de topo (órgão executivo)	V1200					

13. Indique o número médio de anos de antiguidade dos membros da direção de topo (órgão executivo), no exercício destas funções, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

	Menos de 1 ano	1-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-19 anos	20-24 anos	Mais de 24 anos
	1	2	3	4	5	6	7
Antiguidade média dos membros da direção de topo (órgão executivo)	V1300						

14. Indique o número de membros da direção de topo (órgão executivo) para cada nível de escolaridade, em 2018

Deverão ser considerados níveis de escolaridade concluídos (e não apenas frequentados)

	Total de membros da direção de topo (órgão executivo) (N.º)	Dos quais, do sexo feminino (N.º)
	1	2
Ensino Básico	V1400	
Ensino Secundário	V1410	
Ensino pós-secundário não superior	V1420	
Bacharelato	V1430	
Curso técnico superior profissional	V1440	
Licenciatura	V1450	
Mestrado	V1460	
Doutoramento	V1470	
Sem nível de escolaridade	V1480	

15. Indique o número de membros da direção de topo (órgão executivo), em 2018

	Total (N.º)	Dos quais, do sexo feminino (N.º)
	1	2
Com funções executivas	V1500	
Com remuneração paga pela entidade	V1510	
Em regime de voluntariado (admitindo-se o pagamento de senhas de presença e/ou o reembolso de despesas)	V1520	
Sem funções executivas	V1530	
Com remuneração paga pela entidade	V1540	
Em regime de voluntariado (admitindo-se o pagamento de senhas de presença e/ou o reembolso de despesas)	V1550	

A3.1.2 Dirigente de topo (exemplos: presidente, presidente da direção, presidente do conselho de administração, provedor...)									
16. Indique qual o sexo do dirigente de topo da entidade em funções, em 2018 (selecionar apenas uma opção)									
Masculino					V1600		1		☐
Feminino							2		☐
17. Indique qual a idade do dirigente de topo da entidade em funções, em 2018 (selecionar apenas uma opção)									
	Menos de 25 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	Mais de 64 anos			
	1	2	3	4	5	6			
Idade do dirigente de topo	V1700	☐	☐	☐	☐	☐	☐		
18. Indique o número de anos de antiguidade do dirigente de topo da entidade em funções, em 2018 (selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)									
	Menos de 1 ano	1-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-19 anos	20-24 anos	Mais de 24 anos		
	1	2	3	4	5	6	7		
Antiguidade do dirigente de topo na entidade	V1800	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	
Antiguidade na entidade, como dirigente de topo	V1810	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	
19. Indique qual o nível de escolaridade do dirigente de topo da entidade em funções, em 2018 (Deverão ser considerados níveis de escolaridade concluídos (e não apenas frequentados) (selecionar apenas uma opção)									
Ensino Básico					V1900		1		☐
Ensino Secundário							2		☐
Ensino pós-secundário não superior							3		☐
Bacharelato							4		☐
Curso técnico superior profissional							5		☐
Licenciatura							6		☐
Mestrado							7		☐
Doutoramento							8		☐
Sem nível de escolaridade							9		☐
20. Indique qual a relação laboral do dirigente de topo com a entidade em funções, em 2018 (selecionar apenas uma opção)									
Contrato de trabalho					V2000		1		☐
Voluntariado							2		☐
Outra							99		☐
Se assinalou "Outra", indique qual	V2099								
21. Indique se existiam limites (temporais ou de número de mandatos) aplicáveis ao exercício do cargo de dirigente de topo da entidade em funções, em 2018 (selecionar apenas uma opção)									
Sim, esses limites decorrem do enquadramento jurídico-normativo aplicável à entidade					V2100		1		☐
Sim, esses limites decorrem dos estatutos da entidade							2		☐
Sim, esses limites decorrem quer do enquadramento jurídico-normativo, quer dos estatutos da entidade							3		☐
Não							4		☐
22. Indique se o dirigente de topo da entidade exercia esta função em regime de exclusividade, em 2018 (selecionar apenas uma opção)									
Sim ==> se respondeu SIM avance para a questão 24					V2200		1		☐
Não							2		☐
23. Indique se o dirigente de topo da entidade acumulava funções noutras entidades da Economia Social, em 2018 (selecionar todas as opções que considere válidas)									
Sim, em Cooperativas					V2300		1		☐
Sim, em Associações Mutualistas							2		☐
Sim, em Misericórdias							3		☐
Sim, em Fundações							4		☐
Sim, em Associações com fins altruísticos (sem fins lucrativos)							5		☐
Sim, em Entidades abrangidas pelos Subsetores Comunitário e Autogestionário (baldios, coletivos de trabalhadores...)							6		☐
Não acumulava funções noutras entidades da Economia Social							7		☐
24. Indique de que forma foi selecionado o dirigente de topo da entidade em funções, em 2018 (selecionar apenas uma opção)									
Eleito através dos órgãos sociais					V2400		1		☐
Nomeado pela entidade							2		☐
Escolhido através de um processo de recrutamento							3		☐
Outra							99		☐
Se assinalou "Outra", indique qual	V2499								
25. Indique como avalia o grau de autonomia do dirigente de topo em funções, relativamente à compreensão e utilização de tecnologias de informação, em 2018 (selecionar apenas uma opção)									
Nada autónomo					V2500		1		☐
Pouco autónomo							2		☐
Moderadamente autónomo							3		☐
Muito autónomo							4		☐
Totalmente autónomo							5		☐

26. Indique as três características que melhor descreviam o dirigente de topo da entidade, em funções, em 2018 <i>(selecionar apenas três opções)</i>										V2600
Ser atuante									1 ☐	
Assumir as responsabilidades									2 ☐	
Liderar pelo exemplo									3 ☐	
Pedir ajuda se necessário									4 ☐	
Acreditar na inteligência coletiva									5 ☐	
Tomar decisões									6 ☐	
Saber reconhecer os méritos									7 ☐	
Oferecer feedback									8 ☐	
Reconhecer e respeitar os limites entre chefia e subordinado									9 ☐	

27. Indique qual das seguintes afirmações melhor descrevia o estilo de liderança que prevalecia na entidade, em 2018 <i>(selecionar apenas uma opção)</i>										V2700
O dirigente de topo tomava as decisões e comunicava-as à sua equipa									1 ☐	
O dirigente de topo apresentava o problema, recolhia sugestões e tomava as decisões									2 ☐	
O dirigente de topo tomava as decisões e convencia a sua equipa dos benefícios das mesmas									3 ☐	
O dirigente de topo sugeria decisões provisórias e convidava a sua equipa a discutí-las									4 ☐	
O dirigente de topo permitia que a sua equipa identificasse o problema, definisse opções e tomasse decisões dentro dos limites por ele definidos									5 ☐	
O dirigente de topo apresentava o problema e pedia à sua equipa que tomasse decisões dentro dos limites por ele estabelecidos									6 ☐	
O dirigente de topo apresentava as suas ideias e decisões e convidava a sua equipa a colocar questões									7 ☐	

A3.2 Pessoas ao Serviço com vínculo laboral									
28. Indique a idade média das pessoas ao serviço da entidade com vínculo laboral, em 2018 <i>(selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)</i>									
		Menos de 25 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	Mais de 64 anos		
		1	2	3	4	5	6		
Com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V2800	☐	☐	☐	☐	☐	☐		
Sem funções de dirigente	V2810	☐	☐	☐	☐	☐	☐		

29. Indique o número médio de anos de antiguidade das pessoas ao serviço da entidade com vínculo laboral, em 2018 <i>(selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)</i>										
		Menos de 1 ano	1-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-19 anos	20-24 anos	Mais de 24 anos		
		1	2	3	4	5	6	7		
Com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V2900	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐		
Sem funções de dirigente	V2910	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐		

30. Indique o número de pessoas ao serviço da entidade com vínculo laboral, com contratos de trabalho sem termo, em 2018 Pessoas ao serviço (N.º)										V3010
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---

31. Indique o número de pessoas ao serviço da entidade com vínculo laboral afetas aos seguintes tipos de horário, em 2018									
								Pessoas ao serviço (N.º)	
Horário fixo								V3110	
Outros horários								V3120	

32. Indique o número de pessoas ao serviço da entidade com vínculo laboral, com deficiência (incapacidade), em 2018 <i>Devem ser considerados neste ponto todas as pessoas ao serviço que têm atestado Multiuso passado por junta médica nos termos do Decreto-Lei n.º 174/1997, de 19 Julho e do n.º 291/2009, de 12 outubro, solicitado junto do Centro de Saúde da área de residência do trabalhador.</i>										Pessoas ao serviço (N.º)
Com deficiência								V3210		
dos quais, com grau de incapacidade inferior a 60%								V3220		
dos quais, com grau de incapacidade entre 60% e 80%								V3230		
dos quais, com grau de incapacidade superior a 80%								V3240		

33. Indique o número de pessoas ao serviço da entidade com vínculo laboral com nacionalidade estrangeira, em 2018										Pessoas ao serviço (N.º)
Países da União Europeia (incluindo o Reino Unido)								V3310		
Países fora da União Europeia								V3320		

34. Indique o nível médio de remunerações brutas auferidas pelas pessoas ao serviço da entidade com vínculo laboral, em 2018 Remuneração média anual bruta por pessoa ao serviço (€)										V3410
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---

35. Indique as remunerações máxima e mínima das pessoas ao serviço da entidade com vínculo laboral, com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores), em 2018										
Sexo feminino										
Remuneração bruta máxima (€)					V3510					
Remuneração bruta mínima (€)					V3520					
Sexo masculino										
					V3530					
					V3540					

36. Indique as remunerações máxima e mínima das pessoas ao serviço da entidade, com vínculo laboral, sem funções de dirigente, em 2018										
Sexo feminino										
Remuneração bruta máxima (€)					V3610					
Remuneração bruta mínima (€)					V3620					
Sexo masculino										
					V3630					
					V3640					

A3.3 Prestadores de serviços com caráter regular																
37. Indique a idade média dos prestadores de serviços com caráter regular da entidade, em 2018 (escolha apenas uma opção para cada uma das categorias)																
	Menos de 25 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	Mais de 64 anos										
	1	2	3	4	5	6										
Com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V3700	☐	☐	☐	☐	☐	☐									
Sem funções de dirigente	V3710	☐	☐	☐	☐	☐	☐									
38. Indique o número médio de anos de antiguidade dos prestadores de serviços com caráter regular da entidade, em 2018 (selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)																
	Menos de 1 ano	1-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-19 anos	20-24 anos	Mais de 24 anos									
	1	2	3	4	5	6	7									
Com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V3800	☐	☐	☐	☐	☐	☐									
Sem funções de dirigente	V3810	☐	☐	☐	☐	☐	☐									
39. Indique os valores/honorários pagos pela entidade pela prestação de serviços com caráter regular, em 2018 No caso das entidades que entregaram a Informação Empresarial Simplificada (IES) de 2017, a variável "valores/honorários pagos" foi pré-preenchida. Se este valor não for o mais recente, por favor, atualize-o. Valores/honorários pagos no ano (€) V3910 																
A3.4 Voluntários																
40. Indique a idade média dos voluntários da entidade, em 2018 (escolha apenas uma opção para cada uma das categorias)																
	Menos de 25 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	Mais de 64 anos										
	1	2	3	4	5	6										
Com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V4000	☐	☐	☐	☐	☐	☐									
Sem funções de dirigente	V4010	☐	☐	☐	☐	☐	☐									
41. Indique o número médio de anos de antiguidade dos voluntários da entidade, em 2018 (selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)																
	Menos de 1 ano	1-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-19 anos	20-24 anos	Mais de 24 anos									
	1	2	3	4	5	6	7									
Com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V4100	☐	☐	☐	☐	☐	☐									
Sem funções de dirigente	V4110	☐	☐	☐	☐	☐	☐									
42. Indique o número de horas de trabalho anuais prestadas por voluntários, em 2018 Horas de trabalho anuais (N.º) <table border="0" style="width: 100%;"><tr><td>Voluntários com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)</td><td>V4210</td><td> </td></tr><tr><td>Voluntários sem funções de dirigente, com colaboração regular</td><td>V4220</td><td> </td></tr><tr><td>Voluntários sem funções de dirigente, com colaboração ocasional</td><td>V4230</td><td> </td></tr></table>								Voluntários com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V4210		Voluntários sem funções de dirigente, com colaboração regular	V4220		Voluntários sem funções de dirigente, com colaboração ocasional	V4230	
Voluntários com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V4210															
Voluntários sem funções de dirigente, com colaboração regular	V4220															
Voluntários sem funções de dirigente, com colaboração ocasional	V4230															
43. Indique qual o principal domínio em que se inseriram as ações de voluntariado promovidas pela entidade, em 2018 (selecionar apenas uma opção)																
	V4300	☐														
Cívico	1	☐														
Ação social	2	☐														
Saúde	3	☐														
Educação	4	☐														
Ciência	5	☐														
Cultura e defesa do património	6	☐														
Desporto	7	☐														
Ambiente	8	☐														
Defesa do consumidor	9	☐														
Cooperação para o desenvolvimento	10	☐														
Emprego e formação profissional	11	☐														
Reinserção social	12	☐														
Proteção civil	13	☐														
Desenvolvimento da vida associativa e da economia social	14	☐														
Promoção do voluntariado e da solidariedade social	15	☐														
Outro	99	☐														
Se assinalou "Outro", indique qual	V4399															
44. Indique se os voluntários estavam abrangidos por seguro de acidentes pessoais e de responsabilidade civil contratado pela entidade, em 2018 (selecionar apenas uma opção)																
	V4400	☐														
Sim, o seguro contratado pela entidade abrangia <u>todos</u> os voluntários	1	☐														
Sim, o seguro contratado pela entidade abrangia <u>apenas alguns</u> voluntários	2	☐														
Não	3	☐														
45. Indique se a entidade reembolsou os voluntários de despesas realizadas no exercício de trabalho voluntário, em 2018 (selecionar apenas uma opção)																
	V4500	☐														
Sim	1	☐														
Não ==> Se respondeu NÃO avance para a questão 47	2	☐														
46. Indique, de forma aproximada, o total de despesas reembolsadas aos voluntários, em 2018: Total de despesas reembolsadas aos voluntários (€) V4610 																

51. PRÁTICAS DE GESTÃO DA ENTIDADE - ESTRATÉGIA, MONITORIZAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS**47. Indique o que melhor descrevia a postura estratégica da entidade, em 2018***(selecionar apenas uma opção)*

- Sobrevivência (redução de custos, desinvestimento)
Manutenção (estabilidade e sustentabilidade)
Crescimento (diversificação, expansão, internacionalização)
Desenvolvimento (inovação social, cooperação, parceria, ou fusão com outras entidades)

V4700

- 1 ☐
2 ☐
3 ☐
4 ☐

48. Indique o que melhor descrevia a orientação da entidade no que respeita aos bens e/ou serviços no quadro da sua intervenção social, em 2018*(selecionar apenas uma opção)*

- Aposta em bens e/ou serviços já existentes
Aposta em novos bens e/ou serviços
Ambas

V4800

- 1 ☐
2 ☐
3 ☐

49. Indique o que melhor descrevia a orientação da entidade no que respeita à organização e práticas de gestão, em 2018*(selecionar apenas uma opção)*

- Aposta na organização e práticas de gestão já existentes
Aposta em novas práticas de gestão e/ou alteração da estrutura organizacional
Nenhuma orientação

V4900

- 1 ☐
2 ☐
3 ☐

50. Indique o que melhor descrevia o calendário dos objetivos estabelecidos para o principal bem e/ou serviço da entidade no quadro da sua intervenção social, em 2018*(selecionar apenas uma opção)*

- Essencialmente de curto prazo (menos de 1 ano)
Essencialmente de longo prazo (1 ou mais anos/mandato conforme os estatutos)
Combinação de curto e longo prazo
Não existiam objetivos ==> Se respondeu "Não existiam objetivos" avance para a questão 53

V5000

- 1 ☐
2 ☐
3 ☐
4 ☐

51. Avalie o grau de ambição dos objetivos estabelecidos para a entidade, em 2018*(selecionar apenas uma opção)*

- Nada ambiciosos
Pouco ambiciosos
Moderadamente ambiciosos
Muito ambiciosos
Totalmente ambiciosos

V5100

- 1 ☐
2 ☐
3 ☐
4 ☐
5 ☐

52. Avalie o grau de sensibilização das pessoas que contribuíram para a atividade da entidade, para os objetivos estabelecidos em 2018*(selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)*

	Órgãos sociais	Pessoas ao serviço com vínculo laboral	Prestadores de serviços com caráter regular	Voluntários
	V5200	V5210	V5220	V5230
Nada sensibilizadas	1 ☐	1 ☐	1 ☐	1 ☐
Pouco sensibilizadas	2 ☐	2 ☐	2 ☐	2 ☐
Moderadamente sensibilizadas	3 ☐	3 ☐	3 ☐	3 ☐
Muito sensibilizadas	4 ☐	4 ☐	4 ☐	4 ☐
Totalmente sensibilizadas	5 ☐	5 ☐	5 ☐	5 ☐

53. Indique se utilizou algum destes indicadores-chave na monitorização/avaliação do desempenho da atividade desenvolvida pela entidade, em 2018*(selecionar todas as opções aplicáveis)*

- Evolução do volume de negócios
Evolução das receitas próprias
Total do ativo líquido
Número de associados/utentes/clientes
Evolução do volume de atos de serviço praticados
Não utilizou indicadores-chave para monitorizar/ avaliar o desempenho da atividade desenvolvida

V5300

- 1 ☐
2 ☐
3 ☐
4 ☐
5 ☐
6 ☐

54. Avalie o grau de envolvimento das pessoas que contribuíram para a atividade da entidade no processo de tomada de decisão no que respeita à afetação de tarefas, em 2018*(selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)*

	Órgãos sociais	Pessoas ao serviço com vínculo laboral	Prestadores de serviços com caráter regular	Voluntários
	V5400	V5410	V5420	V5430
Nada envolvidas	1 ☐	1 ☐	1 ☐	1 ☐
Pouco envolvidas	2 ☐	2 ☐	2 ☐	2 ☐
Moderadamente envolvidas	3 ☐	3 ☐	3 ☐	3 ☐
Muito envolvidas	4 ☐	4 ☐	4 ☐	4 ☐
Totalmente envolvidas	5 ☐	5 ☐	5 ☐	5 ☐

55. Avalie o grau de envolvimento dos cooperadores/associados/irmãos da entidade nos seguintes processos, em 2018 <i>(selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)</i>		
	Definição de orientação estratégica V5500	Tomada de decisão V5510
Nada envolvidos	1 ☐	1 ☐
Pouco envolvidos	2 ☐	2 ☐
Moderadamente envolvidos	3 ☐	3 ☐
Muito envolvidos	4 ☐	4 ☐
Totalmente envolvidos	5 ☐	5 ☐
56. Indique o que melhor descrevia a atuação da entidade quando confrontada com problemas relacionados com os bens e/ou serviços no quadro da sua intervenção social, em 2018 <i>(selecionar apenas uma opção)</i>		
Resolução do problema sem tomada de ações adicionais		V5600 1 ☐
Resolução do problema com tomada de ações para que não acontecesse de novo		2 ☐
Resolução do problema com tomada de ações para que não acontecesse de novo e melhoria dos processos para antecipar problemas semelhantes		3 ☐
Nenhuma ação foi tomada		4 ☐
57. Indique se a entidade tinha website/página eletrônica, em 2018 <i>(selecionar apenas uma opção)</i>		
Sim		V5700 1 ☐
Não		2 ☐
Em construção		3 ☐
58. Indique se a entidade utilizava as redes sociais (Facebook, LinkedIn, Twitter, entre outras), em 2018 <i>(selecionar apenas uma opção)</i>		
Sim		V5800 1 ☐
Não		2 ☐
59. Indique qual/quais o(s) objetivo(s) da utilização do website e/ou redes sociais, em 2018 <i>(selecionar todas as opções aplicáveis)</i>		
Apresentação da entidade, missão, organização e contactos		1 ☐
Prestação de contas (plano de atividades, orçamento, divulgação dos relatórios e contas, índices de impacto social)		2 ☐
Publicitação das atividades desenvolvidas pela entidade e notícias relacionadas com o âmbito institucional e de ação		3 ☐
Outras		99 ☐
Se assinalou "Outras", indique quais	V5999 _____	
60. Indique de que forma os principais resultados e/ou outros indicadores-chave de desempenho da entidade foram divulgados, em 2018 <i>(selecionar todas as opções aplicáveis)</i>		
Portal interno		V6000 1 ☐
E-mail		2 ☐
Newsletter		3 ☐
Cartazes informativos		4 ☐
Quadros afixados em vários locais		5 ☐
Reuniões de equipa		6 ☐
Website		7 ☐
Redes sociais		8 ☐
Relatórios, apresentações (power point), dashboards ou infografias		9 ☐
Não houve divulgação de resultados		10 ☐
61. Avalie qual o grau de disponibilidade da informação para tomada de decisão e apoio ao desenvolvimento das funções na entidade, em 2018 <i>(selecionar apenas uma opção)</i>		
Nada disponível		V6100 1 ☐
Pouco disponível		2 ☐
Moderadamente disponível		3 ☐
Muito disponível		4 ☐
Totalmente disponível		5 ☐
62. Indique de que fontes os dirigentes (incluindo seccionistas/monitores) da entidade retiraram ensinamentos sobre práticas de gestão, em 2018 <i>(selecionar todas as opções aplicáveis)</i>		
Ações de formação internas		V6200 1 ☐
Formação profissional conferida pelas entidades formadoras certificadas		2 ☐
Formação em entidade pertencente aos ensino superior (conferir o grau académico ou realização de pós-graduações)		3 ☐
Participações em conferências, seminários e /ou workshops		4 ☐
Fornecedores		5 ☐
Cooperadores/associados/irmãos		6 ☐
Utilizadores/beneficiários/clientes		7 ☐
Confederações e outras entidades de grau superior		8 ☐
Outros órgãos estatutários		9 ☐
Novos dirigentes e trabalhadores		10 ☐
De nenhuma fonte		11 ☐

63. Indique se a entidade contratou consultores externos para ajudar a melhorar alguma das áreas de gestão, em 2018
(selecionar apenas uma opção)

Sim V6300

Não => se respondeu Não avance para a questão 65

1 ☐

2 ☐

64. Indique o tipo de consultores externos contratados pela entidade, para ajudar a melhorar alguma das áreas de gestão, em 2018
(selecionar todas as opções aplicáveis)

Empresa (privada) V6400

Entidade da Economia Social

Empresário em nome individual

Instituição do ensino superior (universidade ou politécnico)

Outro

Se assinalou "Outro", indique qual V6499

1 ☐

2 ☐

3 ☐

4 ☐

99 ☐

65. Indique se a entidade utilizou algum sistema de gestão documental digital, em 2018
(selecionar apenas uma opção)

Sim V6500

Não

1 ☐

2 ☐

66. Indique o número de reclamações recebidas/registadas na entidade, em 2018
Reclamações recebidas (N.º)

V6610

67. Indique se a entidade realizou algum questionário de avaliação da satisfação dos seus utilizadores/beneficiários/clientes, em 2018
(selecionar apenas uma opção)

Sim V6700

Não

1 ☐

2 ☐

68. Indique se a entidade elaborou ou dispõe dos seguintes documentos e se os mesmos foram divulgados no seu website/página eletrónica
(selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)

	Elaborados/ Existentes		Divulgados no website/página eletrónica da entidade	
	1	2	1	2
	Sim	Não	Sim	Não
Plano estratégico (abrangendo, pelo menos, 3 anos)	V6800	☐	V6801	☐
Plano de atividades referente a 2018	V6802	☐	V6803	☐
Orçamento referente a 2018	V6804	☐	V6805	☐
Diagnóstico de necessidades de formação para 2018	V6806	☐	V6807	☐
Plano de formação para 2018	V6808	☐	V6809	☐
Relatório de atividades referente a 2018	V6810	☐	V6811	☐
Relatório e contas referente a 2018	V6812	☐	V6813	☐
Manual de procedimentos	V6814	☐	V6815	☐
Código de conduta	V6816	☐	V6817	☐
Código de ética	V6818	☐	V6819	☐
Relatório de responsabilidade social referente a 2018	V6820	☐	V6821	☐
Relatório de Impacto Social	V6822	☐	V6823	☐
Relatório de auditoria interna	V6824	☐	V6825	☐
Relatório de auditoria externa	V6826	☐	V6827	☐

69. Indique o método de medição do impacto social da entidade, em 2018
(selecionar todas as opções aplicáveis)

Balanced Scorecard (BSc) V6900

Ongoing Assessment of Social Impacts (OASIS)

Poverty Social Impact Assessment (PSIA)

Social Costs-Benefit Analysis (SCBA)

Social Return on Investment (SROI)

Outro

Se assinalou "Outro", indique qual V6999

Nenhum método

1 ☐

2 ☐

3 ☐

4 ☐

5 ☐

99 ☐

6 ☐

B2 PRÁTICAS DE GESTÃO DA ENTIDADE - RECURSOS HUMANOS

70. Indique que práticas de gestão de recursos humanos foram levadas a cabo na entidade, em 2018

(selecionar todas as opções aplicáveis)

- Recurso a pelo menos um dos seguintes métodos de seleção de pessoal: testes psicológicos; testes de aptidão; técnicas de simulação 1 ☐
- Aposta na contratação de recém licenciados com vista à sua formação e retenção na entidade 2 ☐
- Aposta na contratação de quadros especialistas com experiência relevante para a função a desempenhar 3 ☐
- Incentivo à participação e valorização das iniciativas dos trabalhadores 4 ☐
- Incentivo à autonomia dos trabalhadores 5 ☐
- Incentivo à mobilidade interna dos trabalhadores 6 ☐
- Programas de formação formal que transmitam aos novos trabalhadores os conhecimentos necessários para desempenharem a sua função (capacitação) 7 ☐
- Oportunidades de desenvolvimento que aumentem as possibilidades de promoção dos trabalhadores e de progressão na carreira 8 ☐
- Avaliação de desempenho formal dos trabalhadores, baseada em objetivos 9 ☐
- Disponibilização de prémios de desempenho aos trabalhadores 10 ☐
- Nenhuma prática 11 ☐

V7000

71. Indique se foram atribuídos prémios de desempenho anuais às pessoas ao serviço, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

- Sim, pelo cumprimento dos objetivos definidos pela entidade 1 ☐
- Sim, por outros critérios 2 ☐
- Não => se respondeu NÃO avance para a questão 74 3 ☐

V7100

72. Indique a melhor estimativa da percentagem de pessoas ao serviço que receberam prémios de desempenho anuais, em 2018

(selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)

	1-20%	21-40%	41-60%	61-80%	Mais de 80%	Não aplicável
	1	2	3	4	5	6
Com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V7200 ☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sem funções de dirigente	V7210 ☐	☐	☐	☐	☐	☐

73. Indique em que se basearam os prémios de desempenho anuais atribuídos às pessoas ao serviço, em 2018

(selecionar todas as opções aplicáveis para cada uma das categorias)

	Desempenho individual do trabalhador	Desempenho da equipa de trabalho	Desempenho da entidade	Outros critérios
	1	2	3	4
Com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V7300 ☐	☐	☐	☐
Sem funções de dirigente	V7310 ☐	☐	☐	☐

74. Indique em que se basearam as promoções das pessoas ao serviço da entidade, em 2018

(selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)

	Com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	Sem funções de dirigente
	V7400	V7410
Apenas no desempenho e capacidades	1 ☐	1 ☐
Em parte, no desempenho e capacidades e, em parte, noutros fatores (exemplo: antiguidade ou ligações familiares)	2 ☐	2 ☐
Principalmente noutros fatores (exemplo: antiguidade ou ligações familiares)	3 ☐	3 ☐
As pessoas ao serviço não foram promovidas	4 ☐	4 ☐

75. Indique se, em caso de identificação de situações de baixo desempenho, existiu algum tipo de consequência para as pessoas ao serviço, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

- Sim 1 ☐
- Não => Se respondeu NÃO avance para a questão 77 2 ☐

V7500

76. Indique em quanto tempo após a identificação do baixo desempenho as pessoas ao serviço foram sujeitas a cada uma das seguintes consequências, em 2018

(selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)

	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Após 6 meses	Raramente ou nunca
	1	2	3	4
Programa intensivo de formação	V7600 ☐	☐	☐	☐
Realocação noutras funções	V7610 ☐	☐	☐	☐
Cessaçao do contrato de trabalho	V7620 ☐	☐	☐	☐

77. Indique a sua melhor estimativa da percentagem de pessoas ao serviço que auferiam a retribuição mínima mensal garantida (vulgo salário mínimo), em 2018

Pessoas ao serviço (%)

V7710

78. Indique se a entidade praticou uma política de igualdade/paridade salarial entre homens e mulheres, no que se refere às pessoas ao serviço, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

- Sim 1 ☐
- Não 2 ☐

V7800

79. Indique se a entidade criou mecanismos (formais ou informais) que assegurassem um limiar mínimo de representação por género (vulgo quotas) nos órgãos sociais e/ou nos cargos dirigentes (incluindo seccionistas/monitores), em 2018

(seleccionar apenas uma opção)

V7900

Sim, apenas para os órgãos sociais

1 ☐

Sim, apenas para os cargos dirigentes

2 ☐

Sim, para os órgãos sociais e para os cargos dirigentes

3 ☐

Não

4 ☐

80. Indique que medidas de conciliação da vida profissional e pessoal das pessoas ao serviço foram adotadas pela entidade, em 2018

(seleccionar todas as opções aplicáveis)

V8000

Teletrabalho

1 ☐

Flexibilidade de horários

2 ☐

Redução da jornada laboral

3 ☐

Compactação da jornada laboral (jornada contínua)

4 ☐

Possibilidade de dedicar parte da jornada laboral à resolução de assuntos pessoais (ex.: dispensa de uma manhã ou tarde)

5 ☐

Semana de trabalho de 4 dias

6 ☐

Licenças de parentalidade com duração superior à prevista na legislação nacional

7 ☐

Regime de trabalho a tempo parcial

8 ☐

Outra

99 ☐

Se assinalou "Outra", indique qual

V8099

Nenhuma medida

9 ☐

83 PRÁTICAS DE GESTÃO DA ENTIDADE - MEIOS DE FINANCIAMENTO
81. Indique os montantes recebidos (em euros) pela entidade, em 2018

 Valor
(€)

Vendas de mercadorias	V8100								
Vendas de produtos (acabados, intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos, refugo)	V8101								
Vendas de ativos biológicos	V8102								
Prestações de serviços	V8103								
Prémios Brutos de Seguros Emitidos (apenas para entidades do setor segurador)	V8104								
Serviços e Comissões Bancárias (apenas para entidades do setor bancário)	V8105								
Quotas pagas por cooperadores/associados/irmãos	V8106								
Donativos	V8107								
dos quais, donativos de particulares	V8108								
dos quais, donativos de empresas	V8109								
dos quais, crowdfunding	V8110								
dos quais, consignação de IRS/ IVA	V8111								
dos quais, mecenato	V8112								
Empréstimos	V8113								
dos quais, empréstimos bancários	V8114								
dos quais, crowdfunding	V8115								
Transferências ou subsídios	V8116								
das quais, transferências ou subsídios referentes a Acordos de Cooperação celebrados com a Administração Pública	V8117								
das quais, outras transferências ou subsídios concedidos por serviços ou entidades públicas (com origem nacional ou do Resto do mundo)	V8118								
das quais, outras transferências ou subsídios concedidos por serviços ou entidades privadas (com origem nacional ou do Resto do mundo)	V8119								
das quais, transferências ou subsídios ao investimento (relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis)	V8120								
das quais, investimento realizado por Investidores Sociais	V8121								
Juros e rendimentos de investimentos	V8122								
Rendas de terrenos (sem edifícios implantados)	V8123								
Dividendos	V8124								
Outros rendimentos e ganhos	V8125								

82. Indique se a entidade obteve financiamento de fontes estrangeiras, designadamente da União Europeia (Fundos Comunitários) ou outros semelhantes, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

Sim

V8200

1

Não

2

83. Indique se a legislação aplicável à entidade permitia a distribuição de excedentes aos cooperadores/associados/irmãos, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

Sim

V8300

1

Não ==> Se respondeu NÃO avance para a questão 87

2

84. Indique se os estatutos da entidade previam a distribuição de excedentes aos cooperadores/associados/irmãos, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

Sim

V8400

1

Não ==> Se respondeu NÃO avance para a questão 86

2

85. Indique se os estatutos da entidade permitiam a distribuição de mais de 50% dos excedentes anualmente gerados aos cooperadores/associados/irmãos, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

Sim

V8500

1

Não ==> Se respondeu NÃO avance para a questão 87

2

86. Indique se a entidade distribuiu mais de 50% dos excedentes anualmente gerados aos cooperadores/associados/irmãos, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

Sim

V8600

1

Não

2

A entidade não gerou excedentes passíveis de distribuição em 2018

3

84 PRÁTICAS DE GESTÃO DA ENTIDADE - SISTEMAS DE GESTÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

87. Indique se a entidade detinha alguma das seguintes certificações, em 2018

(selecionar todas as opções aplicáveis)

Certificação da Qualidade - Norma ISO 9001

V8700

1 ☐

Certificação Ambiental - Norma ISO 14001

2 ☐

Certificação de Responsabilidade Social - Norma ISO 26000

3 ☐

Certificação de Gestão da Responsabilidade Social - SA 8000

4 ☐

Certificação de Entidade Familiarmente Responsável - efr 1000

5 ☐

Nenhuma das certificações anteriores

6 ☐

88. Indique se a entidade tinha sistema de saúde e segurança no trabalho, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

Sim

V8800

1 ☐

Não

2 ☐

89. Identifique as iniciativas de responsabilidade social implementadas na entidade, em 2018

(selecionar todas as opções aplicáveis)

Auscultação dos trabalhadores (ex.: inquéritos de satisfação, caixas de sugestões, etc.)

V8900

1 ☐

Homenagem a trabalhadores mais antigos

2 ☐

Divulgação de informação interna (ex.: intranet, newsletter, etc.)

3 ☐

Concessão de benefícios/ apoios sociais aos trabalhadores ou aos seus familiares (ex.: vacinação, posto médico, seguro de saúde, seguro de vida, empréstimos, apoio à natalidade, apoio a crianças com necessidades especiais, bolsas de estudo, comparticipação de material escolar, etc.)

4 ☐

Iniciativas desportivas, culturais e recreativas (ex.: team building, celebração de efemérides ou datas festivas, encontro anual de trabalhadores, ginásio, pintura, teatro, circo, encontros ao ar livre, jantar de Natal, cabazes de Natal, etc.)

5 ☐

Iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental (ex.: redução de resíduos, de consumos energéticos, erradicação ou minimização dos plásticos, reciclagem de materiais, produção/ utilização de energias alternativas/ renováveis, reutilização de toners de impressão, etc.)

6 ☐

Protocolos (ex.: benefícios / descontos no acesso a vários produtos e serviços)

7 ☐

Introdução de critérios de sustentabilidade na aquisição de bens e serviços a fornecedores (ex.: produção local, comércio justo, proibição de recursos ao trabalho infantil etc.)

8 ☐

Preservação de património histórico-cultural com vista à sua disponibilização à comunidade em geral ou a outras instituições

(ex.: conservação de acervos e espólios, recolha de fundos documentais, cedência de bens com valor histórico-cultural, etc.)

9 ☐

Disponibilização de excedentes alimentares/ iniciativas de combate ao desperdício alimentar

10 ☐

Programas de doação e voluntariado (ex.: doações de sangue, recolha de produtos para pessoas carenciadas, etc.)

11 ☐

Tabela de preços diferenciada em função da capacidade económica dos seus utilizadores/ beneficiários / clientes

12 ☐

Campanhas de sensibilização em ambiente escolar e bancos de livros escolares

13 ☐

(ex.: relacionadas com o ambiente, associativismo, consumo de produtos locais, etc.)

Outras

99 ☐

Se assinalou "Outras", indique quais

V8999

Nenhuma iniciativa

14 ☐

90. Atribua um grau de importância a cada um dos seguintes princípios no âmbito da gestão da entidade, em 2018

(ordene de 1 a 7, sendo 1 o menos importante e 7 o mais importante, os seguintes aspetos)

O primado das pessoas e dos objetivos sociais

V9000

1 ☐

A adesão e participação livre e voluntária

2 ☐

O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros

3 ☐

A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral

4 ☐

O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade

5 ☐

A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores

6 ☐

A afetação dos excedentes à prossecução dos fins da entidade, de acordo com o interesse geral

7 ☐

C INFORMAÇÃO DO MEMBRO DA DIREÇÃO DE TOPO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO		
91. Nome do membro da direção de topo responsável pela informação	V9110	
92. Função do membro da direção de topo na entidade	V9210	
93. E-mail do membro da direção de topo responsável pela informação	V9310	

Instruções de preenchimento

O Inquérito ao Setor da Economia Social (ISES), pretende caracterizar o setor da Economia Social, respondendo a questões como: Quais as atividades desenvolvidas por estas entidades? Qual a composição interna destas entidades? Que relações têm estas entidades com as entidades do setor público e privado? Qual o modelo de relação laboral praticado por estas entidades? Qual o papel que desempenha o voluntariado na direção e no desenvolvimento da atividade destas entidades? Qual a qualificação e nível médio de remunerações dos trabalhadores, colaboradores e dirigentes destas entidades?

Neste contexto, o INE solicita a sua participação, através do preenchimento do seguinte questionário por um dos membros da Direção de topo.

Nos termos do disposto na Lei de Bases da Economia Social, entende-se por Economia Social (ES) o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo pelas Cooperativas, Associações Mutualistas, Fundações, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Associações com Fins Altruísticos, que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, entidades abrangidas pelos Subsectores Comunitário e Autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social, assim como por outras entidades dotadas de personalidade jurídica que respeitem os princípios orientadores da Economia Social.

No caso de dificuldade na obtenção dos valores solicitados, indique a melhor estimativa possível.

No quadro **A1 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE - INFORMAÇÃO GERAL**, tenha em conta os seguintes esclarecimentos:

Questão 3: Como critérios orientadores para a seleção da principal área de intervenção poderá ter em conta, designadamente, o código CAE Rev3 da entidade ou considerar a atividade que considerar mais representativa da entidade em termos de maior número de beneficiários abrangidos ou com maior importância relativa no total de gastos e ganhos da entidade.

Questão 4: Como critérios orientadores para a seleção da principal área geográfica deverá considerar, designadamente, os seguintes:

Internacional - Se a totalidade ou maior parte da atividade da entidade tiver lugar fora do território nacional

Nacional - Se a atividade da entidade for desenvolvida em território nacional, estendendo-se a todo o território nacional ou se abranger, pelo menos, mais do que uma região.

Regional - Se a atividade for desenvolvida em território nacional, não se estendendo a todo o território, mas focando-se numa região em particular (ex: Região Autónoma da Madeira), ou se abranger mais do que um Município.

Local/ Municipal - Se a atividade for desenvolvida em território nacional, sendo essencialmente direccionada para um Município ou se abranger mais do que uma Freguesia.

Bairro/Vizinhança/ Freguesia - Se a atividade for desenvolvida em território nacional, sendo essencialmente direccionada para uma Freguesia ou se abranger apenas um bairro ou uma comunidade local em particular.

Questão 5: Como critérios orientadores para a seleção dos principais utilizadores/ beneficiários/ clientes da entidade poderá considerar, designadamente, o maior número de utilizadores dos serviços disponibilizados pela entidade, a população-alvo à qual se dirige a intervenção da entidade ou selecionar os grupos que considere que mais beneficiam da atuação da entidade. Caso a entidade não tenha uma população-alvo específica, poderá selecionar apenas a opção "Público em geral".

No quadro **A3 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE - RECURSOS HUMANOS**, as opções de resposta referentes a Membros dos órgãos sociais, Pessoas ao serviço, Prestadores de serviços e Voluntários devem ser mutuamente exclusivas, ou seja, o mesmo indivíduo deverá ser contabilizado apenas numa das categorias (ex: se um membro dos órgãos sociais tiver um contrato de trabalho com a entidade, deverá ser considerado apenas na categoria "Membros dos órgãos sociais" e não em "Pessoas ao serviço com vínculo laboral").

No quadro **A3.4 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE - RECURSOS HUMANOS - VOLUNTÁRIOS**, tenha em conta os seguintes esclarecimentos:

Questão 43: Como critérios orientadores para a seleção do principal domínio do voluntariado poderá ter em conta, designadamente, a ação de voluntariado que abrangiu um maior número de voluntários em 2018, a ação de voluntariado à qual foram afetadas mais horas de trabalho voluntário em 2018 ou ainda aquela que considere que melhor enquadra o conjunto de ações de voluntariado realizadas em 2018 (ex: se foram realizadas ações de voluntariado com vista a apoiar crianças em situação de exclusão social e também ações de voluntariado com vista a apoiar pessoas em situação de sem abrigo, sugere-se a seleção da opção Ação Social).

NOTAS EXPLICATIVAS

Bacharelato - Curso do ensino superior com duração normal de três anos, comprovativo de uma formação científica, académica e cultural adequada ao exercício de determinadas atividades profissionais e conducente ao grau académico de bacharel.

Balanced scorecard (BSC) - Quadro de Indicadores de Desempenho, ou seja metodologia de avaliação que consiste na medição de todos os indicadores de desempenho da entidade, com metas e tarefas claramente delineadas em três etapas: definição dos objetivos e estratégias da entidade; recriação dos processos ineficientes; definição de indicadores controláveis e quantitativos.

Crowdfunding - Financiamento coletivo que consiste na obtenção de capital para iniciativas de interesse coletivo através da agregação de múltiplas fontes de financiamento, em geral pessoas interessadas na iniciativa.

Crowdlending - Vertente do crowdfunding, que consiste na obtenção de capital com o compromisso de pagar juros em troca.

Direção de topo - Órgão social da entidade com funções executivas independentemente de os seus membros poderem ou não, a título individual, exercer funções executivas, receberem remuneração, senhas de presença ou reembolso de despesas, e terem ou não contrato de trabalho ou vínculo laboral com a instituição. Notas: integram-se os órgãos de Direção, Conselho de Administração, Conselho Executivo, Conselho Diretivo, Mesa Administrativa, entre outros.

Dirigente - Pessoa que, no período de referência, exerce funções de liderança, planeamento, organização e controlo.

Dirigente de topo - Dirigente que, numa entidade, ocupa a posição hierarquicamente mais elevada, sem subordinação a nenhuma outra, sendo da sua responsabilidade a liderança do órgão de direção de topo e através dele, a concretização da missão da entidade mediante a fixação de objetivos e estratégias para o atingir, assente na integração e articulação das diferentes áreas funcionais da entidade.

Doutoramento - Processo conducente ao grau académico de doutor no ensino universitário que integra a elaboração de uma tese de dissertação de natureza científica no âmbito de um ramo de conhecimento ou de especialidade.

Empresa - Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.

Empresário em nome individual - Empresário que exerce uma atividade económica organizada e não comercial por conta própria e com fins lucrativos. Nota: excluem-se os profissionais liberais.

Entidade da economia social - Entidade, dotada de personalidade jurídica, que respeita os princípios orientadores da Economia Social. Notas: incluem-se as Instituições Particulares de Solidariedade Social (incluindo Cooperativas, Associações Mutualistas, Misericórdias, Fundações), as Associações Com Fins Altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, e as entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário integrados no sector cooperativo e social nos termos da Constituição, entre outras. Fonte: Decreto-Lei nº 30/2013, de 8 de maio, artigo 4.º.

Ensino básico - Nível de ensino que visa assegurar aprendizagens num nível elementar ou intermédio de complexidade, permitindo o prosseguimento de estudos ou o ingresso no mercado de trabalho.

Ensino pós-secundário não superior - Nível de ensino que visa aprendizagens de complexidade e especialização intermédias entre o ensino secundário e o ensino superior, orientadas para o ingresso no mercado de trabalho ou o prosseguimento de estudos.

Ensino secundário - Nível de ensino que sucede ao ensino básico, caracteriza-se por maior diversidade e complexidade da oferta de educação e formação e visa o aprofundamento de aprendizagens para o prosseguimento de estudos ou o ingresso no mercado de trabalho.

Entidade participada - Entidade na qual outra entidade detém participação no capital social, no todo ou em parte, ou na qual outra entidade tem direito de voto.

Formação profissional - Formação que visa a aquisição e o aprofundamento de competências profissionais e relacionais e o reforço da empregabilidade.

Horário de trabalho fixo - Horário de trabalho comum a todos os trabalhadores, com hora de entrada e saída fixa, sem possibilidade de alteração.

NOTAS EXPLICATIVAS

Indicador-chave de desempenho - Indicador de gestão cujo objetivo é medir o nível de desempenho e sucesso de uma entidade ou de um determinado processo, a partir do *modus operandi* da entidade e dos objetivos alcançados.

Investidor social - Entidade pública ou da Economia Social, com objetivos filantrópicos ou comerciais, que contribui financeiramente para o desenvolvimento de uma iniciativa de inovação e empreendedorismo social, tendo em vista obter impacto social.

Licenciatura - Curso do ensino superior com duração normal entre quatro e seis anos conducente ao grau académico de licenciado e comprovativo de uma formação científica, técnica e cultural que permite o aprofundamento de conhecimentos numa determinada área do saber e um adequado desempenho profissional.

Membro de órgão social - Pessoa com funções nos órgãos sociais da entidade (direção, mesa da assembleia, conselho fiscal, entre outros) no período de referência.

Mestrado - Curso do ensino universitário que comprova nível aprofundado de conhecimento numa área científica restrita e capacidade científica para a prática de investigação, e que conduz ao grau académico de mestre.

Nível de escolaridade - Nível do sistema de educação e formação que se estrutura em função da educação pré-escolar e dos ciclos de estudo dos níveis de ensino tais como: 1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo do ensino básico; ensino secundário, ensino pós-secundário não superior; bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento do ensino superior.

Nível hierárquico - Nível do pessoal ao serviço na cadeia hierárquica da entidade que é determinado a partir do nível mais baixo da estrutura organizacional, contando, sequencialmente, o número de chefias a que cada nível reporta, até chegar ao dirigente de topo.

NOTA: a título de exemplo, numa entidade em que um trabalhador sem funções de chefia (1) reporta ao diretor de unidade (2) que reporta ao diretor de departamento (3) que reporta ao vice-presidente (4) que finalmente reporta ao dirigente de topo (5), o número de níveis hierárquicos a considerar é de 5.

Ongoing assessment of social impacts (OASIS) - Avaliação contínua dos impactos sociais, ou seja, avaliação estrutural e sistémica, adaptada à realidade de cada entidade, que visa acompanhar o progresso dos resultados no curto e médio prazo e fornecer informação aos dirigentes de topo para avaliação do desempenho da entidade e do respetivo impacto nos seus utilizadores/beneficiários.

Órgão executivo - Órgão que, segundo os estatutos da entidade, assegura as funções de gestão (social, administrativa e financeira) e/ou de direção da entidade, cabendo-lhe, em regra, a representação da entidade, em juízo ou fora dele. Notas: são órgãos executivos a Direção, o Conselho de Administração, o Conselho Executivo, o Conselho Diretivo, a Mesa Administrativa, entre outros.

Paridade salarial - Equivalência de remunerações entre os trabalhadores do sexo masculino e do sexo feminino.

Participação social direta - Participação direta no capital de sociedades comerciais (empresas) que corresponde, em regra, à titularidade de quotas ou ações, ou a direito de voto.

Pessoal ao serviço - Pessoas que, no período de referência, participaram na atividade da empresa/instituição, qualquer que tenha sido a duração dessa participação, nas seguintes condições: a) pessoal ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração; b) pessoal ligado à empresa/instituição, que por não estar vinculado por um contrato de trabalho, não recebe uma remuneração regular pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido (p. ex.: proprietários-gerentes, familiares não remunerados, membros ativos de cooperativas); c) pessoal com vínculo a outras empresas/instituições que trabalharam na empresa/instituição sendo por esta diretamente remunerados; d) pessoas nas condições das alíneas anteriores, temporariamente ausentes por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença e acidente de trabalho. Não são consideradas como pessoal ao serviço as pessoas que: i) se encontram nas condições descritas nas alíneas a), b), e c) e estejam temporariamente ausentes por um período superior a um mês; ii) os trabalhadores com vínculo à empresa/instituição deslocados para outras empresas/instituições, sendo nessas diretamente remunerados; iii) os trabalhadores a trabalhar na empresa/instituição e cuja remuneração é suportada por outras empresas/instituições (p. ex.: trabalhadores temporários); iv) os trabalhadores independentes (p. ex.: prestadores de serviços, também designados por "recibos verdes").

NOTA: Não são ainda considerados os trabalhadores abrangidos por estágios profissionais, por contratos de emprego-inserção ou por outros programas e medidas ativas de emprego executadas/apoiadas pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.)

Poverty social impact assessment (PSIA) - Avaliação do impacto social sobre a pobreza, ou seja, avaliação dos impactos distributivos da intervenção social sobre o bem-estar de diferentes grupos da população, particularmente, os mais pobres ou vulneráveis.

Práticas de gestão - Referem-se aos métodos e técnicas de trabalho utilizados pelos dirigentes da entidade com vista a melhorar a eficácia dos sistemas de trabalho e a otimizar a utilização dos recursos da entidade. Alguns exemplos de práticas de gestão incluem a motivação, apoio e formação das pessoas ao serviço, a introdução de programas de melhoria da qualidade, entre outros.

Prémio de desempenho - Recompensa, pecuniária ou não, que visa distinguir os trabalhadores por mérito profissional, no cumprimento ou superação de objetivos, e resultados individuais ou organizacionais pré-definidos.

Prestadores de serviços - Pessoa em regime de prestação de serviços, trabalhador independente, que exerce na empresa, no estabelecimento ou na entidade a sua atividade com subordinação hierárquica, tem um período de trabalho semanal e um horário perfeitamente definidos.

Promoção - Passagem a uma categoria superior.

Remuneração bruta - Remuneração líquida, em dinheiro ou em géneros, paga aos trabalhadores pelas horas de trabalho efetuadas ou pelo trabalho realizado no período normal e no extraordinário, incluindo o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas) e os subsídios de caráter regular, tais como subsídios de alimentação, função, alojamento ou transportes, diuturnidades ou prémios de antiguidade, produtividade, assiduidade e isenção de horário, ou trabalhos penosos, perigosos, sujos, por turnos e noturnos.

Responsabilidade social - Integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das entidades/empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas.

Saúde e segurança no trabalho - Todos os elementos relacionados com a promoção, prevenção e proteção da saúde e segurança dos trabalhadores no trabalho, nas suas atividades atuais ou passadas, em particular acidentes de trabalho, doenças profissionais e outros problemas de saúde e doenças relacionados com o trabalho.

Sistema de gestão documental - Sistema de gestão que consiste em facultar o arquivo, a organização, a consulta e a partilha de toda a informação de natureza documental em formato eletrónico nas organizações, podendo ser definidas permissões e níveis de acesso diferenciados para os seus utilizadores.

Social Costs-Benefit Analysis (SCBA) - Análise Social de Custos-Benefícios, ou seja, metodologia de avaliação económica de um projeto social que consiste em descrever os custos e o impacto social de uma atividade ou investimento em termos monetários.

Social Return on Investment (SROI) - Retorno Social do Investimento, ou seja, metodologia de avaliação de resultados e desempenho que visa medir o impacto e o valor social de um investimento, comparando o valor gerado por uma intervenção (benefícios) com a despesa necessária (investimento) para o obter.

NOTA: O Retorno Social do Investimento pode ser utilizada como ferramenta de planificação estratégica para comunicar a criação de valor social, atrair investimentos ou tomar decisões de investimento.

Teletrabalho - Trabalho à distância com recurso a meios informáticos e telecomunicações na produção e/ou transferência dos resultados do trabalho.

Trabalho em rede - Desenvolvimento de ações ou projetos em parceria, aliança, consórcio ou estreita articulação entre entidades que têm objetivos comuns ou partilhados, interagem na utilização ou mobilização de recursos (humanos, físicos e financeiros), ou intervêm de forma conjugada na resolução de um problema (por exemplo social).

Voluntariado - Conjunto de ações, de interesse social e comunitário, realizadas por pessoas de forma desinteressada e no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas, ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade.

Voluntário - Indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre.

Inquérito ao Setor da Economia Social 2018



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

